

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Amanda Carvalho Maia, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Benilton de Sá Carvalho, Cesar José Bonjuani Pagan, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio José Servato, Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana da Silva Souza, Elisabeth Cardozo, Ester de Paula Moraes, Evanir Lopes Teixeira, Fabiane de Moraes Rodrigues, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Gabriela Barros Gonçalves, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Julia Bahia Adams, Karolyne Stefanny de Souza, Lício Augusto Velloso, Luiz Carlos Dias, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Marcos César de Oliveira, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Mariana Gomes Vicente, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Muriel de Oliveira Gavira, Neide Sylvania Campos Sampaio, Orival Andries Júnior, Paulo Adriano Ronqui, Petrilson Alan Pinheiro Silva, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Rodrigo Ramos Catharino, Samuel Rocha de Oliveira, Vanessa Petrilli Bavaresco, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Ana Maria Frattini Fileti, Augusto Cesar da Silveira, Carlos Henrique de Brito Cruz, Christiano Lyra Filho, Douglas Soares Galvão, Julio Cesar Hadler Neto, Marcos Aparecido Lopes, Maria Silvia Viccari Gatti, Oswaldo da Rocha Grassiotto e Paulo César Montagner; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Paulo Eduardo Fávero e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Jefferson Cano, sendo substituído pelo conselheiro Petrilson Alan Pinheiro Silva; Paulo Régis Caron Ruffino, sendo substituído pelo conselheiro Ricardo Miranda Martins; Mônica Alonso Cotta, sendo substituída pelo conselheiro Marcos César de Oliveira; José Antônio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro César José Pagan; Francisco Hideo Aoki, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antônio Garcia de Carvalho; Rosmari Aparecida Ribeiro, sendo substituída pela conselheira Fabiane de Moraes Rodrigues; Luan Ramos da Silva, sendo substituído pela conselheira Julia Bahia Adams; Anna Victória

1 dos Reis, sendo substituída pela conselheira Neide Silvania Sampaio; e Keila Conceição
2 Ribeiro dos Santos. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima
3 Septuagésima Quarta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de
4 Campinas, realizada de forma híbrida, considerando a retomada das atividades presenciais a
5 partir de 13 de setembro, nos termos da Resolução GR-60/2021. Primeiramente passa a palavra
6 ao conselheiro Adilton, para um informe rápido, mas importante que seja dado logo no início
7 da reunião. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE informa que está funcionando o posto
8 de vacinação anti-Covid na Legolândia, na FCM, e solicita aos diretores que divulguem
9 amplamente a informação nas unidades. O posto de vacinação segue as regras estabelecidas
10 pela Prefeitura Municipal, que é quem determina dias e horários de funcionamento, se vão
11 atender com agendamento ou livre demanda, e qual público vão atender. Isso varia de acordo
12 com a semana, conforme a gestão de doses. Esta semana a autorização que possuem é para que
13 o posto funcione do dia 29.11 até o dia 1º.12, das 8h30 às 11h30 com agendamento. Para a
14 semana que vem é um outro esquema, que será informado até sexta-feira e divulgado pelo *site*
15 do Cecom. O *site* para o agendamento é o vacina.campinas.sp.gov.br, onde há um campo para
16 a comunidade Unicamp. Uma alteração importante que aconteceu é que até então o posto só
17 atendia trabalhadores da área da Saúde, mas recentemente a prefeitura autorizou a vacinar toda
18 a comunidade Unicamp 18+. Mas a pessoa precisa ser daqui do *campus* de Campinas, não pode
19 ser de outro município porque a vacina é do município. Acontece bastante de vir gente de
20 Limeira, de Piracicaba, mas não podem atender, somente pessoas de Campinas. Outra alteração
21 é que receberam autorização para vacinar aposentados, desde que eles residam no município de
22 Campinas. Nesta semana, só estão fazendo dose de reforço. Na semana passada, por exemplo,
23 tiveram autorização para fazer a segunda dose. Na semana que vem não sabe ainda, até sexta-
24 feira informam. Para a dose de reforço, lembra que houve alteração de prazo, é preciso ter o
25 esquema vacinal completo com, no mínimo, 152 dias da segunda dose. E, para terminar,
26 informa que o aplicativo Poupa Tempo Digital, para além de disponibilizar a versão digital da
27 carteira de vacinação, tanto em português, quanto em inglês, tem a opção de informar para a
28 pessoa qual é a data da dose de reforço dela e também uma opção para receber o lembrete sobre
29 a dose de reforço. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao conselheiro Adilton pelo informe e
30 diz que foi facultado aos conselheiros já imunizados comparecer presencialmente à sala do
31 Consu para participar da reunião, respeitado o limite de 28 conselheiros. A reunião será também
32 realizada por meio da plataforma Zoom, de forma a permitir a participação dos conselheiros de
33 forma também remota. Pede a colaboração de todos para o sucesso desta reunião, e informa que
34 o uso da palavra pelos titulares se dará por ordem de inscrição, que se faz por meio do símbolo
35 em formato de mão que está à direita da tela. Para manifestação, os conselheiros deverão
36 respeitar o limite temporal de cinco minutos para os tópicos da Ordem do Dia e de três minutos
37 para o Expediente. A inscrição para o Expediente pode se iniciar neste momento e será feita por
38 meio do botão já mencionado, encerrando-se após a aprovação das atas. Informa que estão
39 disponíveis no *site* da Secretaria Geral os pareceres CLN 42, 44, 45 46 e 47/2021, que se
40 referem aos itens 03, 04 e 06 da Ordem do Dia, e aos itens 01 e 02 da Ordem do Dia

1 Suplementar, respectivamente. O despacho PG 5276/2021 também está disponível e é referente
2 ao item 02 da Ordem do Dia Suplementar. Em seguida, submete à apreciação a Ata da
3 Centésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária, realizada em 28 de setembro de 2021,
4 consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada
5 com 08 abstenções. Em seguida, submete à apreciação da Ata da Terceira Sessão
6 Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021, consultando se há observações. Não
7 havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 08 abstenções. Em seguida,
8 coloca para ciência a Ata da Assembleia Universitária Extraordinária para Outorga do Título
9 de Doutora “Honoris Causa” à Professora Doutora Elza Salvatori Berquó, realizada em 30 de
10 agosto de 2021. Passa à Ordem do Dia, com 13 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 02
11 itens, informando que há destaque obrigatório dos itens 01 – Proc. nº 22-P-25524/2021 – e 02
12 – Proc. nº 07-P-6478/2021 – da Ordem do Dia. Consulta se há destaques por parte dos
13 conselheiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS destaca o item 03 da
14 Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-17806/2020. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA
15 destaca o item 09 – Dossiê nº 01-D-32461/2021. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA
16 DE CARVALHO destaca o item 04 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-17672/2017. O
17 Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI destaca o item 01 da Ordem do Dia
18 Suplementar – Proc. nº 01-P-21598/2011. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
19 destaca o item 11 – Proc. nº 36-P-23891/2021 –, da Faculdade de Ciências Aplicadas. O
20 Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO destaca o item 02 da Ordem do Dia Suplementar –
21 Proc. nº 01-P-17145/2017. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE destaca o item 12 da
22 Ordem do Dia – Dossiê nº 01-D-5036/2021. Não havendo mais destaques, submete à votação
23 os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 02 abstenções, os pareceres
24 que subsidiaram os seguintes processos: D – Perfil Acadêmico – Para Aprovação – Artigo 6º
25 da Deliberação Consu-A-27/2014 – Perfil IB: Deliberação Consu-A-13/2014 – 05) Proc. nº 01-
26 P-1823/1986, do Instituto de Biologia – Proposta de revisão das deliberações que dispõem sobre
27 o Perfil Acadêmico para progressão na Carreira Docente – Perfil Acadêmico de Professor
28 Doutor II (MS-3.2), Professor Associado I (MS-5.1), Professor Associado II (MS-5.2),
29 Professor Associado III (MS-5.3) e Professor Titular (MS-6) da Carreira do Magistério Superior
30 (MS), e critérios de mobilidade funcional do Instituto de Biologia – Aprovada pela
31 Congregação em 23.09.21 e 22.10.21 – Parecer CIDD/CCRH-020/2021. E – Comissão Central
32 de Extensão – Deliberação Consu-A-53/2020 – 06) Proc. nº 01-P-12504/2020 – Proposta de
33 alteração da Deliberação Consu-A-53/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da
34 Comissão Central de Extensão – Despacho PG-4320/2021. F – Composição do Conselho
35 Universitário – Eleições da Representação Discente da Graduação e Pós-Graduação junto ao
36 Consu, CCG e CCPG – Deliberações Consu-A-13/2017 e Consu-A-14/2017 – 07) Proc. nº 01-
37 P-21697/2021 – Eleições da representação discente da graduação junto ao Consu e CCG,
38 realizadas nos dias 19 a 21.10.21, para mandato de 01 (um) ano, a partir de 1º.01.22 – Despacho
39 PG-5021/2021. 08) Proc. nº 01-P-21717/2021 – Eleições da representação discente da pós-
40 graduação junto ao Consu e CCPG, realizadas nos dias 19 a 21.10.21, para mandato de 01 (um)

1 ano, a partir de 1º.01.22 – Despacho PG-5022/2021. H – Proposta de Reestruturação
2 Departamental – 10) Proc. nº 29-P-14557/2010, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de
3 Computação – Proposta de Reestruturação Departamental, da seguinte forma: Fusão com
4 alteração na denominação: DEB – Departamento de Engenharia Biomédica, sendo integrado ao
5 DSIF – Departamento de Semicondutores, Instrumentos e Fotônica – que em decorrência da
6 presente alteração, passa a ser denominado DEEB – Departamento de Eletrônica e Engenharia
7 Biomédica. Alteração na Denominação: DCA – Departamento de Engenharia de Computação
8 e Automação Industrial para DCA – Departamento de Engenharia de Computação e
9 Automação. Mantidos: DECOM – Departamento de Comunicações e DSE – Departamento de
10 Sistemas e Energia. Aprovada pela Congregação em 30.11.20 – Pareceres PG-2784/2021 e
11 Cepe-16/2021. K – Convênio - A ser celebrado – Deliberação Consu-A-12/2018 e Deliberação
12 Consu-A-37/2019 – 13) Proc. nº 29-P-27723/2021, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de
13 Computação – Convênio – Partes: Unicamp/Funcamp e Ericsson Telecomunicações S.A. –
14 Executores: Christian Rodolfo Esteve Rothenberg e Luiz Fernando Bittencourt – Vigência: 06
15 meses – Recursos: R\$215.477,50 – Resumo do Objeto: Execução do projeto de pesquisa e
16 desenvolvimento “Serviços 5G em Redes Programáveis e com Aprendizado de Máquina”,
17 conforme Plano de Trabalho – Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 –
18 Proc. nº 22-P-25524/2021 –, que trata de proposta de concessão do Título de Professor Emérito,
19 nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, ao professor doutor Bernardino
20 Ribeiro de Figueiredo. A Comissão Especial foi composta pelos Profs. Drs. Julio Cesar Hadler
21 Neto (Presidente), Christiano Lyra Filho e Edison Duarte. A proposta de concessão do Título
22 de Professor Emérito foi apresentada pelo Departamento de Geologia e Recursos Naturais do
23 Instituto de Geociências. Abre a palavra ao professor Julio Hadler, presidente da comissão que
24 analisou essa indicação de título de professor emérito, agradecendo pelo trabalho. O Professor
25 JULIO CESAR HADLER NETO diz que o professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo
26 graduou-se em Geologia pela Universidade Uppsala, na Suécia, em 1979. Deu início ao curso
27 de Geologia na Universidade de São Paulo em 1965, onde cursou até o terceiro ano. À época,
28 ele se distinguiu como uma liderança estudantil e acabou tendo de se mudar do Brasil por
29 problemas políticos, e foi para o Chile completar seus estudos. No Chile, retomou o curso de
30 Geologia na Universidade do Chile, lá ele deu aulas de Mineralogia no curso da Universidade
31 Técnica do Estado e trabalhou em uma empresa de mineração na área de Geologia Econômica
32 e Metalogênese. Com o golpe de 1973 que ocorreu no Chile, ele foi obrigado a sair do país e,
33 sob proteção das Nações Unidas, acabou indo para a Suécia. Ficou na Suécia de 1973 a 1980,
34 residindo na cidade de Uppsala. Lá ele completou a graduação em 1979, e completou seu
35 doutorado em 1980, orientado pelo professor Tom Ekstrom. Durante o doutorado, ele ministrou
36 aulas como auxiliar de ensino, na mesma universidade, e trabalhou em período de férias em
37 empresa de mineração do serviço geológico da Suécia. Os fatos citados mostram a trajetória do
38 professor durante a sua formação em ambientes acadêmicos e empresariais, em países
39 diferentes que, com certeza, ampliaram a sua percepção sobre a Geologia. Além disso, a
40 experiência pessoal de viver em culturas totalmente diferentes, com particularidades próprias

1 para as questões sociais, influenciou o seu fazer acadêmico ao longo de sua carreira profissional.
2 Ele veio para o Brasil em abril de 1980, já sendo contratado pela Unicamp, por indicação do
3 professor Amílcar Oscar Herrera, para ajudar a iniciar a implantação do Instituto de
4 Geociências. A implantação do Instituto de Geociências da Unicamp, criado em setembro de
5 1979, assim como seus cursos de pós-graduação em 1983 e de graduação em 1998, tiveram a
6 expressiva participação do professor Bernardino. O Programa de Pós-Graduação em
7 Geociências da Unicamp teve início com a área de Administração e Política de Recursos
8 Minerais e, no ano seguinte, com a área de Metalogênese. O professor Bernardino foi
9 coordenador do programa, bem como coordenador da área de Metalogênese de 1983 a 1986.
10 Foi representante docente eleito junto ao então Conselho Diretor da Unicamp e, em seguida, ao
11 Conselho Universitário no período de 1987 a 1989. Naquele mesmo ano, foi eleito diretor do
12 Instituto de Geociências, cargo que exerceu até 1993. No período de 1993 a 1996, teve
13 destacada atuação na elaboração e implantação dos cursos de graduação em Ciências da Terra,
14 nas modalidades Geologia e Geografia, cujas primeiras turmas ingressaram em 1998. Exerceu
15 cargo de coordenador de graduação nos anos de 1997 e 1998. Considerando esse período,
16 observam o envolvimento do professor em atividades de gestão de forma determinante, como
17 na implantação dos cursos de graduação e pós-graduação do IG. O perfil fortemente
18 institucional do professor Bernardino fica evidenciado no fato de ter assumido a coordenação
19 de graduação. Após ter participado da implantação do Instituto, ter coordenado a pós-
20 graduação, ter sido diretor do Instituto e exercido outras atividades de destaque na
21 Universidade, fez concurso para obtenção do título de livre-docente em 1997, e no ano seguinte
22 foi promovido a professor adjunto. Com sua sólida formação e ciente do papel das ciências em
23 benefício da sociedade, voltou-se para os estudos das relações entre geociências, meio ambiente
24 e sociedade. Desse estudo resulta a obra “Minérios e Ambiente”, indicada em 2001 ao Prêmio
25 Jabuti, e classificado entre os 10 melhores livros na categoria Ciências Exatas, Tecnologia e
26 Informação. Nela o professor Bernardino aborda a importância do conhecimento detalhado das
27 fontes de metais para a gestão dos recursos minerais com responsabilidade ambiental e social.
28 Esse enfoque acadêmico irá marcar sua trajetória como docente e pesquisador a partir do ano
29 2000, sendo convidado para integrar uma comissão ligada à International Union of Geological
30 Science, denominada Cogeoenvironment, Geological Sciences for Environmental Planning, na
31 qual atuou como coordenador para a América Latina. Em 2003, participou durante o 32º
32 Congresso Internacional de Geologia na fundação da Associação Internacional de Geologia
33 Médica, tornando-se um dos seus conselheiros e coordenando o capítulo brasileiro dessa
34 associação. Em paralelo, o professor Bernardino estruturou uma rede de pesquisas, integrada
35 por cerca de 300 participantes, voltada à temática da Geoquímica Ambiental e Geologia
36 Médica. Essa rede deu origem ao Programa Nacional de Pesquisa em Geoquímica Ambiental e
37 Geologia Médica (PGAGEM), desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM),
38 empresa estatal ligada ao Ministério de Minas e Energia, que é exemplo de projeto de pesquisa
39 transformado em política pública em nível federal. O programa passou a integrar uma ação
40 permanente da Divisão de Gestão Territorial da CPRM por meio do Programa de Geologia,

1 Meio Ambiente e Saúde. O professor Bernardino também coordenou na Unicamp o projeto
2 Paisagens Geoquímicas e Ambientais do Vale do Ribeira, financiando pela Fapesp, integrado
3 por 15 pesquisadores das áreas de Geologia, Química, Saúde e Comunicação, de várias
4 instituições, entre as quais o Instituto de Geociências e a Faculdade de Ciências Médicas da
5 Unicamp. Esse projeto, iniciado em 2002, com a duração de três anos, originou outros de
6 temática similar, financiados por Fapesp, CNPq e Capes, aos quais o professor se dedicou até
7 2019. É mais um exemplo de vigor científico das iniciativas coordenadas pelo professor
8 Bernardino. As atividades a partir dos anos 2000 mostram claramente o compromisso do
9 professor com as questões sociais, com visão interdisciplinar em projetos e programas com
10 repercussão em nível nacional. Por suas atividades de pesquisa, o professor recebeu o Prêmio
11 de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” em duas ocasiões, em 1997 e em 2006. Suas
12 atividades de gestão na Unicamp continuam durante os anos de 2002 a 2005, como diretor-
13 presidente da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp – Funcamp, e como coordenador do
14 Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – Nepam, entre 2007 e 2009. Em 2005, foi aprovado
15 em concurso para o cargo de professor titular do Instituto de Geociências. A preocupação com
16 a Amazônia sempre esteve presente em sua trajetória acadêmica, visto sua interação com o
17 programa de pós-graduação da Universidade Federal do Pará, com a criação da Universidade
18 Federal do Oeste do Pará – Ufopa, sediada em Santarém. O professor Bernardino foi convidado
19 pelo reitor para auxiliar na implantação do Instituto de Engenharia e Geociências e dos cursos
20 de graduação em Geologia e Geofísica. Com currículo inovador, esses cursos, além da formação
21 técnica específica, contemplam conteúdos que visam a formação de cidadãos aptos a analisar
22 a realidade brasileira e o contexto internacional. Foi professor visitante da Ufopa até 2014,
23 participou também da implantação do doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento
24 da Ufopa, primeiro doutorado dessa universidade. Professor Bernardino orientou 22 alunos de
25 mestrado, 9 de doutorado, 2 pesquisadores pós-doutores, 12 alunos em projetos de iniciação
26 científica e orientou dezenas de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais.
27 Suas pesquisas foram objeto de 60 artigos publicados em periódicos, 4 livros, 23 capítulos de
28 livros. Realizou estágios como professor visitante junto à Universidade de Uppsala, em 1988,
29 e visitas em desenvolvimento de pesquisas e colaboração junto a universidades na Finlândia,
30 Inglaterra, Argentina e a Federal do Pará. Destacam-se em suas publicações estudos realizados
31 sobre a diversidade dos minerais encontrados no Brasil, é um significativo inventário das
32 riquezas minerais brasileiras, evidenciando sua visão estratégica de futuro do país. Mostra sua
33 coerência das ideias que haviam norteado a criação do Instituto de Geociências defendidas pelo
34 professor Amílcar Oscar Herrera, seu fundador. Mostra também a coerência com a visão do
35 professor Zeferino Vaz em relação à universidade inovadora, firmemente apoiada no tripé
36 ensino, pesquisa e extensão. Professor Bernardino, com 39 anos de dedicação à Unicamp, tem
37 uma trajetória acadêmica e atuação relevante nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
38 Suas pesquisas originaram programas em políticas públicas em nível nacional e internacional
39 na área de Geoquímica Ambiental e Geologia Médica. Sua preocupação com a
40 interdisciplinaridade e a cooperação e a relação da universidade com a sociedade é uma

1 constante em sua trajetória. Em resumo, o professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo tem uma
2 carreira acadêmica espelhada em um conjunto de contribuições extenso, diversificado e
3 significativo à Unicamp e ao país. Reforçam a avaliação do parecer emitido para o Instituto de
4 Geociências pelos professores Álvaro Penteado Crósta, Carlos Roberto de Souza Filho e Jacinta
5 Enzweiler: professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo tem uma trajetória acadêmica,
6 profissional e pessoal que representa um modelo inspirador aos atuais e futuros docentes da
7 Unicamp e de outras universidades públicas brasileiras. Pelo que está acima, os membros da
8 comissão, professor Edson Duarte, professor Christiano Lyra Filho e ele, Júlio César Hadler
9 Neto, recomendam a concessão do título de professor emérito da Unicamp ao professor
10 Bernardino Ribeiro de Figueiredo. O MAGNÍFICO REITOR agradece, na pessoa do professor
11 Julio Hadler, toda a comissão que elaborou o parecer e analisou a solicitação. Concede a palavra
12 ao professor Márcio Cataia, diretor do IG. O Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA diz
13 que é com muita honra que o Instituto de Geociências vê a distinção que agora pode ser feita a
14 um colega do maior valor, que dedicou a sua vida à coisa pública, à universidade pública, a
15 uma luta em favor de um mundo mais democrático, de um mundo mais igualitário. Essa
16 proposição partiu do Instituto de Geociências, especialmente elaborada por três colegas,
17 professores Álvaro Crósta, Jacinta Enzweiler e Carlos Roberto de Souza Filho, em uma
18 homenagem em que todos do Instituto de Geociências se juntam para fazer coro à importância
19 que tem o professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo para a unidade, para a Unicamp e para
20 toda a universidade pública brasileira. Como muito bem destacou o professor Julio Cesar
21 Hadler, esses 39 anos de dedicação à Universidade foram precedidos de muita luta, foram
22 precedidos de um exílio, lembrando que o professor nunca esmoreceu na luta em defesa da
23 coisa pública. Passou 40 dias no estádio nacional no Chile, tendo sido resgatado para um novo
24 exílio, dessa vez na Suécia, retornando com a abertura de 1979 no Brasil. Imediatamente nos
25 anos de 1980 vem para o IG, onde contribui para a fundação de programas de pós-graduação,
26 e especialmente para a fundação dos cursos de graduação a partir do final dos anos de 1990. O
27 professor Bernardino teve um papel essencial, foi o professor que coordenou os trabalhos de
28 seminários, de discussão para a fundação dos cursos de Geologia e Geografia, que naquele
29 momento, no final dos anos de 1990, começo dos anos 2000, se juntavam em uma entrada no
30 Instituto de Geociências, por meio daquilo que era Ciência da Terra, e depois os estudantes
31 faziam a opção. Então essa foi uma contribuição essencial, fundamental para pensar tanto a pós-
32 graduação quanto a graduação. Esse professor, que buscam homenagear, tem uma longa
33 contribuição, e essa contribuição é de fato o que engrandece o Instituto de Geociências e a
34 universidade brasileira. Então é um momento de muita felicidade para o Instituto tratar do
35 reconhecimento de um colega que não esmoreceu durante toda a sua vida, e ainda hoje contribui
36 com a unidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
37 concessão do Título de Professor Emérito ao professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo, que
38 é aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – Proc. nº 07-P-6478/2021 –, que trata de
39 proposta de concessão do Título de Professor Emérito, nos termos dos artigos 158 e 159 dos
40 Estatutos da Unicamp, ao professor doutor Carlos Alfredo Joly. A Comissão Especial foi

1 composta pelos Profs. Drs. Carlos Henrique de Brito Cruz (Presidente), Thomas Michael
2 Lewinsohn e Watson Loh. A proposta de concessão do Título de Professor Emérito foi
3 apresentada pelo Departamento de Biologia Vegetal do Instituto de Biologia. Agradece ao
4 professor Brito pela participação na reunião, pela realização desse trabalho e, na pessoa dele,
5 também agradece aos professores Thomas Levinson e Watson Loh. O Professor CARLOS
6 HENRIQUE DE BRITO CRUZ diz que é uma satisfação estar nesta reunião, fazia muitos anos
7 que não vinha a uma reunião do Conselho Universitário da Unicamp, depois de ter participado
8 de tantas delas, com tanta dedicação. E vem com grande satisfação para apresentar o parecer
9 que, conjuntamente com os colegas Watson Loh e Thomas Levinson, prepararam para defender,
10 justificar ao Conselho a concessão do título de professor emérito ao professor Carlos Joly. Vai
11 seguir o parecer, simplificando um pouco o texto, para não onerar demais o tempo da reunião.
12 O professor Carlos Joly graduou-se em Ciências Biológicas na USP em 1976, e em três anos
13 obteve o título de mestre em Ciências, já na Unicamp, em 1979. Depois foi à Escócia,
14 Universidade de St. Andrews, onde obteve em 1982 o título de doutor em Filosofia, na área de
15 Ecofisiologia Vegetal. Trabalhou por algum tempo na Universidade de Londres, retornou à
16 Unicamp, onde já estava contratado como professor desde 1979, tornou-se professor livre-
17 docente no Instituto de Biologia e depois realizou um estágio como pesquisador de pós-
18 doutorado na Universidade de Berna, no período de 1973 a 1994. Como disse, foi admitido no
19 Instituto de Biologia em 1979, tornou-se professor titular em 1997, onde se aposentou em 2017
20 como professor titular em Ecologia Vegetal no Departamento de Biologia Vegetal. O interesse
21 em pesquisa do professor Joly focaliza a Ecofisiologia Vegetal e conservação da
22 biodiversidade, publicou inúmeros trabalhos, mais de 100, em periódicos especializados, editou
23 12 livros, inclusive uma série muito citada sobre a biodiversidade no Estado de São Paulo,
24 sintetizando o conhecimento existente sobre esse tema ao final do século XX. Também fez um
25 trabalho sobre um inventário florestal da vegetação do Estado de São Paulo e uma outra obra
26 sobre diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo.
27 Várias das obras do professor Joly têm não só impacto científico e acadêmico, mas
28 influenciaram e ainda influenciam políticas públicas para a conservação ambiental no Estado
29 de São Paulo e no Brasil. Ao longo desse trabalho científico, o professor Joly orientou 28
30 mestrados, 22 doutorados, vários estagiários de pós-doutoramento. O professor Joly também
31 teve ao longo de sua carreira na Unicamp e ainda tem intensa participação nos cursos de
32 graduação e pós-graduação, tendo ministrado várias disciplinas, especialmente, mais
33 recentemente, disciplinas com temas mais atuais e multidisciplinares. A sua atividade como
34 professor sempre trouxe excepcional contribuição à formação dos estudantes e essa qualidade
35 da sua atividade docente foi reconhecida, tendo ele sido paraninfo, patrono e professor
36 homenageado pelos alunos do curso de Ciências Biológicas. O professor Joly, também na sua
37 carreira científica, envolveu-se com a liderança em atividades de publicação científica e
38 atividades acadêmicas. Ele é editor-chefe de uma revista científica, a “Biota Neotropica”, da
39 qual foi um dos criadores, coordenou três programas de pós-graduação na Unicamp, Ecologia,
40 Biologia Vegetal e Ambiente e Sociedade, foi chefe do Departamento de Biologia Vegetal e foi

1 Pró-Reitor de Pós-Graduação de 1996 a 1998. Foi quando pessoalmente conheceu melhor o
2 professor Joly, porque foi no período em que foi Pró-Reitor de Pesquisa. O professor Joly
3 trabalhou na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e no Ministério da Ciência e Tecnologia,
4 mostrando uma conexão da sua vida e atividade acadêmica com atividades da aplicação do
5 conhecimento que ele acumulou na sua pesquisa científica. Ele tem uma representatividade
6 acadêmica alta, recebeu vários prêmios e reconhecimentos, é membro titular da Academia
7 Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Task Force in
8 Capacity Building do IPBS, Inter-American Institute for Global Change Research. Foi *chair*
9 durante muitos anos do programa Biota-Fapesp, programa que ele idealizou junto com outros
10 colegas do Estado de São Paulo. Também foi *chair* da Plataforma Brasileira de Biodiversidade
11 e Serviços Ecossistêmicos. Recebeu o Prêmio Henry Ford, por iniciativa do ano na área de
12 conservação; a Ordem do Mérito Científico como comendador, Prêmio von Martius, prêmio
13 jovem cientista do CNPq. Como coordenador do programa Fapesp, recebeu novamente, agora
14 pelo programa, não pessoalmente, o Prêmio Henry Ford na categoria de formação de recursos
15 humanos. Recebeu o Prêmio Muriqui, da reserva da biosfera da Mata Atlântica, e a Medalha
16 João Pedro Cardoso, do governo do Estado de São Paulo, e o Prêmio de Reconhecimento
17 Acadêmico “Zeferino Vaz”. Então várias organizações, em diferentes níveis de governo e do
18 setor privado, reconheceram a atividade do professor Joly. Na comissão, destacaram como
19 talvez a atividade de maior impacto intelectual, científico e social que o professor Joly liderou
20 foi a criação e a consolidação do Programa Biota, da Fapesp. O professor Joly, juntamente com
21 o professor Naércio, foram à Fapesp em 1997, acompanhou esse acontecimento porque era à
22 época presidente do Conselho Superior da Fapesp, com a ideia que muitas vezes professores
23 levam de fazer um programa sobre alguma coisa. Em geral, quando alguém chegava com essa
24 ideia de fazer um programa, lá na Fapesp respondiam dando algum trabalho para a pessoa, para
25 ver se ela estava disposta a ter o trabalho que justificasse fazer um programa. E o que foi
26 apresentado para os professores Naércio e Joly foi que se eles conseguissem levar perto de uma
27 dúzia de projetos temáticos para serem submetidos e vários deles fossem aprovados, poderiam
28 considerar criar um programa, e isso aconteceu com muita diligência e determinação. Os
29 professores Joly e Naércio, e outros colegas, montaram essa coleção de projetos temáticos que
30 foram apresentados, foram analisados rigorosamente, vários deles foram aprovados e se iniciou
31 o Programa Biota. O Programa Biota é um dos programas mais bem-sucedidos da Fapesp e é
32 um dos maiores programas de pesquisa de estudo de biodiversidade do mundo. Já concedeu
33 mais de 1500 bolsas de estudo, mais de 400 auxílios à pesquisa e é um programa que continua
34 com muita vitalidade, é realmente uma ideia muito especial que o professor Joly e os demais
35 colegas tiveram e que a Fapesp foi convencida a implementar. O Programa Biota tem enorme
36 influência na educação ambiental, na divulgação científica e em bioprospecção, e nas políticas
37 públicas. Já houve membros do Programa Biota que foram secretários adjuntos do Meio
38 Ambiente em São Paulo. O Programa Biota tem algo que nunca viu em outros lugares do
39 mundo, que as pessoas nas grandes fundações de amparo à pesquisa no mundo lutam para ter,
40 que é ter um certo número de leis ou instrumentos legais que começam dizendo assim:

1 “Considerando as conclusões do programa Biota-Fapesp, o secretário do meio ambiente decreta
2 que, A, B, C, D, F, G”, ou seja, é a política pública explicitamente referenciada ao resultado
3 científico. Isso não é pouca coisa. Veem isso acontecer em São Paulo e fica pensando que
4 acontece em qualquer lugar do mundo, mas nunca viu em outro lugar do mundo uma lei que se
5 refira a um programa de pesquisa para dizer que alguma decisão executiva vai ser tomada. O
6 professor Joly, com a experiência do Programa Biota, teve um papel central na criação do
7 Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services - IPBES,
8 que é um similar do IPCC, que é mais conhecido. Trata-se de um comitê de pesquisadores que
9 periodicamente faz análises sobre o estado da ciência nessa área de biodiversidade e serviços
10 ecossistêmicos para orientar governos no mundo inteiro, porque é uma atividade dentro das
11 Nações Unidas. O IPBES foi lançado em 2012 e trabalha em muita correlação com os assuntos
12 relativos à mudança climática também. O professor Joly criou vários dos grupos de trabalho e
13 lidera uma das *tasks forces*. E, por sua atividade no IPBES, ele acabou liderando também a
14 formação da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, que em 2019,
15 por exemplo, produziu o primeiro diagnóstico brasileiro de biodiversidade e serviços
16 ecossistêmicos. Então, não são só resultados acadêmicos, mas são resultados que não muitos
17 países do mundo têm sobre iniciativas de pesquisadores que entendem, conhecem e descrevem
18 a biodiversidade e os seus ecossistemas e podem ser utilizadas pelo Poder Executivo e pelo
19 Poder Legislativo no sentido de levar o conhecimento a ser aplicado a resultados do interesse
20 público. O professor Joly liderou dois projetos temáticos muito importantes na Fapesp, o último
21 deles em colaboração com pesquisadores do Reino Unido, sempre no tema florestas, como a
22 floresta funciona, como é a biodiversidade na floresta. Ele focaliza sempre a Mata Atlântica e
23 faz os paralelos e as relações com a Floresta Amazônica. Então são pesquisas
24 multidisciplinares, grandes equipes e com resultados importantíssimos para o Brasil, sempre
25 que o Brasil queira usar resultados de ciência para conservação da natureza. A conclusão da
26 comissão é que o professor Carlos Joly é um professor e pesquisador reconhecido
27 mundialmente pela qualidade e relevância de sua atividade em ensino, pesquisa e extensão. E
28 é com convicção que o considera completamente merecedor da posição de professor emérito
29 da Unicamp, e recomenda, sem reservas, a aprovação da proposta que foi encaminhada pelo
30 Instituto de Biologia por meio do parecer da congregação de 2021. O Conselheiro ANDRÉ
31 VICTOR LUCCI FREITAS diz que é com grande felicidade e satisfação que vê a apresentação
32 do professor Joly. Tudo que o professor Brito falou ainda é pouco dentro da importância do
33 professor Joly como pesquisador, não apenas na Unicamp, mas fora dos seus muros, porque
34 realmente há possibilidade de trabalhar em aspectos que vão além do puramente acadêmico.
35 Sempre ressalta, quando fala e dá palestra sobre o programa Biota-Fapesp, que fazer com que
36 resultados acadêmicos sirvam de base para políticas públicas é algo, no mínimo, louvável. E
37 como o professor Brito mencionou, é praticamente algo único no mundo, também não conheceu
38 nenhum outro lugar que faça isso de modo tão explícito. Obviamente o Programa Biota não é
39 uma conquista individual do professor Joly, mas ele foi decisivo para conseguir que seu sucesso
40 fosse alcançado, junto à Fapesp, que foi decisiva por apoiar desde o início essa proposta.

1 Sempre diz que é graças a isso que está aqui hoje, pois é filho do Programa Biota, uma vez que
2 ele começou a aparecer, foi estabelecido e se consolidou quando começou o seu pós-doutorado,
3 e toda sua carreira inicial foi feita no primeiro grupo de temático do Programa Biota. A também
4 atuação extramuros da Universidade, em termos de políticas ambientais, como o IPBES e vários
5 outros, e colaborações internacionais, tem de ser louvada. Tem um sentimento de admiração
6 pelo professor Joly, desde que foi seu aluno há 30 anos, e carreiras desse tipo devem ter o
7 reconhecimento na comunidade acadêmica, refletindo, fora dos muros da academia,
8 especialmente nesses tempos que vivem, de ataques à ciência, às universidades públicas, o
9 quanto a atuação de alguns docentes e pesquisadores é decisiva para melhorar não só políticas
10 públicas, mas a qualidade de vida dos cidadãos, e isso é muito importante. Então, como diretor
11 não está aqui para propor, não fez parte dessa proposta, ficou isento, obviamente, mas fica muito
12 feliz e defende essa proposta de mérito ao professor Carlos Joly. A Conselheira CLAUDIA
13 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que trabalhou bastante com o professor Joly no Programa
14 Biota e testemunhou, como colaboradora, a forma como ele consegue atrair pesquisadores de
15 várias áreas para trabalharem em conjunto em pesquisas. Destaca também que o professor Joly
16 se aposentou, porém continua extremamente ativo em desenvolvimento de projetos e programas
17 com reconhecimento mundial. Portanto, este é um título mais do que merecido, como o
18 professor Brito muito bem sintetizou, e deixa aqui o seu testemunho e reconhecimento a tudo
19 que o professor Joly fez pela Unicamp e pela ciência em todos os níveis, como já foi
20 mencionado. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
21 concessão de título de professor emérito ao professor Carlos Alfredo Joly, que é aprovada por
22 unanimidade. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-17806/2020 –, que trata de proposta de alteração
23 da Deliberação Consu-A-61/2020, que institui o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em
24 Direitos Humanos Unicamp–Instituto Vladimir Herzog. Destaque da professora Claudia
25 Medeiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que as modificações
26 foram colocadas em vermelho, o que muito facilita a análise. Logo no artigo 2º, na primeira
27 página, o trecho que está em vermelho, “apenas podem concorrer ao prêmio de reconhecimento
28 acadêmico em direitos humanos”, foi introduzido agora que os alunos de graduação ou pós-
29 graduação precisam ser de instituições públicas de ensino e pesquisa. Possui muitos laços com
30 a PUC do Rio de Janeiro, inclusive por ter se formado lá, e há inúmeros programas em que
31 alunos de graduação e pós-graduação da PUC do Rio de Janeiro trabalham diretamente com
32 comunidades carentes, envolvendo inclusive imigrantes, para vários tipos de treinamento, tanto
33 na área de artes, como dança e música, mas principalmente nos cursos de computação, que é
34 um trabalho intenso e contínuo há anos, para novos empregos. Então esse é um exemplo de
35 alunos de graduação e pós-graduação que poderiam muito bem se candidatar a este prêmio,
36 trabalhando com comunidades carentes e imigrantes, e que agora, por causa deste item em
37 vermelho, no seu entendimento, estariam sendo impedidos. Pergunta por que foi introduzida a
38 limitação a instituições públicas. O MAGNÍFICO REITOR responde que, na verdade, a
39 mudança amplia e não restringe em relação ao original. O artigo 2º da formulação original, feita
40 na Reitoria anterior, estabelece que só discentes das três universidades públicas do Estado de

1 São Paulo poderiam participar. Ele diz o seguinte: “por integrantes do quadro discente de
2 graduação e de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas do estado de São Paulo
3 (Unicamp, USP e Unesp)”, então a versão sugerida amplia para o conjunto de instituições
4 públicas de ensino e pesquisa que estariam especificadas em edital de chamada da premiação.
5 Ela abre a possibilidade de o universo ser mais amplo. A Conselheira CLAUDIA MARIA
6 BAUZER MEDEIROS diz que então deveria ter levantado essa questão lá atrás, mas tendo em
7 vista que está sendo feita esta modificação, propõe que simplesmente se deixasse “graduação e
8 pós-graduação”, já que as instituições serão enumeradas no edital, e isso dará a quem fizer o
9 edital a liberdade de adicionar instituições não públicas. Sua proposta é motivada pelo seu
10 conhecimento específico de todas as ações da PUC do Rio, mas imagina que várias outras
11 universidades privadas também tenham o mesmo tipo de atividade. O MAGNÍFICO REITOR
12 diz que para formalizar a proposta da professora Cláudia, bastaria excluir a palavra “públicas”,
13 ficando “instituições de ensino e pesquisa”. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
14 MEDEIROS concorda. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que o espírito da
15 proposta da professora Cláudia está perfeito, de premiar quaisquer estudantes de universidades,
16 sejam públicas, particulares, privadas, confessionais, para que possam fortalecer a ideia de
17 direitos humanos nas universidades. Entretanto, propõe a manutenção do texto original. Esse
18 prêmio está em construção, o processo de seleção desses trabalhos não é nada fácil, é um
19 processo que já no ano passado, no primeiro ano da premiação, envolveu dezenas de pessoas,
20 e isso quando havia restrição apenas às universidades públicas estaduais paulistas. Então o
21 sentido dessa ampliação é justamente fazer o prêmio crescer em termos de possibilidades de
22 estudantes que possam fazer parte ou possam expor suas pesquisas, mas teme que com a
23 ampliação para quaisquer instituições, públicas ou privadas, de todo o país, isso seja algo
24 temerário na própria execução da tarefa de seleção dos trabalhos. Acha que essa observação da
25 professora Cláudia é bastante pertinente, mas teme que tenham dificuldades na execução da
26 tarefa neste momento, por isso propõe que mantenham o texto original. Esse espírito de
27 ampliação deve ser gradativo, então defende que permaneçam com o texto original, mas
28 respeitando a visão da professora Cláudia, que considera correta. A Conselheira HELOISE DE
29 OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz, com todo respeito ao professor Romão, que considera
30 pertinente a justificativa da professora Cláudia, e não acredita que tenham dificuldades em
31 selecionar o melhor trabalho, uma vez que isso é aberto a toda comunidade que trabalha nesse
32 assunto, por dois motivos: primeiro, porque possuem colegas extremamente competentes nisso,
33 não há falta de pessoas para trabalhar nisso e, segundo, porque querem o melhor trabalho, venha
34 de onde vier. Desejam premiar quem realmente tem mérito e qualidade no que faz, e não
35 somente quem tem mérito e qualidade no que faz em um grupo fechado de possíveis
36 concorrentes. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS agradece a
37 observação do professor Romão, e diz que fica muito contente pela grande procura por esse
38 prêmio. Observa que com a sugestão do senhor Reitor, de eliminar a palavra “públicas”, vai
39 ficar “instituições de ensino e pesquisa especificadas em edital de chamada de premiação”.
40 Então o próprio edital pode delimitar a qualquer instante quais as instituições, e aos poucos

1 pode ir abrindo e não vai ser preciso modificar a deliberação no futuro para ser mais inclusiva.
2 O edital será mais ou menos inclusivo, então agradece muito ao professor Romão, mas mantém
3 sua proposta com a sugestão do senhor Reitor, de eliminar apenas a palavra “pública”. O
4 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que o espírito é pela ampliação e pelo
5 incentivo a que as universidades públicas possam fortalecer essa ideia de direitos humanos.
6 Pensa que deve ser incentivado que as universidades privadas também façam ações desse tipo.
7 Seu argumento passa apenas por esse caráter da própria execução do programa, e acha que é
8 um programa fundamental para a Unicamp, que a diferencia de outras, e convida os colegas
9 que fiquem à disposição da Diretoria Executiva de Direitos Humanos para que possam ter um
10 corpo bastante amplo de selecionadores para esses trabalhos. Mas mantém a sua posição, pois
11 quando uma proposta vem de uma modificação de deliberação Consu e quando ela se coloca a
12 partir de uma experiência pregressa, tem muita dificuldade de modificar essa proposta aqui na
13 reunião do Conselho Universitário, embora seja a instância absolutamente competente prevista
14 para tal, mas a execução desse tipo de tarefa é bastante complexa, então a sua percepção é de
15 que devam ser um pouco, nesse caso, conservadores para que possam fazer crescer esse prêmio
16 com vagar, com alguma previsibilidade. Acha ruim abrir o espaço aqui para quaisquer
17 universidades e fechar isso no edital, não vê como uma boa política. Respeita a posição da
18 professora Claudia, mas mantém aqui a posição pelo texto original. O Professor CÉSAR JOSÉ
19 BONJUANI PAGAN diz que a PUC de São Paulo também é um exemplo de atuação nas áreas
20 sociais. Então, todas as falas estão convergindo, a professora Claudia tem razão em apontar que
21 devem incluir todas as instituições de ensino superior. Mas também é verdade que o texto chega
22 ao Conselho Universitário depois de muitas reflexões e muitas pessoas trabalhando em cima, e
23 é muito pouco tempo e muito rápido o debate aqui para fazer esse acréscimo. Uma vez feito,
24 não voltam mais para trás. Já que estão convergindo, poderia ser uma boa providência dar esse
25 passo hoje, avaliar em ato contínuo no ano que vem, e provavelmente caminhem na direção da
26 proposta trazida de tirar a palavra “públicas”, como o senhor Reitor falou. É muito pouco tempo
27 em vista de todo trabalho que já foi feito para chegar até aqui, e estão convergindo. A única
28 coisa é se vão fazer isso rapidamente hoje, sem olhar todos os aspectos que eventualmente
29 podem estar escapando deles hoje, ou se é melhor passar pelas comissões e trazer a proposta
30 muito bem fundamentada nesse ponto em que todos convergem e que é importante. A
31 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que deseja ter esclarecimento sobre a elaboração
32 deste documento, porque ele não é um prêmio apenas concebido dentro da Universidade
33 Estadual de Campinas, ele é um prêmio concebido juntamente com o Instituto Vladimir Herzog.
34 Dessa forma, solicita uma informação um pouco mais detalhada se essa definição do escopo da
35 premiação das universidades públicas veio da conversa com o Instituto, se isso veio de
36 princípios do Instituto, porque não poderiam alterar aqui uma definição feita em parceria para
37 a concepção do prêmio. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que entende que a
38 mudança foi feita em conjunto com o Instituto Vladimir Herzog, mas também entende que o
39 Conselho Universitário é soberano para definir qual vai ser a modificação interna à Unicamp.
40 Acha que devem pesar esse processo de modificação e respeitar esse acúmulo, mas o Conselho

1 é soberano para definir isso. Acredita que o Instituto Vladimir Herzog não seria contrário a essa
2 modificação, e certamente esse texto foi realizado de comum acordo. A Conselheira HELOISE
3 DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que tem dificuldade de entender os colegas que
4 querem mais tempo para pensar. Esse item não estava nem destacado, se não fosse a professora
5 Claudia levantar esse ponto, teria passado junto com todos os outros que passaram. Já era a
6 favor de incluir todos os possíveis candidatos ao prêmio, já que desejam a melhor atividade
7 nessa direção, achando que era a Universidade junto com o Instituto que faria. Agora, pensando
8 que é do Instituto, mais ainda, que é todo conjunto das pessoas que trabalham nessa área que
9 têm condições de se candidatar. Então estranha muito essas manifestações *ad hoc*. O
10 MAGNÍFICO REITOR sugere o seguinte encaminhamento: submeter primeiro à aprovação a
11 deliberação e depois colocar em votação a retirada da palavra “públicas” do artigo 2º. Não
12 havendo mais observações, submete à votação a deliberação como um todo, que é aprovada
13 com 62 votos favoráveis e 03 abstenções. Em seguida, submete à votação o ponto específico
14 “instituições públicas” ou “instituições” em relação ao artigo 2º, sendo que os favoráveis a
15 manter a formulação original “instituições públicas” votarão “sim”, e os contrários votarão
16 “não”, o que implica retirar a palavra “públicas” do artigo 2º. Os favoráveis à manutenção da
17 formulação original foram 32 votos, a retirada da palavra “públicas” recebeu 30 votos e houve
18 07 abstenções. Portanto, a formulação permanece totalmente na sua versão original. De toda
19 forma, a Diretoria Executiva de Direitos Humanos pode, em outro momento, analisar a questão
20 de outra forma e sugerir a mudança. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-17672/2017 –, que trata
21 da proposta de alteração da Deliberação Consu-A-037/2019, que aprova a Política Institucional
22 de Inovação da Universidade Estadual de Campinas. Destaque do professor Marco Antonio. O
23 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que se trata de uma alteração
24 bem pontual no anexo 3 da política de inovação, que diz respeito à governança da política de
25 inovação. Nesse anexo 3, o primeiro item, 3.1, que está acima dessa mudança, que é o 3.1.2,
26 está colocado que o Núcleo de Inovação Tecnológica da Unicamp é o responsável pela
27 implementação da política de inovação. Na sequência, no item 3.1.1, é mencionado que a Inova
28 é o único núcleo de inovação tecnológica da Unicamp e que, portanto, tem como missão a
29 gestão da política de inovação da Universidade. Quando leu a sugestão de alteração, da maneira
30 como foi escrita, entendeu que a Funcamp pode ser parte constituinte do NIT, ou seja, ela passa
31 a ser mais um agente do NIT, assim como a Inova, e, por consequência, ela teria também as
32 responsabilidades ou poder de implementar, de gerir a política de inovação da Unicamp. Então,
33 seguindo essa lógica, solicita esclarecimento sobre isso, o item 3.1 diz que o NIT é responsável
34 pela política, no 3.1.1 a Inova é o único NIT que deve gerir a política. Entende que essa alteração
35 que está sendo sugerida aqui pelo Consu deveria ser uma alteração subordinada ao item da
36 Inova. Na sua opinião, essa alteração deveria ser um item 3.1.1.1, e ter um texto mais ou menos
37 no seguinte formato: “Na execução de suas atribuições, a Inova poderá estabelecer parceria com
38 a Funcamp, para gestão de atividades do NIT, por intermédio de celebração de termo jurídico
39 específico”, e então vem o texto que está sendo proposto. É uma mudança pequena, mas que
40 tem um caráter amplo de dizer que a Funcamp pode ser parceira da Inova, mas ela não é um

1 NIT, assim como é a Inova, ela é somente uma parceira feita por intermédio de um termo
2 jurídico, e assim se mantém a Inova como o único NIT da Unicamp responsável pela política
3 de inovação. O MAGNÍFICO REITOR diz que o comentário do professor Marco tem um
4 componente jurídico e, de toda forma, levanta uma discussão sobre a gestão da inovação na
5 Unicamp. Então vai primeiro abrir a palavra à doutora Fernanda, da PG, que obviamente
6 acompanhou essa discussão, para ela fazer alguma observação no campo jurídico da questão
7 que o professor Marco está sugerindo, e depois vai abrir a palavra à professora Ana Frattini,
8 diretora da Inova. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a
9 proposta realmente não está querendo colocar a possibilidade de haver dois NITs para a
10 Universidade. A redação prevê a possibilidade de a Funcamp gerir o NIT da Unicamp, que é a
11 Inova, ela não abre essa possibilidade de ter mais de um NIT. Seria mesmo o começo da
12 possibilidade de se fazer um contrato de gestão a ser aprovado pela CAD, em que a parte
13 administrativa do NIT seria gerida pela Funcamp, mas seu conselho, sua estrutura decisória
14 continuaria na Universidade, tal como já está previsto na deliberação CAD. Podem pensar em
15 uma forma de talvez deixar a redação mais clara, pois a intenção não é de que haja possibilidade
16 de mais de um NIT. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Marco fez uma observação
17 quanto à posição exata de cada termo, e fica com a sensação que ao colocá-lo como detalhe de
18 um artigo, o que estão sugerindo é que seja a gestão administrativa exclusivamente. A Doutora
19 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que podem incluir a palavra
20 “administrativa”: “a gestão administrativa do NIT”. Ou até incluir no começo, “observado o
21 item 3.1.1, a Unicamp poderá estabelecer”, condicionando a observância do anterior para
22 mostrar que realmente é só a questão da gestão, não é a possibilidade de mais de um NIT. A
23 Professora ANA MARIA FRATTINI FILETI diz que não tem muito a acrescentar além do que
24 a doutora Fernanda falou; a sugestão de modificação é mais para que a gestão administrativa
25 possa ser realmente efetivada pela Funcamp. E apesar de a lei de inovação e dos decretos
26 estaduais permitirem que o NIT possa ter uma personalidade jurídica própria, quiseram fechar
27 na Funcamp pela proximidade em relação à Unicamp, pois todos os diretores da Funcamp são
28 diretores também de unidades da Unicamp, então o pensamento é muito conjunto e muito
29 alinhado. A intenção é simplesmente permitir que a Funcamp faça a gestão administrativa, mas
30 jamais permitir que exista mais de um NIT. Deixa para a doutora Fernanda pensar qual seria a
31 redação mais adequada, mas é simplesmente para abrir uma possibilidade de que possam fazer
32 um estudo mais aprofundado de como seria esse convênio entre Funcamp e Unicamp na gestão
33 do NIT, que continuará sendo a Inova. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
34 CARVALHO diz que vai reler a sua sugestão de redação para que a doutora Fernanda avalie se
35 fica correta: “Na execução de suas atribuições, a Inova poderá estabelecer parceria com a
36 Funcamp para gestão administrativa de atividades do NIT, por intermédio da celebração de
37 termo jurídico específico para esta finalidade, mediante aprovação da CAD”. O MAGNÍFICO
38 REITOR pergunta se seria a Inova ou a Unicamp. O Conselheiro MARCO ANTONIO
39 GARCIA DE CARVALHO pergunta se a Inova pode estabelecer diretamente com a Funcamp.
40 A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que não poderia ser a Inova

1 estabelecendo convênio. Sugere a seguinte redação: “A Unicamp poderá estabelecer parceria
2 com a Funcamp para gestão administrativa da Inova, por intermédio da celebração do termo
3 jurídico específico para essa finalidade mediante aprovação da CAD”. Trocou a palavra “NIT”
4 por “Inova” e incluiu a palavra “administrativa”. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao
5 professor Marco se isso contempla as suas preocupações. O Conselheiro MARCO ANTONIO
6 GARCIA DE CARVALHO responde que sim. No aspecto jurídico, confia na avaliação da
7 doutora Fernanda, e acha que a palavra “administrativa” limita bem, porque na redação anterior
8 tinha interpretado como “a Funcamp poderá gerir atividades da política de inovação”, então
9 com a limitação da palavra “administrativa” fica bem mais claro do que na redação anterior. O
10 MAGNÍFICO REITOR pergunta se em relação à outra preocupação do professor Marco, de
11 que não haja dois NITs, substituir “NIT” por “Inova” deixa mais claro que a Inova seria o único
12 núcleo. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO responde que sim. O
13 MAGNÍFICO REITOR diz que parecem ter chegado a um consenso, então vai reler o que seria
14 a forma final do item 3.1.2, que é a que será colocada votação: “A Unicamp poderá estabelecer
15 parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - Funcamp, para a gestão
16 administrativa da Inova, por intermédio da celebração de termo jurídico específico para essa
17 finalidade, mediante aprovação da Câmara de Administração - CAD”. Reforça que entrou
18 “gestão administrativa”, a palavra “administrativa” especifica qual é o papel da Funcamp, e
19 entrou “Inova” no lugar de “NIT”, indicando que o único núcleo de inovação tecnológica da
20 Unicamp é a Inova. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, com as duas
21 modificações indicadas, que é aprovada com 61 votos favoráveis, 03 contrários e 03 abstenções.
22 Passa ao item 09 – Dossiê nº 01-D-32461/2021 –, que trata de suplementação de recursos
23 orçamentários ao Hospital de Clínicas, no valor total de R\$12.535.110,88 (R\$2.375.166,55
24 aprovados na 145ª Sessão da COP e R\$10.159.944,33 aprovados na 146ª Sessão da COP).
25 Destaque do professor Samuel. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que a
26 suplementação orçamentária do HC é um assunto recorrente, está muito bem justificado nos
27 documentos pelo professor Antonio, superintendente do HC, portanto não vai entrar na questão
28 dos valores. Não podem deixar de entender e confirmar a importância do HC em toda região
29 metropolitana de Campinas e além, e que o Hospital serve muito mais do que o inicialmente
30 pretendido e foi absorvendo vários outros procedimentos, todos muito bem justificados. Mas o
31 orçamento não fecha, e sistematicamente a Universidade tem feito a cobertura desse orçamento,
32 e é o que está em pauta mais uma vez. Sabem do problema da tabela do SUS, que está
33 desatualizada, de fluxo de recursos, é complicado. Sabem também que há problemas de gestão
34 no HC, em vários itens, e tem algumas perguntas nesse sentido, que foram inclusive elaboradas
35 pela colega Cláudia Cavalieri, que infelizmente não pôde participar como convidada deste
36 Consu. Existem várias questões detectadas na gestão de compras, na gestão de insumos, e na
37 gestão até mesmo de pessoal. No documento apresentado, consta que há atualmente algumas
38 cobranças que não existiam antigamente, como o exemplo do fretado. Então, sabem de tudo
39 isso. No longo prazo, percebem nas últimas falas da Reitoria, na mídia, inclusive aqui no Consu,
40 o Hospital Regional Metropolitano como uma possibilidade de atender várias coisas, inclusive

1 políticas e também desafogar esses problemas que têm tido no HC, inclusive de orçamento.
2 Essa é uma eventual solução para longo prazo. Pergunta que soluções estão sendo construídas,
3 no curto prazo, para evitar que novamente venham aqui discutir a questão de cobertura e
4 suplementação do orçamento do HC. Houve uma série de GTs que trataram de centralização de
5 compras, inclusive via um *software* que foi comprado em módulos, para auxiliar nesse tipo de
6 gestão, e o quanto isso está avançado para que nós não tenhamos a repressão desse problema
7 para o HC já no próximo orçamento, no ano que vem. Há problemas com a Prefeitura, de IPTU,
8 de lixo, que pergunta se já estão resolvidas. São várias coisas que vão acrescentando que, na
9 próxima COP, na próxima CAD, no próximo Consu, podem aparecer novamente e isso nunca
10 se esvaziar. Existe também uma série de ações que podem ser feitas para melhorar a gestão de
11 pessoal, gestão das compras, e uma saída que já se tentou trabalhar várias vezes, que é uma
12 eventual autarquização. Pergunta como está esse processo, se está avançado, porque, se isso
13 acontecesse, poderia ser talvez mais rápido do que a construção do Hospital Regional
14 Metropolitano. E mesmo que eventualmente, no futuro, seja construído esse hospital, pergunta
15 se a gestão dele vai recair sobre a Unicamp. Mesmo que sejam todas as outras coisas pagas fora,
16 pergunta quem fará a gestão. Há muitas perguntas ainda sobre o futuro hospital, mas existem
17 problemas agora que podem e devem ser sanados. Nos documentos apresentados pelo HC,
18 verificam que há um trabalho extenso de pedidos de quantia de recursos extraorçamentários,
19 doações parlamentares e tudo o mais, e percebem que tudo isso não é sustentável. É bom que
20 eles existam, mas não se pode confiar nesses recursos não orçamentários, por isso pergunta
21 quais são as estratégias de curto prazo para que no ano que vem não haja mais necessidade de
22 suplementação orçamentária para o HC. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que
23 na COP sempre falam e reitera aqui a importância da área da Saúde, o quanto ela representa, a
24 importância de todos que trabalham lá, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de
25 vista assistencial e o trabalho que eles fazem para a comunidade. Mas sabem que é realmente
26 um incômodo orçamentário ou de gestão, e o incômodo não somente para a gestão, quem está
27 na Reitoria, quem está na PRDU, mas também para quem está na Superintendência, porque
28 para quem está à frente do HC também não é fácil toda essa negociação, que é recorrente,
29 sistêmica. Mudam as gestões e a situação continua exatamente igual, e conversando
30 recentemente sobre a PDO 2022, não se arriscam a apostar que em 2022 não estarão aqui
31 votando uma suplementação para o HC. Sabem que é crônico, que é necessário que se façam
32 mudanças mais estruturais, já vinham falando disso há muito tempo, e reitera que houve um
33 GT que trabalhou em medidas de curto, médio e longo prazo. Acha que não devem apostar tudo
34 no longo prazo, e observa que planos de instalações de hospitais também ficam um pouco à
35 mercê dos interesses políticos das eleições de 2022. Devem ser colocadas no radar também,
36 mas é muito importante que trabalhem amiúde, no curto e médio prazo. Acha que precisam dar
37 um pouco da tônica dessas informações para quem assiste ao Consu. As perguntas trazidas pelo
38 professor Samuel devem ser aqui esclarecidas. Um aspecto que comentou na última COP é a
39 “euforia” superavitária hoje existente na Universidade e que está acontecendo no estado inteiro
40 por conta da questão da arrecadação do ICMS, que está surpreendendo positivamente. Vai ser

1 importante reinvestir no poder de compra dos salários, na reposição de servidores, mas também
2 é um momento político importante para que a Unicamp coloque as questões problemáticas da
3 área assistencial de Saúde, pois há muito tempo o estado vem fazendo vistas grossas aos apoios
4 ao HC exatamente porque ela está dentro da Unicamp. A questão é muito complexa, tem de ser
5 muito bem trabalhada nos vários aspectos, é uma questão política espinhosa, mas precisam
6 realmente trabalhar nas alternativas, com uma consequência de curto, médio e longo prazo
7 diuturnamente. Foi uma questão colocada pelo professor Samuel, mas que reflete a necessidade
8 de esclarecimento para todo o público interno, para que tenham a boa convivência das várias
9 áreas. Essa suplementação de R\$12 milhões, para que tenham uma ideia, representa 1/3 do
10 custeio de todas as unidades da Unicamp, então não é coisa pequena, é algo importante. Ao
11 mesmo tempo, sabe o quanto o HC tem feito esforços para tentar mitigar e superar isso. A
12 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que vai votar favoravelmente,
13 como sempre votou a favor de suplementação para a área da Saúde, especificamente o HC, por
14 reconhecer a relevância de todas as atividades que são feitas, inclusive em termos de ajudar na
15 pesquisa. Solicita que se resgatem os relatórios do GT que alguns chamam de GT Central de
16 Custos, não sabe como se chama o GT, e o nome Central de Custos não sabe se é uma das
17 recomendações, mas ele é um nome um pouco equivocado porque dá uma ideia de que se tenta
18 apenas agrupar em um único nível ou em um único órgão a gestão de compras, pelo menos
19 quando lhe falam em central de custos é isso que pensa. Dentre as várias recomendações que
20 ouviu dizer que foram feitas nesse GT, estão: a centralização de compras, a investigação e
21 parametrização do custo do pronto-socorro e como isso pode ser otimizado, e uma ação da
22 Unicamp contra a Prefeitura de Campinas, por cobranças indevidas de IPTU na área do
23 Hospital. São três exemplos de ações de curto prazo, que poderiam já otimizar os custos e a
24 aplicação de verbas no HC e, para isso, o resgate dessas recomendações é essencial. O
25 Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que como a maioria das pessoas sabe, é
26 enfermeiro, e trabalha na Universidade há 30 anos, na área da Saúde. Acha que precisam
27 lembrar que a questão do financiamento da área da Saúde é um problema bastante antigo e
28 não é exclusivo do HC. Quando o orçamento da Universidade é deficitário e o HC pede
29 suplementação de recurso, aprovam; quando o orçamento da Universidade é superavitário e há
30 recomposição do valor da reserva, o HC pede suplementação de recurso e aprovam. Não
31 aprovar a suplementação de recurso para o HC implica inviabilizar o funcionamento do
32 Hospital, e acha que ninguém aqui quer isso. Existem lá problemas crônicos que passam pela
33 questão da tabela SUS, da inflação do setor da saúde, que sempre é muito mais alta, tem também
34 problema de governança, de necessidade de melhoria de processos. Há problemas conhecidos
35 e para os quais há propostas para melhoria, embora devam reconhecer que o HC nos últimos
36 anos tomou várias providências para resolver problemas. A questão que foi apontada por alguns
37 conselheiros, de trabalhos que foram feitos anteriormente, precisa ser revista, e acredita que
38 está sendo. Um outro ponto que foi tocado, a questão da construção do Hospital Regional, acha
39 que tem um entendimento que não é muito adequado à proposta que está sendo feita. Basta
40 olhar como se dá a ligação do Hospital Estadual de Sumaré com a Universidade, é algo bem

1 distinto e acha que é nessa linha que há uma proposta para a questão do hospital regional. Isso
2 passa pelas propostas de reorganização da área da Saúde da Unicamp, que é um elemento
3 bastante importante. A questão da autarquia já foi discutida aqui há muito tempo, inclusive foi
4 aprovada no Conselho Universitário há vários anos, mas ela não foi para frente. Acha que não
5 é uma boa opção, se fosse boa ela teria sido efetivada. Quando retomam a questão da autarquia,
6 as pessoas poderiam colocar na discussão uma provável revisão da quota-parte, pois a área da
7 Saúde teve um peso bastante importante no estabelecimento dessa quota-parte. Não acha que
8 alguém aceitaria a autarquização do Hospital sem pensar na revisão da quota-parte, mas esse
9 assunto é antigo e não avançou. Há outras propostas que estão sendo discutidas para a
10 reorganização da área da Saúde, e pensa que a Deas tem um papel bastante importante nessa
11 discussão de reorganização, para que o HC não precise vir aqui no Conselho Universitário todos
12 os anos pedir suplementação. Então, seu voto, como sempre foi, será favorável. O Conselheiro
13 CÉSAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que essa questão de financiamento de hospital em todo
14 lugar é um problema muito parecido, porque ela é estrutural do SUS. Se olharem no passado,
15 10, 15, 20 anos para trás, os problemas se replicam. E por mais que se injete dinheiro local, não
16 conseguem resolver o problema de como se dá o financiamento público dos hospitais. Então
17 tentam encontrar soluções locais que otimizem os gastos, mas, em geral, representam pouco
18 benefício comparado com o tamanho do problema. Normalmente o que acontece na questão
19 hospitalar é que os entes federados se responsabilizam pela gestão do hospital de uma forma
20 inversamente proporcional à distância que eles estão da porta de entrada. A bomba estoura na
21 porta de entrada, e quem é a porta de entrada aqui é a Unicamp. Nos hospitais públicos
22 municipais ou conveniados do SUS de Campinas, certamente estoura na mão da Prefeitura, e
23 assim por diante. Uma atitude que acha que vale a pena é chamar o governo do estado sobre a
24 questão da quota-parte, como apontou o conselheiro Adilton, porque está chamando o ente
25 federado estado à sua corresponsabilidade do financiamento do Hospital. Tentam resolver com
26 questões locais um problema que é estrutural do Sistema Único de Saúde, antigo, de que outras
27 gestões já se ocuparam há 10, 15, 20 anos, e essa história só vem se repetir. É claro que o
28 Conselho Universitário não tem a menor dúvida de que deve complementar, mas está
29 aproveitando o espaço para discutir como podem melhorar isso. Por mais que tentem fazer
30 ações locais, melhorar a gestão, isso vai representar, no final, na sua visão, pouco benefício se
31 comparado com o tamanho do problema estrutural que possuem. A Conselheira HELOISE DE
32 OLIVEIRA PASTORE JENSEN declara que seu voto será favorável à suplementação, como
33 sempre foi todas as vezes em que teve a honra de se sentar neste Conselho. Gostaria que
34 tomassem outro rumo nesta discussão, mas infelizmente estão tomando o mesmo rumo de
35 sempre, que é a necessidade e a justificativa da complementação. Acha que não é preciso
36 justificar, está claro que é necessário, e estão indo novamente nessa direção, de uma reunião de
37 justificativa. Essa discussão não é necessária, mormente agora que felizmente há uma chegada
38 de recursos melhor. No entanto, vê discursos de pessoas tentando puxar a discussão para uma
39 direção mais inteligente. Por exemplo, é urgente verem esse relatório do GT que a professora
40 Claudia solicitou; foi feito um trabalho enorme, e devem examinar. Sabem que a autarquização

1 do Hospital já foi aprovada na gestão do professor Fernando Costa, e não foi implementada
2 porque é difícil. Fácil é entregar ao Hospital uma suplementação maior de recursos para que ele
3 possa funcionar. Continuam fazendo as mesmas coisas esperando resultados diferentes, mas
4 eles não vão vir. O conselheiro Adilton disse que o problema não é exclusivo do HC, o que é
5 verdade, mas o HC é problema da Unicamp, e precisam cuidar dele. Concorde que o HC tomou
6 várias providências para mitigar o problema, é visível o quanto o professor Antonio se dedica
7 a isso. Mas não está resolvendo, o que mais uma vez mostra que estão fazendo a mesma coisa
8 e esperando resultados diferentes. O conselheiro Adilton comentou algo que extrapola um
9 pouco, que é o fato de a quota-parte da Unicamp ter uma contribuição da presença do HC, que
10 em uma possível autarquia seria perdida. Acha que é uma elaboração muito longa, e ele
11 diz que não faria diferença, mas isso não é verdade, porque nem todas as unidades requisitam
12 complementação todos os anos. Em 2019, estava no Consu que aprovou uma complementação
13 correspondente a mais um mês de recursos do Hospital; em 2020, não tiveram de fazer quase
14 nada porque a Unicamp recebeu doações, mas agora são R\$20 milhões, é mais do que um mês.
15 Acompanhar essas coisas indica que a situação está piorando, então precisam tomar uma atitude
16 diferente, fazer alguma coisa diferente do que têm feito. Deseja que essa discussão siga em uma
17 direção produtiva, pois estão sempre no mesmo lugar, e isso a angustia demais. É grave a
18 situação, estão falando de R\$20 milhões, é muito dinheiro. É pouco para o HC, mas é muito
19 dinheiro. Para o IQ, por exemplo, R\$20 milhões faria uma enorme diferença, possibilitaria
20 construir, provavelmente, outro IQ. Então precisam tomar um caminho diferente, resgatar o
21 relatório do GT, estudá-lo, colocar em prática o que é possível colocar em prática a curto prazo,
22 programar-se para colocar em prática o que é possível no longo prazo, o que será produtivo.
23 Tudo bem se ainda complementarem os próximos dois, três anos, mas precisam de uma outra
24 discussão, e não lhe parece que essa discussão passe por um outro hospital, mas ainda pode ser
25 convencida. O Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA defende o Hospital e o repasse, como
26 fez ao longo do ano de 2021, porque o Hospital atendeu a toda a demanda do município na
27 época da pandemia, 2020 e 2021. A participação do Hospital no orçamento nesse período vem
28 caindo, tanto é que em 2022, no orçamento aprovado na COP na semana passada, a participação
29 caiu de 21% em 2018 para 17% para 2022. É preciso analisar o repasse do Hospital sob a ótica
30 dos preços que estão acontecendo no mercado. Há uma inflação em dólar, uma depreciação do
31 câmbio e o custeio de material hospitalar teve reajuste significativo nesse período. Então, para
32 fazer qualquer análise em relação a esse repasse ao Hospital é preciso ver a questão dos custos.
33 O poder aquisitivo dos contratados da Unicamp caiu 40% desde 2012; estão reivindicando 20%
34 em janeiro de reajuste para recompor uma parte dessa perda salarial. E tudo isso teve reflexo
35 nos preços, é óbvio que as unidades de ensino e pesquisa, por terem ficado em trabalho remoto,
36 tiveram redução de custeio, tanto é que mais de R\$80 milhões vão ser transferidos para o ano
37 seguinte. Então, é preciso fazer uma análise mais considerada dos números. O Hospital teve um
38 peso na questão da quota-parte, na conquista da autonomia, mas também em 1991, com a
39 emenda do deputado Edinho Araújo, quando passou de 8,4% para 9,57%, a Unicamp recebia
40 mais que a Unesp e passou a receber menos que ela por conta dessa conta que tinha levado em

1 consideração a obra do Hospital. Portanto, pensa que deveriam primeiro, para saber se está se
2 gastando mais, se a participação hoje é maior do que era no passado, é ter uma conta acertada
3 entre as partes, porque estão fazendo aqui afirmações sem base concreta. Uma base concreta é
4 que a participação do Hospital no orçamento da Universidade caiu de 21% para 17%. A
5 arrecadação de ICMS reflete os preços dos combustíveis, da energia elétrica, reflete inclusive
6 a movimentação na indústria, como o professor Fernando Sarti levantou na reunião da COP, a
7 partir do relatório da Secretaria da Fazenda, que mostra que há uma forte influência da indústria
8 nisso. Os preços praticados hoje são bem diferentes de quando foi orçamentado esse custeio do
9 Hospital, que teve de fato funcionamento pleno com a receita diminuída. Então é preciso olhar
10 os números e verificar se têm de fato alguma concretude essas informações que são fornecidas
11 aqui no Conselho Universitário. A participação do Hospital no orçamento da Universidade vem
12 caindo, essa é uma questão concreta, portanto encaminha a favor da suplementação. O
13 Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que é um assunto complexo; a cada
14 Administração existem cenários e questões diferentes, mas há componentes que são sempre
15 semelhantes, como a preocupação da Universidade com a parte de recursos que vai para os
16 hospitais. Isso sempre foi uma preocupação. Cada Administração fez ajustes que entendeu
17 necessários, mas o que observa ao longo de todas essas gestões é uma falta de continuidade dos
18 processos que são construídos, há muitas interrupções, e dessa forma a área da Saúde vem
19 sofrendo com muitas fragmentações históricas no seu processo de gestão. No geral, considera
20 que ela tem baixa governança, e um aspecto que deseja destacar é que 2021, pela grande
21 arrecadação em relação às despesas, é um ano financeiramente e orçamentariamente tranquilo
22 para suplementar as necessidades da área da Saúde. Porém, nos anos de dificuldades
23 orçamentárias, como foi na gestão anterior, a Universidade tinha dificuldades para fazer a
24 gestão do seu orçamento, e para a área da Saúde foi muitíssimo difícil. Então essa facilidade
25 que estão tendo em 2021 para suplementar pode ser que em 2022 não ocorra, pois talvez tenham
26 um cenário completamente distinto, pela grande imprevisibilidade que possuem, e isso o
27 preocupa. Na época do professor Fernando Costa, que deixou R\$1, 250 bilhão de reserva, a área
28 da Saúde viveu uma situação magnífica. O professor Manoel passou para o professor Miranda
29 o HC com R\$12 milhões de saldo, algo fantástico; parecia que o professor Fernando Costa ia
30 resolver todos os problemas da área da Saúde. Depois veio o professor Tadeu, fez o possível,
31 veio o professor Marcelo e estavam no fundo do poço. A área da Saúde equivoca qualquer
32 gestor que fizer a aposta de continuar com modelo centrado na Universidade; ela desafia isso e
33 coloca em risco sempre os dirigentes da área da Saúde. O GT que foi mencionado pela
34 professora Claudia é o GT de Gestão e Financiamento da Área da Saúde, e ele foi instituído por
35 deliberação do Consu, na mesma reunião em que houve a suplementação de R\$11,4 milhões
36 para o HC. Naquela reunião, por proposta da professora Marisa, apoiada pelo professor Sérgio
37 Salles, apoiado por ele, foi deliberado criar esse GT, que levou algum tempo, mas foi criado.
38 Acha que seria interessante trazer para o Consu o resultado, até porque foi uma iniciativa do
39 próprio Conselho Universitário. Ele é um referencial importante para as mudanças estruturais
40 que são necessárias no HC, e que são difíceis. O professor Marcelo começou sua gestão falando

1 sobre a centralização da administração do HC, mas não fez. Outros reitores mais recentes
2 também tentaram e não conseguiram. Como diretor da FCM, fica preocupado porque tem toda
3 a forma como as coisas andam e aposta sempre o melhor, sua função é qualificar. Observa que
4 devem ser tratados de maneiras totalmente separadas os assuntos da construção eventual de um
5 hospital metropolitano e a situação do HC. São duas questões completamente distintas, têm
6 fatores muito diferentes, e acha que do ponto de vista financeiro um não interfere no outro. A
7 discussão do hospital metropolitano começa com a gestão do professor Antonio José, uma
8 excelente iniciativa, que defende e aguarda com expectativa. Mas sabem que para se realizar
9 isso em um ambiente público serão necessárias várias gestões. O Hospital do Câncer de São
10 Paulo começou em 1988 e terminou em 2008. Se começarem a construir um prédio em um
11 lugar que precisa fazer infraestrutura, que vai ter de licitar o projeto executivo, isso é projeto de
12 10 anos. Mas ele é absolutamente necessário, e a forma como será financiado efetivamente não
13 será definida pelo governo, pelos prefeitos que estão hoje no poder. O Conselheiro MARCO
14 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que o professor Zeferino tocou no assunto da
15 governança e era justamente o assunto que iria abordar, mas a governança na área de Tecnologia
16 da Informação. A Copei autorizou o uso de verba do Planes da Unicamp, R\$5,4 milhões, para
17 implantação mais rápida do AGHUse, que é um sistema de gestão hospitalar. Sua utilização
18 havia sido decidida há cerca de dois anos e ele vinha sendo implantado de uma maneira mais
19 lenta, dadas as condições orçamentárias dos últimos dois anos. Na penúltima reunião da Copei,
20 foi aprovada a verba de R\$5,4 milhões para tentar acelerar a implantação desse sistema
21 hospitalar que já vinha sendo feita nesses últimos dois anos. Portanto, inclui essa cifra a mais
22 também no orçamento do HC, ou do complexo hospitalar, e destaca a importância de terem um
23 sistema completo que integra todas as áreas relacionadas à gestão de um hospital, e talvez seja
24 interessante fazer, na sua escala de prioridades, a instalação de módulos que correspondam à
25 área de gestão de fluxo de processos, porque isso permitirá uma governança melhor do Hospital.
26 Então é só esse comentário visando o potencial que essa medida tem para que se possa entender
27 o que está acontecendo, controle de estoque, de prontuário eletrônico etc. É um sistema bem
28 complexo que tem esse potencial de permitir uma melhor governança do Hospital. O
29 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que todos sabem que realmente essa questão do
30 financiamento da área da Saúde é bastante complexa, as falas anteriores corroboram nessa
31 direção. O que estão tentando aprovar aqui é uma suplementação da ordem de R\$12,535
32 milhões, dos quais R\$2,300 milhões foram já tratados na COP de setembro, e R\$10,159 milhões
33 na COP de outubro. Esse tema é muito complexo e delicado, e confessa que se incomoda
34 quando ouve falas de pessoas que são favoráveis à assistência, mas são contrárias ao
35 financiamento da assistência, pois não consegue entender essa incoerência, essa contradição.
36 Estão falando de uma assistência que tem um peso realmente considerável, são R\$535 milhões
37 em assistência, e obviamente qualquer movimento que ocorra vai provocar mudanças
38 importantes nesses custos. Não é novidade para ninguém o fato de que vivem uma pandemia
39 há dois anos, que provocou, como vários aqui já comentaram, impactos importantes, tanto do
40 ponto de vista da demanda, da necessidade inclusive da criação de leitos de UTI Covid. Mais

1 do que isso, há uma inflação na área da Saúde bastante significativa. Outro aspecto que também
2 têm vivenciado nesse período é a crise econômica e social que faz com que a população procure
3 os hospitais da Unicamp; isso também não pode ser desconsiderado. E mesmo quando a
4 pandemia terminar, essa crise vai continuar. Entende a preocupação e acha que têm sido
5 tomadas ações de curto e médio prazo nessa direção; o professor Marco Antonio inclusive
6 chamou a atenção para uma muito importante, a aprovação de recursos para o AGHUse, para
7 acelerar o desenvolvimento desse aplicativo que acreditam que vai promover um gerenciamento
8 integrado tanto das informações clínicas dos pacientes, como também do ponto de vista
9 administrativo, financeiro, possibilitando um diagnóstico melhor. Também têm avançado com
10 a DEA na centralização das compras na área da Saúde, assim como iniciarão já em 2022 a
11 consultoria para a área da Saúde. Todas essas ações de curto e médio prazo são importantes,
12 elas provavelmente vão ajudar em um ganho de eficiência, em um ganho de governança, mas
13 talvez não eliminem o déficit enquanto houver uma demanda ainda intensa por essa assistência
14 da Universidade. Dessa forma, propõe a alguns colegas que são contra o financiamento da
15 assistência que encaminhem a este Conselho Universitário uma proposta de que vão fechar
16 algumas portas, fechar alguns leitos. Devem debater com muita seriedade e pouca demagogia
17 neste Conselho Universitário sobre o financiamento da saúde. Não é possível ser favorável à
18 assistência e ser contrário ao seu financiamento. É uma questão complexa, como bem definiram
19 o professor Zeferino e os demais. Informa que já foram aprovados, mas ainda não foram
20 liberados pela Secretaria Estadual de Saúde, valores da ordem de R\$12,733 milhões para
21 custeio e mais R\$2 milhões para investimento, totalizando R\$14,800 milhões. Esses recursos
22 terão de ser pagos até dezembro, o que faz com que o déficit para o HC, que foi da ordem de
23 R\$23 milhões, somando as suplementações do ano inteiro, se reduzam para pouco menos de
24 R\$10 milhões, um déficit inferior ao que tiveram em 2019, prévio à pandemia. Também é
25 verdade o que colocou o senhor José Luis, assim como o professor Zeferino na COP, de que os
26 recursos destinados à área de assistência na Universidade em relação ao orçamento não
27 cresceram. Eles se reduziram em 2022, e até teve essa discussão com o professor Zeferino,
28 porque a previsão de receita para 2022 cresceu bastante, então há uma redução, mas há uma
29 redução para todos os demais órgãos da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR passa a
30 palavra ao professor Oswaldo, diretor executivo da Diretoria Executiva da Área da Saúde, onde
31 estão centralizadas as grandes iniciativas da área da Saúde, incluindo a questão do hospital
32 regional. O Professor OSWALDO DA ROCHA GRASSIOTTO diz que essas são questões
33 candentes, mas não são recentes; as acompanha na área da Saúde há duas décadas talvez, e,
34 como os que o antecederam colocaram, elas têm sido objeto de tentativas de solução, algumas
35 mais atrevidas, outras menos atrevidas, mas que não têm conseguido na prática reverter o fato
36 de que a área da Saúde não consegue sobreviver com os recursos que estão definidos dentro do
37 seu orçamento. Há anos isso fica mais ou menos agudo, e em 2019 tiveram um déficit de cerca
38 de R\$14 milhões; em 2020 esse déficit “desapareceu”, porque houve um aporte muito
39 significativo de recursos em doações para atendimento Covid, e uma redução de custos também
40 em função de uma movimentação menor de atendimentos não Covid. Em 2021, esse déficit

1 voltou a aparecer. E dependendo de como se faz as contas, o valor cai pela metade. Mas a
2 primeira conclusão é que os problemas são estruturais, não são conjunturais; eles não se devem
3 à Covid, nem ao fato de um determinado ministério ser favorável e outro ser desfavorável. O
4 problema é que a área da Saúde da Unicamp, constituída em meados da década de 1980, com
5 o Hospital de Clínicas, com o Hospital da Mulher, com o Hemocentro, com o Gastrocentro, foi
6 colocada dentro do orçamento da Universidade. Na ocasião, ela representava aproximadamente
7 20% do orçamento global da Universidade, mas passou por crescimento de demanda e
8 crescimento de custo, que são bastante diferentes do que acontece com a Universidade. E existe
9 um componente muito mais grave nesse processo que é a disponibilidade de pessoal
10 orçamentário trabalhando dentro das unidades, entre elas os hospitais. Os hospitais hoje têm
11 uma proporção, que é uma proporção atuarial ainda não fechada, que para cada seis trabalhando
12 há quatro profissionais inativos que continuam onerando o orçamento. Isso acontece também
13 em outras unidades, não só na área da Saúde; mas na área da Saúde, em função de normas
14 reguladoras, esses números não podem ser reduzidos, não podem ser agrupados, não podem
15 fazer com que um funcionário realize o serviço de dois. Então, a área da Saúde não pode
16 expandir a sua participação no orçamento da Universidade porque é impossível hospitais e
17 unidades disputarem recursos, todos com necessidades extremamente importantes, é uma
18 disputa irracional e irresoluta, que só faz mal para a Universidade. Então os hospitais passaram
19 a suplementar o seu orçamento, principalmente de pessoal, utilizando a venda de serviços, que
20 são os recursos que chamam de extraorçamentários. A Universidade coloca quase R\$600
21 milhões de reais por ano na área da Saúde, o HC é um deles, mas nas quatro unidades. E a venda
22 de serviços, que chamam de contratualização do Sistema Único de Saúde, coloca pouco mais
23 de R\$220 milhões todos os anos. Portanto, estão falando em algo em torno de R\$800 milhões
24 todos os anos para a área da Saúde, e apuram um déficit em alguns anos da ordem de R\$20
25 milhões, R\$25 milhões quando ele foi mais alto, mas esse déficit é maior, porque aí não está
26 computado o desgaste da estrutura, a necessidade de investimento que daqui a pouco vai
27 acontecer porque um cano quebra, por exemplo, porque uma estrutura não está sendo mantida
28 adequadamente por não ser tão prioritária. Dessa forma, o déficit orçamentário da área da Saúde
29 não é de R\$25 milhões, ele é um déficit estrutural da ordem de R\$40 milhões, R\$50 milhões
30 todos os anos. É impossível resolver isso só com as soluções internas, porque as causas
31 determinantes são permanentes; a questão atuarial é uma questão permanente, um funcionário
32 que foi contratado na década de 1970, 1980, está se aposentando. Aqueles que migraram da
33 condição de celetistas para estatutários e logo depois se aposentaram também continuam
34 onerando o orçamento da Universidade e, no caso, especificamente a dotação que os hospitais
35 recebem. Da mesma forma, elevação do piso impacta, as 30 horas impactam a área da Saúde, e
36 esse impacto vem ficando um pouco mais marcado nos últimos anos do que realmente estavam
37 há cerca de 10 anos. Problemas complexos solicitam soluções complexas, não é possível
38 resolver com soluções simples. As soluções precisam ser de curto, de médio e de longo prazo,
39 e no curto prazo já listaram aqui algumas delas, como fazer compras com uma economicidade
40 melhor, ou seja, dar um pouco mais de escalas às aquisições. Já que são quatro unidades

1 comprando, podem fazer uma gestão mais qualificada utilizando ferramentas que permitam
2 conhecer melhor a informação dentro dos hospitais, então com isso ter central de custos,
3 entender um pouco melhor os procedimentos que são mais custosos e os que são menos
4 custosos, os que são eventualmente superavitários e aqueles que são eventualmente deficitários.
5 No entanto, todas elas são soluções que passam por uma equação relativamente pouco
6 impactante do ponto de vista desse déficit estrutural que possuem. Então, vem a solução da
7 autarquização. Autarquização é quase que um “lavar as mãos”, um entregar a área da Saúde da
8 Universidade para a Secretaria de Estado da Saúde. A cobertura da assistência em saúde, até
9 por definições constitucionais, é devida ao estado, à federação, não é devida às universidades.
10 A Universidade Estadual de Campinas teve o privilégio de receber seus hospitais e colocar o
11 dinheiro dos hospitais no seu orçamento. Não fossem pelos hospitais, o orçamento, que será de
12 mais ou menos R\$3 bilhões, seria de R\$2,3 bilhões, ou seja, haveria uma perda de R\$700
13 milhões para o orçamento de 2022. Portanto, são trazidos cerca de R\$500 milhões, R\$600
14 milhões todos os anos no orçamento da Universidade por causa dos hospitais. Se a Unicamp
15 não os tivesse, não receberia esse recurso. Então, quando se fala em autarquizar, vão ao estado,
16 oferecem os hospitais, e o estado, agora mesmo na última conversa, dois ou três meses atrás,
17 falou que cuidaria do hospital e ficaria com os R\$800 milhões para ele. Se a Unicamp abrir mão
18 de todo esse orçamento, pergunta onde ela vai buscar recursos no futuro. Ela não vai ter os
19 custos dos hospitais, mas também não vai ter nenhum colchão financeiro caso os hospitais
20 consigam ser mais bem financiados. Então pode até ser uma solução, desde que entreguem junto
21 com os hospitais todo o recurso que a Universidade recebe para mantê-los, ou seja, R\$800
22 milhões todos os anos. A congregação da Faculdade de Medicina em 2011 ou 2012 aprovou
23 que fizessem a autarquização, a Unicamp levou essa proposta ao governo do Estado de São
24 Paulo, que leu a proposta e disse que queria os R\$800 milhões. A Universidade respondeu que
25 não poderia, porque esse dinheiro está sendo usado para pagar o pessoal inativo, então o
26 governo do estado engavetou a proposta. Em dezenas de tentativas de aproximação pela
27 autarquização, o governo do estado manifestou que não queria os hospitais da Unicamp. Ele
28 aceitou o de Botucatu, da Unesp, porque o orçamento do hospital de Botucatu era de R\$45
29 milhões naquela época, que representava 2,5% do orçamento da Unesp. No caso da Unicamp,
30 representa 20% do seu orçamento, e em uma eventual autarquização o estado leva esse recurso
31 com ele, como no início ele levou o dinheiro da Unesp e agora devolveu o equivalente a R\$45
32 milhões por ano, dizendo que abrissem alguns cursos de Engenharia e com isso não ficariam
33 mais com esse recurso. Mas para a Unicamp essa proposta nunca apareceu, então idealizam
34 soluções de curto prazo, que são as soluções possíveis. A área da Saúde não vai deixar de ser
35 deficitária no mês de fevereiro; mesmo que haja uma revolução de arrecadações, algum déficit
36 vai acontecer e a área da Saúde tem sido heroica em buscar recursos que cubram esse déficit de
37 uma maneira parcial ou até total, como aconteceu no ano de 2020. O professor Antonio vai
38 explicar depois o que ele passou, o que os dirigentes da área da Saúde têm passado, para buscar
39 aditivos ao contrato através de emendas parlamentares, que falam que é uma certa caridade
40 parlamentar para cobrir o déficit orçamentário a que toda as áreas de Saúde estão expostas neste

1 momento, não só a da Unicamp. Captam em torno de R\$20 milhões todos os anos para cobrir
2 um pouco esse déficit, e como o professor Fernando falou, esse déficit de R\$24 milhões vai cair
3 pela metade em função do aporte que está chegando e um pouco mais do que já chegou. No
4 curto prazo, sem dúvida precisam rever a governança utilizando ferramentas de formação
5 adequadas, como é o caso do AGHUse e outras, mas particularmente com uma consultoria que
6 já foi decidida aqui no final de 2019, que detecte as condições mais graves que estão
7 acontecendo do ponto de vista de custeio, de financiamento, de operação de compra, de
8 pagamentos, e que consiga dar uma solução a algum equacionamento parcial para a questão.
9 Mas não vai ainda resolver o problema porque há defeitos estruturais, o custo é maior do que a
10 receita; portanto, precisam baixar o custo ou aumentar a receita. Baixar custo é aquilo que o
11 professor Fernando Sarti falou, sobre fechar leitos, o que traria um custo político e um impacto
12 social, pois o HC é o único centro que faz transplante, que faz cirurgia cardíaca, que tem terapia
13 intensiva de qualidade para cuidar. A área da Saúde da Universidade é fundamental para a
14 região e é muito a sua fachada junto à sociedade. A outra solução seria aumentar a receita, mas
15 também não é possível porque sempre que se fala em aumentar a quota-parte para 11% o
16 governador nega. O Alckmin quase propôs, ao invés de aumentar, reduzir o teto. Portanto,
17 mudar a quota-parte da Unicamp, da Unesp e da USP é outra solução que nem adianta pensar,
18 é impraticável; a quota-parte vai continuar sendo a mesma. Se conseguirem manter os hospitais,
19 vão continuar exatamente nos valores que vêm fazendo. A solução está à frente: precisam ter
20 novas estruturas hospitalares que não onerem a Universidade, como é o caso do Hospital
21 Estadual de Sumaré, como é o caso do Hospital Regional de Piracicaba. Em Sumaré, há 240
22 leitos, em Piracicaba são 60, indo para 120, serão 360 leitos incorporados à gestão da Unicamp
23 custando zero para o orçamento da Universidade. Eles estão totalmente orçados, construídos e
24 operados com recursos da Secretaria de Estado da Saúde. Lá podem colocar o residente, o aluno
25 da Unicamp, e se conseguirem fazer isso para aliviar o Hospital de Clínicas ou no Caism,
26 reduzir à metade esse movimento, essa pressão de demanda, com recursos da Secretaria de
27 Estado da Saúde, que a obrigação é dela, a Unicamp entra com a gestão, através de um contrato
28 de gestão que envolve zero de custo. Envolve a presença dos docentes juntamente com os
29 alunos, residentes, para fazerem pesquisa, ensino, para cumprirem sua missão. Então é esse o
30 encaminhamento que a Universidade está levando ao governo do estado, construir junto à
31 Unicamp, em um espaço que ela própria pode ceder, da Fazenda Argentina, um hospital que
32 seja mais ou menos do tamanho do Hospital de Clínicas, com 400 leitos, que opere com o
33 atendimento da Região Metropolitana, e retire do HC a obrigação de fazer pronto-socorro.
34 Fecha o pronto-socorro do Hospital de Clínicas, o pronto-socorro fica lotado no Hospital
35 Regional. E que lá ele tenha leitos para atender o pronto-socorro e tenha leitos para atender os
36 casos que hoje vêm ao HC que chamam de menor complexidade. O grande problema é que um
37 caso de menor complexidade rende de 1/4 a 1/25 uma internação de alta complexidade. Um
38 exemplo: um paciente está internado no HC para fazer cirurgia cardíaca desde segunda-feira,
39 para operar quinta-feira, e na quinta-feira esse paciente que ia para a cirurgia não vai porque
40 chega pelo pronto-socorro uma emergência de um acidentado que bateu a moto ou que teve

1 uma apendicite, que está em risco iminente. Uma coisa substitui a outra, e não conseguem
2 operar aquele que estava eletivo programado; isso vem acontecendo no Hospital de Clínicas.
3 Aquilo que chamam de alta complexidade, que tem alto rendimento, está sendo cada vez menos
4 produzido, e a emergência regional está ocupando esse lugar. Só que remunera o Hospital em
5 uma fração de 1/5, 1/10 do que um procedimento de alta complexidade poderia fazer. Se um
6 hospital com 400 leitos está atendendo as emergências, utilizando recursos da Secretaria do
7 Estado, operado pela Unicamp por meio de um contrato de gestão que não onere em um centavo
8 o orçamento da Universidade, abrem leitos no Hospital de Clínicas para cirurgia bariátrica,
9 cirurgia cardíaca, cirurgia neurológica, UTI, UTI neonatal, que são rendosas e que ao longo do
10 tempo, em longo prazo, transformem a área da Saúde em superavitária. E com isso, que esses
11 R\$600 milhões que hoje são alocados pela Universidade na área da Saúde possam ser
12 diminuídos e, de uma certa maneira, retornar à Universidade para que ela abra novos cursos,
13 para que ela faça outras coisas dentro da sua missão acadêmica. A área da Saúde em si é um
14 problema que vem se acumulando ao longo do tempo e os incomoda a cada ano que precisam
15 discutir a necessidade de suplementar recursos, que muitas vezes seriam muito necessários para
16 fazer a reforma dos banheiros de alguma unidade de ensino e pesquisa, por exemplo. Esse
17 equacionamento, da forma como foi planejado pela gestão, foi levado ao governo do estado, e
18 essa caminhada tem sido pesada, são seis meses que estão em uma peregrinação pelas
19 autoridades do Estado de São Paulo e de Brasília. Obtiveram uma sinalização favorável, apoio
20 progressivo dos diversos grupos políticos e empresariais da região e, por último, parecer do
21 governador do estado de que fazem o hospital, financiam uma parte do custo do hospital, o SUS
22 financia uma parte do custo do hospital e a Unicamp, juntamente com os dirigentes regionais,
23 vai conseguir um pouco de recursos, vindo dos municípios, para cobrir 100% do custeio desses
24 hospitais. A Unicamp põe zero e ganham um hospital de 400 leitos que substitua e que proteja
25 a área da Saúde da Universidade de receber a pressão de demanda, da insuficiência de leitos,
26 da carestia que esses casos trazem e que vão ficar no orçamento da Secretaria do Estado. Não
27 é sorte; são boas ideias, boas propostas, negociações, mas também tem o momento político, que
28 é muito enriquecedor e é muito bom porque a sociedade está entendendo, após a Covid, que a
29 área de Saúde não pode ser destruída como vem sendo destruída, não aqui na Unicamp, no
30 Brasil como um todo. Não tinham máscaras, anestésicos, respiradores. A área de Saúde ficou
31 abandonada e a sociedade entendeu isso, os governantes têm de refletir isso. Então, essa
32 simpatia pela área de Saúde está ajudando, e espera muito que no final desta gestão já estejam
33 com esse hospital construído, com algum esforço de trabalho da Universidade, uma doação de
34 terreno, uma facilitação para que ele fique aqui dentro do *campus*, e façam o que chama de
35 autarquização para dentro, a área da Saúde fique com a autarquia dentro da autarquia especial
36 Universidade Estadual de Campinas. O MAGNÍFICO REITOR diz que a fala do professor
37 Oswaldo refletiu aquilo que a Administração está pensando para o curto, o médio e o longo
38 prazo. Ele deu mais detalhes sobre a proposta de longo prazo, mas é esse o esforço que estão
39 fazendo, então achou que foi bastante esclarecedora para o Conselho Universitário, um
40 planejamento mesmo que está sendo feito. Passa a palavra ao professor Antonio,

1 superintendente do HC. O Conselheiro ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO
2 agradece a todos que o antecederam pelas colocações, pelo apoio de cada um ao HC e à sua
3 gestão, em todas as câmaras técnicas da Universidade, para passarem por esse problema da
4 suplementação de verbas ao longo de anos, que é um problema sistêmico. Salienta que há todo
5 o trabalho de emendas parlamentares, que foi citado pelos professores Sarti e Oswaldo. Há
6 também a central de captação, que chamam de Amigos do HC, que nasceu no bojo da pandemia
7 no ano passado; com todas as doações que a sociedade fez para a Unicamp e direcionadas para
8 a área da Saúde, conseguiram mitigar uma previsão já no ano passado, que era de R\$28 milhões.
9 A previsão era que teriam de pedir recursos no ano passado, antes da pandemia, da ordem de
10 R\$28 milhões de suplementação, e graças a vários esforços, em um momento conseguiram
11 mitigar. Esse ano não foi possível, porque tudo continuou aumentando, o mercado continuou
12 instável, tiveram a segunda e a terceira onda da Covid. É um pesadelo que não termina; agora
13 que estão, neste momento, querendo respirar mais aliviados, há a variante Ômicron, que está
14 circulando e os ameaçando. Foram atendidos desde março do ano passado 3.355 pacientes com
15 sintomas respiratórios, que eram suspeitos de Covid. Desses, 1.881 foram confirmados,
16 internados e tratados no HC, com todas as demandas de UTI, enfermaria, contratações
17 emergenciais, busca de recursos e habilitações. Tiveram 382 óbitos, um número bastante
18 expressivo, mas todos sabem que é difícil, e dentro da mortalidade hospitalar de Covid,
19 conseguiram manter em todas as faixas etárias, no global, uma mortalidade de 20%. É um índice
20 muito bom dentro da mortalidade hospitalar. A gestão vem trabalhando desde o primeiro dia;
21 já na cerimônia de posse entregou o seu primeiro ofício, um pedido de suplementação para a
22 UTI Pediátrica, à diretora da DRS VII. É uma verba de aproximadamente R\$8,5 milhões por
23 ano, que teve um contingenciamento ano passado, como tudo teve, por parte da Secretaria.
24 Esses R\$8,5 milhões, para tocar 20 leitos de UTI, pois tinham 10 e acrescentaram 10,
25 provavelmente estariam na conta dessa suplementação. Então, foi uma grande luta. Em junho
26 entregou o ofício, em dezembro, depois de muitas reuniões, tiveram a aprovação no fechamento
27 do ano, antes da troca de governo do estado. Esse é um caminho que têm buscado, já com
28 revisões. No *site* do HC constam as muitas ações que o Hospital vem fazendo, como reuniões
29 na Secretaria de Saúde para levar as propostas de subvenções, ou seja, um recurso a mais,
30 porque o gestor do SUS do HC é o estado, então o relacionamento com eles tem de ser estreito
31 e as conversas têm evoluído. Trouxeram a chefe estadual de toda regulação do estado duas
32 vezes para o pronto-socorro, que é um grande problema, tentando fazer essa aproximação para
33 que eles olhem a área da Saúde da Unicamp. Levou-a a uma reunião com o doutor Luis Otávio
34 Sarian, superintendente do Caism, então ela viu a realidade da área da Saúde da Unicamp e está
35 tentando ajudar, mas é uma construção lenta e demorada. Com a saída do Santander do posto
36 que ficava no estacionamento, foi aprovado em todas as instâncias que o HC fizesse a
37 transferência de um setor extremamente sensível e estratégico, que é o setor de compras, a DS,
38 divisão de suprimentos, assessoria de recursos materiais e serviços de orçamento e finanças,
39 para aquele local. A intenção é melhorar os processos, e nesse sentido, desde o começo têm
40 trabalhado bastante com filosofia Lean, revisão de processos, e tudo o mais para evitar

1 desperdícios, mas a questão é bastante difícil porque envolve uma mudança de sistema
2 operacional, como foi falado, que é o AGHUse. O AGHUse não foi comprado, é uma parceria
3 com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, é o mesmo sistema lá utilizado e também em vários
4 hospitais universitários do Brasil. No entanto, ele precisa ser implementado aqui, em uma
5 realidade diferente da do HC de Porto Alegre. Esse sistema tem sido trabalhado desde o ano
6 passado; o professor Rodrigo, que é o coordenador de administração, tratou bastante com a
7 gestão passada, e foi destacado o servidor Marcos Pacheco como gerente de processos, então
8 houve uma melhoria, mas precisam de mais. Para terem uma ideia, o Hospital de Clínicas de
9 Porto Alegre possui uma equipe com 100 desenvolvedores de informática, é uma firma
10 contratada. Dessa forma, a Reitoria da Unicamp viu a necessidade, para toda a área da Saúde,
11 não só para o HC, e o que foi discutido na COP é a destinação para se fazer o edital, contratar
12 essa empresa que se chama Sonda, para fazer essa implementação mais rápida, que com certeza
13 vai fazer todas as melhorias necessárias em sistemas de gestão. Também fizeram as reformas
14 da UER com verbas destinadas de uma ação judicial destinada especificamente para reforma
15 da UER, com melhoria da recepção, melhoria do fluxo. Algo importante para a organização
16 interna, que sempre foi pedido, foi a instalação das catracas para controle de acesso. Além de
17 terem o pronto-socorro de portas abertas, por exigência da contratualização da rede de urgência
18 e emergência, eram um hospital de portas abertas, e isso tudo tem se refletido em movimentação
19 e outros aspectos. Uma das coisas para melhorar a demanda e a pressão sobre o pronto-socorro
20 são convênios firmados no ano passado, com um grande trabalho dos professores Zeferino e
21 Coy. Esteve presente em várias reuniões com a Secretaria de Saúde e o município, para que
22 casos de menor complexidade, de procura espontânea que chegam ao HC, sejam atendidos no
23 PS Metropolitano, que foi inaugurado ano passado. Há equipes de clínica médica e pediatria
24 atuando lá, mas mesmo assim aqui a demanda espontânea é imensa. O conselheiro Adilton falou
25 com propriedade, assim como outros conselheiros, em termos de defender, justificar e apontar
26 os problemas. Diz para a professora Heloise Pastore que estão aqui para a melhoria do HC, mas
27 também de toda a Universidade, e essas discussões são extremamente importantes e necessárias
28 neste fórum maior da Universidade. Na busca de melhorias dos processos, fizeram parceria com
29 o professor Paulo Inácio, da FCA, para vir trabalhar aqui em escritório de projetos. Vários
30 projetos estão sendo tocados, de melhoria de processos, estão trabalhando para fazer as
31 melhorias necessárias, que estão ao seu alcance. Agradece mais uma vez pela oportunidade e
32 se coloca à disposição para qualquer esclarecimento. O MAGNÍFICO REITOR diz que foram
33 longas as apresentações, mas de toda forma, elas iluminaram diferentes aspectos da questão,
34 então deram uma visão geral. A forma como encaram a questão do Hospital Regional é uma
35 alternativa à autarquia e que evita que percam o orçamento. Reforça que esteve com o professor
36 Oswaldo presencialmente em uma primeira reunião com o secretário de Saúde do estado, e a
37 questão foi colocada de forma bastante direta: para começarem a discutir qualquer questão de
38 autarquização, o orçamento da Unicamp tem de ser posto na discussão. Então são esses R\$550
39 milhões mais os cerca de R\$200 milhões do SUS, algo próximo de R\$800 milhões. Portanto, é
40 importante que as pessoas fiquem com o bônus e o ônus dessa decisão, assim como quando

1 falam que não vão suplementar, o ônus disso é fechar estruturas na área da Saúde. E o ônus
2 político é pagar frente à sociedade essa imagem. Então é bom que tenham consciência do peso
3 de cada decisão que tomam. Apontaram aqui soluções de médio, curto e longo prazo, então a
4 visão é que a melhor alternativa para a solução de longo prazo é a ideia do hospital regional.
5 Ela está ganhando corpo, existe a possibilidade de implementá-la em função do contexto
6 político e da visão que a sociedade tem hoje da importância da questão de Saúde, que já foi
7 bastante detalhada pelo professor Oswaldo. Isso permitiria desafogar esses procedimentos de
8 menor complexidade do HC e qualificá-lo para aquilo que é natural, que são os processos de
9 maior complexidade, possuem maior rentabilidade e também o colocam na ponta do
10 conhecimento, o que é também mais lógico para uma estrutura hospitalar que pertence ao
11 orçamento da Universidade, porque vai estar mais associado a desenvolvimento de ciência e
12 tecnologia. Então esse é o plano de longo prazo. Existe uma visão de médio prazo, que está
13 muito associada à consultoria já aprovada, que tem várias dificuldades de implementação, mas
14 estão caminhando com ela. E há as decisões de curto prazo, dentre as quais já foi mencionada
15 o sistema AGHUse e as melhorias de gestão internas ao HC, destacadas pelo professor Antônio.
16 Têm a intenção de avançar na questão das compras também, que elas sejam o mais unitárias
17 possível entre os vários órgãos da área da Saúde, então isso tudo também deverá melhorar a
18 governança interna. Acha que ficou claro que há uma estratégia bem definida por trás das ações
19 e a procura de concretizá-la, o que envolve, inclusive, uma mudança de padrão na relação com
20 os agentes da área da Saúde e da região de Campinas, incluindo a conversa constante com a
21 DRS, a procura de referenciamento de todas as ações hospitalares, a aproximação com o SUS,
22 com a Secretaria de Estado da Saúde. São ações feitas de forma bastante sistemática, e no portal
23 da Unicamp é possível acompanhar o contato que tem sido feito com o mundo político
24 associado à questão de Saúde, algo que deve ter sido pouco construído na história da Unicamp
25 em outros momentos. O objetivo disso, é óbvio, é resolver questões que são importantes para a
26 Universidade e dar uma boa resposta também para a sociedade. Infelizmente não são soluções
27 que resolvem o problema de uma hora para outra, mas há uma lógica bastante bem definida por
28 trás disso. Estão construindo novos elos com a área de Saúde externa que permitam encontrar
29 formas de resolver os problemas da Universidade que também sejam de interesse da sociedade
30 e dos atores políticos, é esse o desafio que estão realizando. Não havendo mais observações,
31 submete à votação a matéria, que é aprovada com 61 votos favoráveis e 03 abstenções. Propõe
32 a inversão da ordem dos itens a serem discutidos, para melhor organização do horário, obtendo
33 concordância do plenário. Passa ao item 11 – Proc. nº 36-P-23891/2021 –, da Faculdade de
34 Ciências Aplicadas, que trata da proposta de criação do curso de pós-graduação *lato sensu* MBA
35 em Gestão e Políticas Públicas, sob a responsabilidade do Prof. Carlos Raul Etulain, com carga
36 horária de 480 horas, e com valor a ser pago por aluno de R\$10.225,58 (para cada oferecimento
37 do curso, serão oferecidas duas bolsas integrais de caráter socioeconômico). Destaque do
38 professor Wagner Romão. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que destacou
39 este ponto, em primeiro lugar, para fazer um grande elogio à proposta que está sendo feita pelos
40 colegas da FCA. Pensa que esse curso de Gestão em Políticas Públicas é absolutamente

1 oportuno. É um grande entusiasta dessa ideia de que utilizem os cursos de pós-graduação *lato*
2 *sensu* para promover uma maior articulação, seja com os poderes públicos, seja com a sociedade
3 civil. Acabam tendo uma prática que respeita e considera importante também, de uma relação
4 maior com o setor privado, mas acha que a relação com o setor público e com a sociedade civil
5 é fundamental para terem uma universidade também plural e que se abra à sociedade com um
6 campo maior de relações. Acha que os cursos *lato sensu* são muito importantes, fazem isso
7 muito pouco aqui na Unicamp e tem, na sua experiência acadêmica, especialmente na área de
8 políticas públicas, percebido que muitas vezes os estudantes que se propõem a fazer um
9 mestrado ou a fazer um doutorado na verdade estão procurando uma formação um pouco mais
10 ampla e menos monográfica, como são os mestrados e doutorados, ou seja, como é a pós-
11 graduação *stricto sensu*. Então parabeniza o professor Carlos Etulain, que é o proponente desse
12 curso; parabeniza os colegas todos, há muita gente boa ali, ficou muito contente em ver a
13 proposta; e parabeniza também o professor Márcio Torsoni, diretor da FCA. Faz apenas um
14 reparo, sobre a questão da implementação de bolsas de caráter socioeconômico: está previsto
15 na proposta de curso que ele deva ter entre 30 e 60 estudantes, e apenas serão oferecidas duas
16 bolsas integrais, sejam bolsas relacionadas à insuficiência de recursos para o pagamento do
17 curso, e/ou à autodeclaração de pertencimento a minoria étnico-racial. Entende que a percepção
18 aqui sobre minoria étnico-racial está relacionada a raças ou etnias que sofrem discriminação,
19 não vai fazer a discussão aqui conceitual disso, está entendendo que é dessa forma. Possuem
20 políticas relacionadas a pessoas pretas, pardas e indígenas, então entende que vai exatamente
21 nesse sentido a proposta. Não vai fazer nenhuma proposta de alteração no conteúdo do texto do
22 curso, mas gostaria que constasse em ata que o Conselho Universitário sugere fortemente a
23 ampliação desse número de duas bolsas integrais para um número que o professor Carlos
24 Etulain, como coordenador do curso, deve decidir. Também não vai entrar no mérito sobre o
25 pagamento desse curso, essa é uma matéria que já discutiram bastante nos últimos anos na
26 Universidade, e atualmente possuem uma legislação interna que prevê a possibilidade de que
27 os cursos sejam pagos. Mas acha que isso também traz para a Unicamp a necessidade de um
28 compromisso maior com aquelas pessoas que se interessam pelo curso, que às vezes não estão
29 empregadas; imagina que uma boa parte deve estar empregada no próprio setor público, mas
30 uma parte dos interessados pode não estar empregada. O ponto 18 da proposta indica a
31 Resolução GR 107/2020, que imagina que contenha alguma questão técnica relativa à inserção
32 do curso na Extecamp, mas entende que essa GR é muito vaga sobre a questão das bolsas de
33 caráter socioeconômico. Talvez valha a pena fazer no futuro uma alteração disso, porque ela
34 apenas menciona, no seu artigo 12, que caberá à coordenação do curso, juntamente com a
35 comissão da pós-graduação, a proposição da quantidade de bolsas de caráter socioeconômico
36 para alunos, bem como percentual de isenção correspondente a cada bolsa, que deverá haver
37 previsão do oferecimento mínimo de bolsas integrais, ou seja, oferecimento mínimo pode ser
38 uma bolsa apenas. Pensa que podem melhorar essa indicação, que acha que é uma indicação
39 muito positiva para a sociedade de que embora existam aqui os cursos pagos na modalidade
40 *lato sensu*, também possuem o compromisso de ofertar mais bolsas socioeconômicas relativas

1 à questão étnico-racial. Não deseja propor nenhuma alteração no texto, apenas que o Conselho
2 Universitário possa sugerir fortemente à coordenação do curso que amplie as bolsas de caráter
3 socioeconômico ou relativas às minorias étnico-raciais. Mas deixa os parabéns, acha que é uma
4 grande iniciativa que deve ser replicada em outros institutos e faculdades da Unicamp. O
5 Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI agradece ao professor Wagner pelas palavras
6 sobre a criação do curso, e diz que todo o parabéns deve ser dirigido ao professor Etulain e à
7 equipe que montou esse curso. Ficou bastante feliz porque é um curso que tem 15 docentes e
8 13 deles são professores da FCA, são apenas dois membros externos, mas um deles é pós-
9 doutorando na FCA, então isso mostra que possuem a *expertise* no curso de Administração
10 Pública para ministrar esse tipo de curso, trazer para o interior de São Paulo a profissionalização
11 da gestão pública, que considera um ponto bastante importante. Sobre o apontamento feito pelo
12 professor Wagner em relação à quantidade de bolsas, vai levar isso para o professor Etulain. O
13 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS parabeniza também a FCA pelo
14 curso, esse é um tema relativamente importante para a sociedade e precisam continuar
15 incentivando essa busca de conhecimento aqui dentro. Não deseja propor alteração do texto,
16 mas fazer uma sugestão, que talvez possa ser uma sugestão do Conselho Universitário. Lembra
17 que existe a norma Conex 1/2012, que incentiva a concessão de bolsas para funcionários e
18 servidores da Universidade. A norma prevê que seja repassado o mínimo custo para o servidor,
19 então 1/3 do valor do custo é repassado ao servidor e os outros 2/3 são bancados pelo professor
20 do curso, que não geraria custos, haja vista que o curso se pagaria. Mas sugeriria que os
21 professores fossem incentivados a conceder essas bolsas, quiçá até algumas bolsas integrais
22 para servidores da Universidade. É um tema muito relevante para a própria Universidade a
23 gestão pública e esse tipo de processos. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que, na
24 medida em que o professor Wagner cumprimenta pela elaboração do curso e não faz nenhuma
25 sugestão de alteração da própria proposta que foi aprovada na CCPG, depois na Cepe, talvez o
26 Conselho esteja então sugerindo que aperfeiçoem a regulamentação do *lato sensu*. Acha que é
27 disso que se trata, não se trata de aperfeiçoar apenas a proposta que está sendo avaliada aqui
28 hoje, não é um caso apenas deste curso da FCA. Recorda que quando essa regulamentação foi
29 aprovada no Consu, ainda não tinham clareza do tamanho desse investimento na Universidade,
30 dessa iniciativa, e agora que os cursos vêm sendo aprovados, vêm sendo elaborados, talvez
31 tenham, portanto, até o próximo ano, uma visão melhor de como aperfeiçoar a própria
32 regulamentação. Então a PRPG entende que este Conselho sugere que voltem a uma discussão
33 de aperfeiçoamento da regulamentação do *lato sensu* e da sua implementação. Não
34 necessariamente está sendo aprovado algo que este curso da FCA deva fazer, é uma sugestão,
35 mas entende que a PRPG recebe aqui uma sugestão do Conselho para o aperfeiçoamento da
36 regulamentação. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS concorda com a
37 colocação da professora Rachel e para que conste em ata que o Consu recomende qualquer
38 coisa, isso deve ser votado como recomendação Consu. Pergunta ao professor Wagner se ele
39 deseja que votem isso, porque senão é uma recomendação do professor Wagner e do senhor
40 Matheus com relação às normas vigentes. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor

1 Wagner e ao senhor Matheus se podem votar como recomendação a sugestão de que bolsas, e
2 bolsas para os funcionários da Unicamp, sejam consideradas na implementação do curso. O
3 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO concorda. O MAGNÍFICO REITOR diz que
4 anexaria também a ideia de que a PRPG faça uma discussão do assunto para votarem
5 futuramente no Conselho. Então seria uma recomendação de bolsa, o professor Wagner
6 iluminou a questão do ponto de vista mais geral, e o conselheiro Matheus destacou a questão
7 do interesse para os próprios servidores da Unicamp. Então, a recomendação é que este curso
8 leve em consideração a possibilidade de ampliar bolsas para fora e também para os servidores
9 da Unicamp, além de a discussão do *lato sensu* ser retomada de alguma forma. O Conselheiro
10 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que ficou um pouco confuso com
11 esse encaminhamento, uma vez que é uma norma votada e lhe parece que o encaminhamento
12 dessa alteração de bolsas geraria uma alteração da norma. O MAGNÍFICO REITOR diz que
13 não estão alterando a norma, seria apenas uma recomendação ao programa, à pessoa que
14 organizou o curso. Ela pode não ser seguida, não há nenhuma exigência de implementação. O
15 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que havia entendido,
16 quando o senhor Reitor mencionou o encaminhamento, que era uma norma geral, seguindo
17 também a recomendação, uma releitura, que é sempre bem-vista, das normas do *lato sensu*. O
18 MAGNÍFICO REITOR diz que não tinha nem intenção de colocar em votação, foi a professora
19 Claudia quem solicitou, fazendo a diferenciação entre uma recomendação do Consu e uma
20 recomendação dos conselheiros. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA diz que
21 conseguiu falar agora com o professor Carlos Etulain e o que ele lhe explicou foi que colocaram
22 essas duas bolsas porque como é a primeira vez do curso, eles querem sondar um pouco como
23 vai ser esse processo, como vai ser o interesse, quantas vagas eles vão conseguir. Então eles
24 estão colocando dessa forma inicial para estudar como vai ser esse interesse, como vão ser esses
25 candidatos, mas que eles estão abertos a modificar esse ponto a partir do interesse dos
26 participantes. O MAGNÍFICO REITOR pergunta à professora Muriel se ela acha que então
27 isso não deve ser colocado em votação. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA diz
28 que só quis esclarecer, mas é a favor de colocar em votação. O MAGNÍFICO REITOR diz que
29 deve ficar claro que é só uma recomendação. O professor Márcio será informado se essa
30 recomendação for aprovada e vai transmitir isso ao organizador do curso, que pode ou não
31 aceitar. Portanto, ressalta que não estão mudando nenhuma norma e nem fazendo nada que seja
32 uma exigência do Conselho Universitário. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER
33 MEDEIROS esclarece que só sugeriu a votação porque o professor Wagner disse que gostaria
34 que constasse como recomendação do Consu. Então se é para constar como recomendação do
35 Consu, precisa ser votado; é só uma formalização se for necessário. O MAGNÍFICO REITOR
36 diz que a professora Claudia está certa, se for do Consu, tem de ser aprovada pelo Consu. Mas
37 reforça que uma recomendação não é uma mudança de norma, ela só constará na ata, ela não é
38 nenhuma deliberação do Consu no sentido de uma nova norma. Não havendo mais observações,
39 submete à votação primeiramente a norma, que é aprovada com 57 votos favoráveis, 03
40 contrários e 02 abstenções. Em seguida, submete à votação as recomendações – ampliação do

1 número de bolsas, incluindo para funcionários da Unicamp, e a sugestão de que haja uma
2 discussão de detalhes da norma partindo da CCPG e PRPG –, que são aprovadas com 46 votos
3 favoráveis, 10 contrários e 04 abstenções. Passa ao item 12 – Dossiê nº 01-D-5036/2021 –, que
4 trata de recurso interposto por Paulo Henrique Oliveira Galego, da Faculdade de Ciências
5 Aplicadas, face à decisão da CCG contrária à solicitação de reconsideração de matrícula.
6 Destaque da acadêmica Milena. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que o Consu
7 é a última instância, isso significa que o recurso foi negado em todas as outras, e é importante
8 fazerem uma reflexão sobre a situação do estudante, uma vez que o papel dos recursos é analisar
9 uma situação de excepcionalidade. O caso foi para a Comissão de Graduação do curso, mas nas
10 instâncias em que passou a resposta não foi sobre as justificativas e as discussões apresentadas
11 pelo estudante no recurso, foi sobre o regimento, com a alegação de que o estudante reprovou
12 nas disciplinas do primeiro semestre, sendo ingressante em 2019, portanto, perde a vaga na
13 Universidade. No entanto, o recurso existe justamente para que seja analisada uma situação de
14 excepcionalidade, então acha que é importante que baseiem a discussão nos elementos que o
15 estudante coloca no recurso e, a partir disso, analisem se é um caso ou não de excepcionalidade.
16 Foi representante na CCG e estava na comissão de sub-relatores, que também analisou o caso,
17 e é nesses termos que debatiam. A documentação da pauta traz várias coisas importantes para
18 olharem com mais calma, e aponta duas principais questões, que são de ordem de saúde mental
19 e de ordem econômica, dois temas muito delicados e que afetam parte importante dos
20 estudantes, dessa forma é fundamental terem uma sensibilidade para tratar. Sabem que o
21 programa de permanência, apesar de abranger bastante estudantes na Universidade, também é
22 muito difícil quando a pessoa ingressa, pelo acesso à informação, mas também pela adaptação
23 na Universidade, pelo processo que é passar pelo SAE e tudo o mais. Nem todos conseguem
24 bolsa no primeiro ano, sabem que inclusive existe uma taxa de evasão significativa, e são todos
25 elementos que precisam levar em consideração. Acha que seria muito importante debater no
26 Consu, já que é a última instância do processo, o tema com mais calma e avaliar se não
27 conseguem aqui reverter a situação e apostar no estudante, que inclusive colocou no recurso
28 diversos elementos de mudança na situação dele, que apontam que ele poderia concluir o curso,
29 que acha que é o que todos gostariam que acontecesse. Então, defende que possam reverter o
30 recurso em favor do estudante, para que ele retorne com apoio financeiro, apoio psicológico. O
31 Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que o aluno em questão, do curso de
32 Engenharia de Manufatura, fez o seu primeiro semestre em 2019, e como a conselheira Milena
33 comentou, não foi atendido o pedido de consideração dele com base no artigo 49 do Regimento
34 Geral da Graduação, porque ele reprovou em todas as disciplinas do primeiro semestre. A
35 documentação é extensa, a Comissão de Graduação tem tentado passar o máximo possível de
36 informação no seu parecer. Durante o primeiro semestre do aluno, ele já tinha um problema na
37 família, seu pai havia falecido no ano anterior, e quando ele ingressou na Universidade no
38 primeiro semestre de 2019, ele não teve muito contato com o coordenador do curso para
39 apresentar seus problemas, e ele sumiu no curso. Mas ele foi contemplado no primeiro semestre
40 por uma bolsa de auxílio-social e de moradia. Nesse período, ele desenvolveu o trabalho relativo

1 a essa bolsa de auxílio social no curso de graduação em Música, em Campinas, o que também
2 já tornava incompatível ele cursar um curso de Engenharia de Manufatura, que é integral em
3 Limeira. Então ele foi contemplado com uma bolsa já no primeiro semestre do curso e mesmo
4 assim ele não conseguiu frequentar nenhuma das disciplinas. A informação não está na
5 documentação do processo, mas sabe que ele está na segunda fase da Unicamp prestando
6 Engenharia de Telecomunicações na Faculdade de Tecnologia. Então ele teve oportunidades
7 que foram dadas pela Universidade, pelo programa de apoio à permanência para conseguir
8 frequentar o curso. Ficou muito estranho ele ter essa bolsa e ficar em Campinas, sendo que o
9 curso era integral em Limeira. Portanto, em todas as instâncias foi negado o pedido de
10 reconsideração dele, pautado nessa situação. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA
11 TORO diz que o caso do aluno Paulo Henrique é triste, mas observa que ele perdeu todos os
12 prazos, ele poderia ter trancado durante o semestre, mas não conseguiu trancar. Os atestados
13 dele de doença neurológica são de após o final do semestre. O caso passou pela CCG e foi
14 aprovado por unanimidade o parecer contrário ao recurso. Então, como presidente da CCG,
15 indica a manutenção da posição da CCG. A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE
16 SOUZA diz que é favorável à reconsideração e que, apesar de ter apresentado atestado depois,
17 ele passou por problemas psicológicos logo no primeiro semestre. O próprio professor Márcio
18 falou que ele perdeu o pai no ano anterior, e precisam considerar isso. Em 2020 e 2021, tiveram
19 perdas significativas de estudantes da Universidade por suicídio, portanto não podem ignorar o
20 tema da saúde mental dos estudantes. Precisam ficar atentos ao que pode acontecer com o
21 estudante que tem seu recurso negado. É bolsista da BAS e sabe que não é uma coisa fácil de
22 conseguir logo no primeiro semestre, demora para sair o resultado. No *campus* de Campinas
23 ainda conseguem, na moradia, auxiliar os estudantes bolsistas a ficar como hóspedes até sair o
24 resultado do processo, mas ele é de Limeira e não tem toda essa solidariedade que conseguem
25 ter aqui. O processo demora cerca de um a dois meses, e a pessoa pode considerar que vai não
26 ter onde ficar, pode acabar tendo de faltar, o que demonstra também uma falta de assistentes
27 sociais e a necessidade de contratação de mais profissionais para o SAE. Então é importante
28 que considerem todos esses pontos e que pensem no bem-estar desses estudantes, levando em
29 conta a excepcionalidade do caso, reconsiderem a decisão e aceitem o pedido dele. A
30 Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que sobre os laudos médicos terem sido
31 apresentados depois do primeiro semestre, acha que isso faz sentido, e inclusive fazem muito
32 essa discussão quando estão debatendo o Sappe, por exemplo. Quando as pessoas enfrentam
33 alguma questão de saúde mental, a primeira coisa que elas fazem não é procurar ajuda
34 psiquiátrica ou psicológica, esse é um processo que se dá em médio e longo prazo. Então, o fato
35 de o aluno ter um laudo médico no segundo semestre de 2019 não significa que os problemas
36 de saúde mental, ou qualquer outro tipo de problema, surgiram depois que ele encerrou o
37 primeiro semestre. Pelo contrário, indica que houve uma situação que se arrastou até que ele
38 procurasse um médico para fazer uma avaliação. Outro tema que deseja colocar é um debate
39 mais geral sobre os recursos, porque sempre debatem em nível individual uma questão que é
40 generalizada na Universidade. Fazia parte da subcomissão de relatores da CCG, e mais de 90%

1 dos casos de recursos de pessoas que estavam perdendo a vaga tinham relação direta com
2 questões de saúde mental. Quando estão avaliando um caso individual, é fácil apontar que o
3 estudante não procurou, não percorreu os caminhos corretos da Universidade, ainda que o
4 recurso exista para isso, porque se não houvesse nenhuma possibilidade de avaliar um
5 determinado artigo do Regimento, não abririam a possibilidade de recurso, seguiriam o
6 Regimento à risca e pronto. Se estão vendo que grande parte das pessoas que perdem a sua vaga
7 na Universidade, por várias situações, ou porque são ingressantes e não podem trancar a
8 matrícula, ou reprovam nas disciplinas, ou atrasam seus cursos etc., têm uma questão muito
9 firmemente relacionada a problemas de saúde mental e a Universidade não está olhando para
10 isso, não está dando uma resposta séria de suporte para os estudantes, toda vez que chegar um
11 caso como este, ele vai ser negado. E então entra a questão do recurso público colocado na vaga
12 de uma pessoa sendo jogado no lixo, além da oportunidade de a pessoa concluir o seu curso.
13 Devem discutir com base nos documentos, e se ele está ou não prestando vestibular novamente
14 acha que não tem muito o que discutir aqui. Mas acha muito importante se atentar para isso
15 porque não é uma questão exclusiva deste caso; sistematicamente negam recursos com base
16 nisso e não estão se atentando para o problema estrutural, inclusive que se agrava na pandemia.
17 E acha que se existe disposição, se existe apontamento dentro do recurso que ele escreve de que
18 a situação está mais estabilizada, que ele tem condições de continuar no curso, não há por que
19 não apostar nisso, é melhor para a Universidade como um todo se a pessoa que ingressou se
20 forma e sai com diploma. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA registra
21 primeiramente o seu profundo respeito às instâncias anteriores que analisaram o caso; é sempre
22 difícil se posicionarem tomando conhecimento rapidamente. Ficou com duas dúvidas, sobre as
23 quais solicita esclarecimento, se possível: a primeira é que ele alega não ter tomado
24 conhecimento de que fazia parte do Programa de Apoio Acadêmico. Ficou se perguntando
25 como é possível ele ter sido incluído no programa e não ter tomado conhecimento; não sabe se
26 houve alguma falha de comunicação, se isso poderia ser algum atenuante no caso dele. A
27 segunda questão é quanto ao prazo de integralização: o estudante menciona na documentação
28 que seria 2021, mas ao mesmo tempo há uma série de disciplinas que já não foram cursadas.
29 Portanto, não entendeu muito bem a viabilidade do que ele está solicitando, se seria possível,
30 se haveria condições objetivas para que o recurso fosse acatado. Se houver, talvez fosse o caso
31 de concederem uma segunda chance, ou terceira, considerando que o prejuízo de um aluno que
32 evade é maior do que um aluno que possa se recuperar, mesmo que tenha passado por condições
33 muito adversas. Então, se houver alguma chance, alguma condição objetiva de que ele venha a
34 ter aproveitamento do curso, talvez valesse a pena dar a ele, mais uma vez, um voto de
35 confiança. Mas ressalta o seu profundo respeito às instâncias anteriores, não está
36 desconsiderando a avaliação feita anteriormente. É que realmente é difícil um posicionamento
37 diante de um caso como este, do qual tomam conhecimento apenas por meio de documentação.
38 O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO solicita ao senhor Paulo, da DAC,
39 que forneça essa resposta ao professor Renê. O senhor PAULO EDUARDO FÁVERO
40 esclarece que o aluno nem teve a chance de entrar no PAA, visto que ele já foi desligado logo

1 ao final do primeiro semestre por não ter aproveitamento algum. E quanto ao prazo de
2 integralização, na verdade, ele teria de fazer o curso todo, exceto uma ou outra disciplina que
3 ele ia conseguir por aproveitamento de estudos. Não fez a análise da integralização dele neste
4 momento, mas ele teria de cumprir basicamente o curso todo porque ele não fez nenhuma
5 disciplina obrigatória. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA pergunta se há
6 condições para isso, se isso é viável dentro do cronograma da integralização dele. O senhor
7 PAULO EDUARDO FÁVERO responde que ele precisaria ter o prazo estendido, o prazo vai
8 ficar próximo do limite, e provavelmente seria mais frente desligado por projeção, por
9 integralização excedida. Teria de ser feita uma análise mais detalhada em relação ao prazo que
10 ele tem, das eventuais disciplinas que ele vai conseguir o aproveitamento de estudos, porque,
11 na prática, ele saiu no primeiro semestre e está desligado desde então, e vem colocando
12 sucessivos recursos. Essa análise detalhada não foi feita porque o que está sendo colocado é
13 que ele infringiu um dos artigos do Regimento Geral, e foram respondidas ponto a ponto cada
14 uma das colocações que ele fez em 18.09 pela própria FCA. A Faculdade rebateu cada um dos
15 pontos que ele colocou; é muito difícil, porque todos são humanos, todos estão sujeitos a
16 situações complicadas, mas basicamente ele teria de recomeçar o curso do zero. A Conselheira
17 MILENA TIBÚRCIO CICONE pergunta ao senhor Paulo, tendo sido o aluno desligado em
18 2019, se esse período de 2020 e 2021 conta na integralização ou a integralização é estendida
19 por esse período automaticamente, porque também teve a extensão em razão da pandemia. O
20 senhor PAULO EDUARDO FÁVERO responde que se isso foi resgatado, o que vai acontecer
21 é que ele vai ter uma readmissão, e esses trancamentos não vão ser descontados do prazo dele.
22 O MAGNÍFICO REITOR diz que primeiro devem levar em consideração as comissões
23 anteriores, que debateram sobre isso. Lembra um conceito do Ministério Público, que é dos
24 interesses difusos: sempre quando julgam um processo, estão julgando o caso concreto, não há
25 outro jeito. No entanto, existem interesses coletivos que não são representados no caso concreto.
26 A questão da bolsa, por exemplo, que foi utilizada; precisam zelar muito pela questão da
27 aplicação dos recursos de bolsas sociais, porque outras pessoas estão perdendo a oportunidade.
28 Acha que essas coisas também têm de ser levadas em consideração, senão só discutem um caso
29 específico e esquecem do coletivo. Está iluminando aqui uma coisa que não é exatamente
30 aquela que a conselheira Milena iluminou, mas que também é um aspecto coletivo, que envolve
31 quem é atingido pelos programas de assistência social. Há algum nível de conflito de interesses
32 entre pessoas não contempladas e aquelas que contemplaram e não conseguiram ir à frente,
33 então acha que isso tem de ser também ponderado. Não havendo mais observações, submete à
34 votação o parecer Cepe, contrário à solicitação de reconsideração de matrícula, que é aprovado
35 com 41 votos favoráveis, 12 contrários e 08 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o
36 almoço. Reiniciando a Sessão, passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-
37 P-21598/2011 –, que trata de proposta que altera dispositivos da Deliberação Consu-A-03/2018,
38 que dispõe sobre o Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) e dá outras
39 providências. Destaque do professor Marcelo Mori. O Conselheiro MARCELO ALVES DA
40 SILVA MORI diz que destacou este item por dois motivos. Primeiro porque alguns docentes o

1 procuraram para tentar entender as principais motivações que levaram a essa proposta de
2 mudança, visto que esse programa de pós-doutorado foi discutido em um passado não tão
3 distante, é de 2018 a deliberação. Foi extensamente discutido e foi colocado como exigência
4 um financiamento para vínculo do pós-doutorado. Sem estabelecer nenhum juízo, porque
5 existem docentes que acham que essa proposta é importante, que os aproxima das outras
6 universidades estaduais paulistas e os deixa em um patamar não tão estrito em relação ao
7 vínculo de pós-doutorado, mas também há outros que têm dúvidas em relação no que essa
8 proposta difere dos mecanismos atuais de vínculo de pesquisadores colaboradores. Solicita
9 esclarecimento e aproveita a oportunidade para levantar uma discussão pertinente, relacionada
10 a jovens pesquisadores, que é a necessidade de discutir mecanismos de atração e manutenção
11 de sêniores e jovens pesquisadores. Esse programa estabelece um limite de cinco anos para
12 manutenção do pós-doutorado, não sabe se cinco anos é um período que deve ser repensado.
13 Entende a necessidade de haver um limite para manutenção do pós-doutorado, mas é importante
14 que pensem também em estratégias para promover a manutenção ou atração de pesquisadores
15 de alta qualidade, em particular pesquisadores que contribuam para a Universidade com
16 financiamento, por exemplo jovens pesquisadores da Fapesp. Então convida a Administração,
17 os conselheiros e a comunidade para discutir mais esse tema e tentar promover atração de
18 recursos humanos nessa faixa, visto que vivem um momento difícil, onde a “fuga de cérebros”
19 é algo concreto e a tendência é a evasão de pesquisadores qualificados, e precisam encontrar
20 mecanismos para tentar evitar isso. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS
21 reforça o ponto que o professor Marcelo Mori coloca da necessidade de que tenham um plano
22 para atração de jovens pesquisadores, não só oficialmente pelo programa da Fapesp, nomeado
23 Jovens Pesquisadores, mas também por meio de bolsas de pós-doutorado, entre outras. Possuem
24 atualmente na Unicamp 11 jovens pesquisadores sem vínculo empregatício com a
25 Universidade. São ao todo, se não está enganada, 45 projetos de jovens pesquisadores, e
26 imagina que esse recurso seja fundamental em várias áreas, não é um recurso desprezível
27 quando consideram outros tipos de financiamento. Na lista de jovens pesquisadores da
28 Unicamp, é possível ver que existem temas extremamente relevantes que estão sendo discutidos
29 por esses pesquisadores, e exemplifica com o caso do professor Leandro Alves Teodoro, que é
30 jovem pesquisador do Departamento de História do IFCH, não vinculado à Unicamp por fim
31 empregatício, e que trouxe, através do seu projeto, inúmeras bolsas de iniciação científica,
32 mestrado, bolsas de treinamento técnico para dentro da Unicamp, bolsas que não existiriam sem
33 esse projeto. Para além disso, ele acaba de ganhar um edital especial da Fapesp, junto com a
34 Fundação Nacional de Ciência da Suíça – SNSF, fundo de pesquisa que entra com quase 245
35 mil francos suíços, o que é um valor bastante considerável para projetos na área de História e
36 na área de Ciências Humanas como um todo. Além disso, há outras bolsas e possibilidades de
37 intercâmbio entre professores do Departamento de História, a vinda de pesquisadores da Suíça
38 para cá e de outras universidades, porque esse projeto envolve outras seis universidades do
39 Brasil e do exterior, todas de excelente qualidade. Acha que o caso do professor Leandro
40 exemplifica a necessidade de que tenham uma política para atrair esse tipo de talento e para, de

1 certa forma, conservar dentro da Unicamp esses recursos que eles atraem. A USP possui
2 políticas nesse sentido e acha que vale muito a pena a Unicamp se debruçar sobre uma política
3 de atração de talentos que seja convidativa, que eventualmente possibilite que eles cresçam na
4 carreira, até com possibilidade de contratação. Não está de forma nenhuma falando sobre
5 vinculação de concurso a nenhum nome, mas eventualmente a abertura de concursos nessas
6 áreas. É bom lembrar que o Jovem Pesquisador é feito com o objetivo de abrir uma nova área
7 de pesquisa dentro de um departamento. Se essa bolsa da Fapesp vem e fica aqui por quatro
8 anos e esse pesquisador vai embora e não se cria nenhuma oportunidade de continuidade para
9 a linha, de certa forma esse recurso é desperdiçado. Então seria muito interessante que tivessem
10 maneiras de promover que esses pesquisadores, seja por meio deles próprios, seja por meio de
11 abertura de concurso nas áreas desses projetos, ficassem dentro da Unicamp. O Conselheiro
12 LÍCIO AUGUSTO VELLOSO diz que sem dúvida nenhuma esse é um tema de extrema
13 relevância. A Unicamp tem pouco mais de 50 anos, é uma universidade que está começando a
14 envelhecer, o número de aposentadorias é relativamente grande e o número de aposentadorias
15 de professores extremamente qualificados e produtivos é também muito grande. Precisam
16 encontrar formas de repor esse pessoal também de uma forma qualificada. Existem várias
17 estratégias que poderiam ser discutidas, os professores Marcelo e Andréa apresentaram algumas
18 delas. Um entrave na produção científica é a situação que tem acontecido com uma certa
19 frequência nos últimos anos: a forma como a Universidade lida com verbas vindas do exterior,
20 quando existe aprovação de grandes projetos com financiamento internacional, complica
21 demais a vida do pesquisador. Esses projetos são grandes, são muito arrojados, e dentro do
22 escopo desses projetos conseguem inserir alunos de pós-graduação, pós-doutorandos e jovens
23 pesquisadores que poderão, no futuro, compor os quadros da Universidade. Podem pensar em
24 vários aspectos e várias iniciativas, e deixa a sua sugestão para que modifiquem um pouco a
25 legislação e diminuam os entraves para que verbas grandes vindas de projetos internacionais
26 possam ser utilizadas de uma forma mais dinâmica, mais inteligente, e que possam, dentro
27 desses grandes projetos, absorver essa mão de obra qualificada. A Conselheira CLÁUDIA
28 VIANNA MAURER MORELLI diz, respondendo à pergunta do professor Marcelo Mori, que
29 essa demanda foi levada pela CPG da FCM até a discussão da CCPG e, de fato, tinham uma
30 legislação bastante recente, mas que não estava de todo atendendo aos anseios de parte da
31 comunidade. Na ocasião, verificaram que na área das Engenharias também havia um anseio
32 para que houvesse uma flexibilização nessa minuta do programa de pós-doutorado. Na
33 legislação de 2018, só eram aceitos os pós-doutorandos que tivessem um financiamento, e
34 sempre foi muito dúbia a definição do que era o financiamento, se é um financiamento por meio
35 de bolsa ou um financiamento de projetos, e as pessoas usavam isso conforme fosse melhor em
36 cada caso. Sempre foi muito procurada, desde que assumiu a CPG, por pessoas relatando que a
37 Universidade estava perdendo bons pesquisadores, que não precisavam de bolsa, porque tinham
38 uma legislação muito estrita, que foi até mesmo a menção que o professor Marcelo fez. Levaram
39 para a professora Rachel em um debate anterior, para que discutissem o assunto, o que não foi
40 aceito. Depois, como continuou a insistência de pessoas a procurando, retornaram com isso, a

1 professora Rachel aceitou a discussão, fizeram um debate longo na CCPG e chegou-se então a
2 essa minuta, que vem passando por outras instâncias até chegar aqui no Consu. Concorda com
3 o professor Marcelo que talvez cinco anos possa ser modificado em relação ao período de bolsa,
4 principalmente Jovem Pesquisador da Fapesp, que pode ter cinco anos e pode ser prorrogado.
5 Como esse item se refere à primeira condição, que é aquele pós-doutorado com bolsa, isso
6 poderia ser revisto. Outra questão que levou a esse pedido de mudança é que muitos jovens
7 pesquisadores por vezes não conseguem um financiamento para ter um pós-doutorando, e
8 sabem que para progressões ou para pedidos inclusive de financiamentos, conta que um jovem
9 pesquisador tenha um pós-doutorando sob sua supervisão. Portanto, essa alteração da minuta
10 favorece os jovens docentes que muitas vezes não conseguem o financiamento de bolsas para
11 os seus pós-doutorandos. A Unicamp possui a legislação mais estrita dentre as universidades
12 estaduais, e estava perdendo pessoas para essas outras instituições. Concorda com os que a
13 precederam, professor Mori, professora Andréa e professor Lício, que também é oportuno que
14 em breve façam uma discussão sobre o poder de atração de jovens pesquisadores pela Unicamp.
15 Acha que o pós-doutorado pode ser um meio, mas não exclusivamente, e essa é uma discussão
16 bastante importante. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS agradece aos
17 que a precederam, à professora Cláudia Morelli pelas explicações sobre algo que continua lhe
18 causando um pouco de preocupação, que é a questão da ausência de financiamento
19 comprovado, porque entende que isso foi instituído para mostrar uma certa validação externa
20 da qualidade do projeto que se pretendia, e evitar que tenham vários pós-doutorandos que o
21 sejam por nome, por algum beneplácito fechamento de olhos, ou o que quer que seja, de
22 docentes das unidades e assim por diante. No mínimo, deveria haver algum tipo de validação
23 do projeto de pesquisa, mas isso não está contemplado; o que consta é um termo em que a
24 pessoa promete ser um ótimo pós-doutorando. Bem ou mal, há um financiamento sim, e até
25 direto, de uso de todas as instalações e facilidades da Unicamp, e isso custa. Se é uma bolsa,
26 por exemplo, Fapesp, há uma contrapartida via reserva técnica. Então, pergunta o que poderiam
27 fazer para garantir que pós-doutorandos, ainda que não financiados externamente, e ainda que
28 não tenham seus projetos analisados externamente, sejam aceitos como tal, impedindo o
29 excesso de *freelancers*, pois já encontrou várias pessoas que dizem ser pesquisadoras da
30 Unicamp, pós-doutorandas na Unicamp etc., mas não tiveram nenhuma efetivação aqui dentro.
31 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que vai tocar três pontos
32 para a reflexão de todos neste assunto. O primeiro é um que a professora Claudia acabou de
33 mencionar, que é o fato de que um projeto de pós-doutorado tem de ser examinado, e concorda
34 com ela. Observa que não precisam necessariamente de uma agência de financiamento para
35 examinar isso. Todos conhecem colegas que poderiam fazer isso, dar os seus pareceres *ad hoc*
36 pelo projeto, basta ser enviado pela unidade de ensino e pesquisa para as pessoas que são boas
37 para examinar aquele projeto. Esse não deve ser um grande problema, então é alguma coisa
38 para pensar. A outra questão é o período de tempo. Não sabe se ainda é vigente, mas até bem
39 pouco tempo a Fapesp considerava o bolsista pós-doutor até sete anos após a defesa de tese.
40 Pergunta por que a Unicamp considera apenas cinco; a ampliação é possível, inclusive favorece

1 o financiamento pela própria Fapesp. A terceira questão é a seguinte: terminou o seu doutorado
2 em 1992, e em 1993 entrou como recém-doutora do CNPq, na época não havia isso pela Fapesp,
3 não existia o Jovem Pesquisador. Naquele momento, eram aceitos como recém-doutores os
4 doutorados, em qualquer época, não tinha restrição naquele momento, que apresentassem um
5 projeto de interesse da unidade. E o interesse era manifestado com o compromisso de abertura
6 do concurso na área de pesquisa daquele pós-doutorando ou recém-doutor. Também é algo em
7 que podem pensar, pois nem todos os pós-doutorandos trabalham em áreas estratégicas ou em
8 áreas que a Universidade considere importantes, mas os jovens pesquisadores sim. O jovem
9 pesquisador precisa ter um detalhe diferente, estar vindo fazer alguma coisa que não fazem na
10 Universidade, ou que seja em uma área completamente nova, não só para a Unicamp, mas para
11 várias universidades. Então isso é de interesse, porque algo que não pesquisam aqui é uma linha
12 de pesquisa que talvez gere algum benefício na abertura. E alguém que traz uma linha
13 completamente inédita também é de interesse da Universidade. São três pontos em que podem
14 pensar no sentido de iniciar esse movimento para atrair cérebros jovens, que tragam muitas
15 coisas importantes para a Universidade. Então acha que vale uma reflexão, foi muito bem
16 pensado pela pós-graduação da FCM levantar essa discussão, ainda mais com as adições do
17 professor Marcelo. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS concorda com as falas
18 das professoras Andréa e Heloise. Participou recentemente de uma reunião com a coordenação
19 da Fapesp sobre alguns pedidos de bolsa de Jovem Pesquisador para o Imecc e eles perguntaram
20 exatamente sobre concursos na área do candidato, se havia oportunidades. Comentaram,
21 inclusive, que no caso da USP existe algum tipo de acordo, não sabe se é uma legislação interna,
22 no sentido de, quando tem um Jovem Pesquisador aprovado, abrir no futuro, em médio prazo,
23 o concurso na área do candidato. Pode até ser uma coisa na grande área, não uma coisa muito
24 específica, mas o que a coordenação da Fapesp comentou é que na USP existe alguma legislação
25 nesse sentido. Apesar de a questão que a professora Claudia colocou ser bastante importante,
26 sobre quem valida esse pedido de pós-doutorado, e acha que deveria haver alguma validação
27 pelas unidades do cadastro do pós-doutorando, essa modificação no sentido de poder cadastrar
28 pós-doutorandos sem financiamento é muito bem-vinda. Houve, inclusive, alguns casos no
29 Imecc de pessoas que, quando houve aquele corte de bolsas da Capes, em que algumas bolsas
30 de pós-doutorado não conseguiam ser implementadas, já haviam pedido demissão, fizeram o
31 pedido e quando chegaram aqui, descobriram que não havia mais bolsas. Algumas pessoas, que
32 já tinham se mudado para Campinas, já tinham se disposto a desenvolver o projeto, acabaram
33 entrando como pesquisadores colaboradores e não como pós-doutorandos, justamente por conta
34 disso. Então, considera uma adição importante ao programa e precisam tomar cuidado agora
35 para manter a qualidade. Acha que os pós-doutorandos já têm o relatório aprovado quando
36 pedem renovação, algo assim, talvez algum filtro na entrada funcione também. A Conselheira
37 RACHEL MENEGUELLO diz que foram várias as motivações, respondendo ao professor
38 Marcelo, e a CPG da FCM apresentou isso na CCPG com uma discussão a ser encaminhada,
39 porque havia algumas dúvidas e uma identificação de que muitas situações de doutores estavam
40 sendo perdidas porque gostariam de se aperfeiçoar, não tinham tido a oportunidade de ter uma

1 bolsa, estão vinculados a um laboratório ou a uma unidade, ou não estão vinculados mas querem
2 se aperfeiçoar. Há três grandes pontos que constam nessa proposta de mudança, que vai
3 especificar para então responder às perguntas colocadas. Uma das questões é abrir a inclusão,
4 abrir um pouco mais as portas do aperfeiçoamento dos recém-doutores que são pós-
5 doutorandos, ou não precisam ser exatamente recém-doutores, há pessoas que estão trabalhando
6 em instituições públicas ou privadas e querem se aperfeiçoar. Isso apareceu no caso das
7 Engenharias, como a professora Cláudia mencionou, a própria área da Medicina também já
8 tinha colocado, e isso acontece também na área de Humanas e Artes, obviamente. Há pessoas
9 colocadas em outros lugares, que estão trabalhando em outras organizações e instituições e
10 querem ter um aperfeiçoamento do que vêm fazendo. Então, essas três categorias colocadas no
11 artigo 3º buscam dar esse escopo de abertura para esse programa de pós-doutorado. Estão
12 falando aqui de duas coisas concretamente diferentes hoje: uma é a regulamentação do
13 programa de pós-doutorado e a outra é a proposta de ter um programa para os jovens doutores,
14 que acha que envolve outras coisas que não estão pensadas no documento, como é o caso de
15 uma bolsa da Universidade, como foi colocado por alguns dos colegas. Então, uma das
16 mudanças dessa proposta, embora ela tenha sido verificada em 2018, é a de abrir as portas para
17 outras situações de doutores, de recém-doutores ou de pós-doutores que quisessem se
18 aperfeiçoar na Universidade nas várias áreas. A outra mudança, ninguém tocou nisso, mas acha
19 importantíssima, tem a ver com a supervisão, porque até então os professores aposentados da
20 Universidade, mesmo que alocados no programa de pesquisador colaborador, não podiam ser
21 supervisores de pós-doutorado. E não podem inclusive para iniciação científica; professores
22 aposentados da Universidade não podiam ser supervisores de um pós-doutorando. Essas
23 reclamações escutava já antes de estar na PRGP, mas inclusive na PRPG, e acreditam na CCPG
24 que esse reconhecimento era inegável, de fornecer a condição que ele sempre teve e deve ser
25 mantida, de poder supervisionar um pós-doutorando. Então é uma mudança importante a da
26 supervisão. E ampliaram ainda a supervisão, porque às vezes alguma área traz um colega do
27 exterior que vai estudar aqui, vai ficar aqui por dois anos ou um pouco mais, e ele poderia ser
28 também supervisor de um pós-doutorando como co-supervisor, e também supervisionar na
29 categoria de co-supervisor, junto com o colega da Universidade, que trabalha com ele,
30 evidentemente, também dando vazão a esses interesses e a essa possibilidade de trabalho
31 coletivo no âmbito do pós-doutoramento na Unicamp. Sobre a questão do tempo, a professora
32 Heloise colocou na sua intervenção que a Fapesp coloca sete anos, e perguntou por que não
33 poderiam estender aqui na Unicamp. Observa que essa é uma discussão antiga, esse ponto é
34 muito anterior até à revisão feita em 2018, porque o programa de pós-doutorado, com o prazo
35 de tempo que ele tinha, foi muito questionado à época, na década de 2010, no próprio Conselho
36 Universitário, na forma como ele vinha sendo desenvolvido. Muitas unidades estavam
37 substituindo seus docentes por pós-doutorandos, porque estavam em plena situação de recesso,
38 não tinham contratações, e os pós-doutorandos estavam se tornando os professores, e não é para
39 ser assim. A Universidade tem o seu quadro e ela aperfeiçoa a formação de outros que podem
40 colaborar como professores eventualmente, ou no seu projeto. E o fato de não alterarem o prazo

1 dos cinco anos tem a ver com isso, mas é óbvio que hoje, se o Conselho Universitário considerar
2 que esse é um prazo pequeno, ele pode alterar. Lembra que, nas categorias que colocaram aqui,
3 existem tempos diferentes, dependendo da vinculação do aluno de pós-doutorado. A professora
4 Claudia Medeiros colocou uma questão sobre a qualificação desse eventual pesquisador que
5 venha para cá sem financiamento, entendendo que o financiamento por uma agência qualifica
6 a sua proposição, mas pergunta se o parágrafo 1º do artigo 3º da proposta não resolveria isso,
7 talvez com uma redação um pouco mais clara, se for o caso. Ele estabelece que “a solicitação
8 do interessado será submetida pela direção da unidade, núcleo, centro ou órgão que desenvolva
9 atividades de pesquisa para aprovação da respectiva congregação ou instância equivalente,
10 tendo em vista o reconhecimento da qualificação acadêmica e o interesse institucional,
11 iniciando-se o ingresso no programa com essa aprovação”. Talvez pudessem adicionar nesse
12 parágrafo a ideia de que a solicitação do interessado pode ser o seu projeto, que seja submetido
13 à direção, que vai passar pela congregação ou conselho, e só então vai ser aprovado seu ingresso
14 no programa. Os professores Marcelo, Andréa e Lício colocaram a necessidade de um programa
15 da Universidade para atrair e manter os jovens, para dar essa vazão ou a inclusão desses jovens
16 no corpo de pesquisadores, de professores, até para sua formação e para reciclar um pouco a
17 Instituição. Acha excelente, mas isso precisa ser pensado em um âmbito um pouco mais amplo,
18 porque implicaria, por exemplo, como a professora Andréa falou, em ter uma bolsa
19 institucional, e a Unicamp não possui uma bolsa de pós-doutorado. Talvez fosse o caso então
20 de apresentar uma proposta para terem uma bolsa dessa natureza. Porque os convênios estão
21 contemplados, as bolsas de convênios, quando se fala em financiamento pela Universidade,
22 como está no texto, convênios que entram para a Universidade com recursos e eles financiarão
23 esses pós-doutorados. Então acha que precisam pensar em algo nessa direção. Não acha que
24 sejam coisas que não conversam, mas elas podem ser vistas como coisas separadas; se
25 concordarem, poderiam aprovar a resolução, uma vez avaliada positivamente, encaminhar essa
26 deliberação do programa de pós-doutorado e pensar em um programa mais amplo para o jovem
27 pesquisador. Não sabe o que os colegas acham disso, mas seria uma sugestão de
28 encaminhamento. Coloca-se à disposição para outros esclarecimentos. O MAGNÍFICO
29 REITOR sugere acompanhar essa proposta da professora Rachel de separar; houve
30 manifestações específicas com relação à minuta, que é o que devem decidir aqui, e
31 manifestações sobre a importância de ter algum mecanismo de preservação e atração de jovens
32 professores. Existe uma iniciativa da PRDU no caso das pessoas que já têm tempo de
33 aposentadoria, eles estão discutindo a possibilidade de preservar essas pessoas, desincentivá-
34 las à aposentadoria. Podem também procurar algum mecanismo de incentivo para os jovens
35 pesquisadores ficarem por mais tempo próximos à Universidade. Essa iniciativa teria de ser
36 seguida à parte, portanto solicita que foquem em eventuais mudanças na própria minuta. A
37 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS agradece à professora Rachel pelos
38 esclarecimentos, mas lhe parece que o que faltaria não é nada com relação aos artigos, mas sim
39 ao compromisso que o pesquisador sem financiamento assume. Pelo menos no IC, quando
40 examinam solicitação de pós-doutorado para ser incluída no programa de pós-doutorado da

1 Unicamp, ele tem de anexar o projeto de pesquisa que tenha validade, e isso faz parte do
2 conjunto de documentos que é exigido, senão não é confirmado pela congregação. E acredita
3 que isso seja da Unicamp, não é da congregação. Portanto, o projeto já é parte dos documentos
4 obrigatórios. O que sugere é que no item 2 do compromisso, no Anexo 2, que define os períodos
5 em que as atividades do pesquisador de pós-doutorado serão exercidas, seja acrescente
6 “conforme o plano de projeto apresentado”, ou alguma coisa assim, porque dessa forma sela
7 um compromisso não de liberdade durante o período do projeto, mas de cumprir aquele projeto
8 e de ter um projeto associado, que de qualquer maneira a Unicamp já obriga a ter. A Conselheira
9 RACHEL MENEGUELLO pergunta à professora Claudia se poderia ser algo como: “conforme
10 o plano de atividades aprovado por sua unidade ou centro”. Porque isso terá sido aprovado no
11 início, na unidade. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se esse
12 termo deve ser assinado após a aprovação, porque entende que o termo de adesão acompanha
13 os documentos que são aprovados pela congregação. Então, ainda não foi aprovado o projeto,
14 mas desde que a professora Rachel concorde que tenha de haver alguma referência explícita ao
15 projeto, está satisfeita com a possibilidade de haver pós-doutorandos sem nenhum
16 financiamento de bolsa, embora vá haver financiamento da Unicamp em relação à
17 infraestrutura, acesso a todas as facilidades que a Universidade oferece, e isso é um
18 financiamento. Esse ponto atende a todas as preocupações. A Conselheira RACHEL
19 MENEGUELLO pergunta para a professora Claudia se essa redação atende a essa preocupação,
20 que considera bastante legítima, mas esse não é um termo pós-ingresso, ele é um termo para o
21 ingresso, como a própria professora Claudia falou. Pergunta se essa nova redação atenderia a
22 essa preocupação, ou se o que se sugere aqui é que esse Anexo 2 seja, na verdade, assinado
23 depois da inclusão. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS responde que o
24 que entendeu é que ele viria junto com a documentação. A Conselheira RACHEL
25 MENEGUELLO responde que ele vai, mas pergunta se atenderia melhor se fosse depois. A
26 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS responde que não. O MAGNÍFICO
27 REITOR solicita à professora Rachel que repita a forma como está sugerindo a mudança no
28 termo. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que é a forma que a professora Claudia
29 mencionou, do item 2 do Anexo 2, acrescentando “conforme o plano de atividades aprovado”.
30 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que a sua única dúvida é o plano
31 de atividades “aprovado”, porque ele é aprovado pela congregação junto com esse termo, então
32 não pode constar “aprovado”. A professora Cláudia Morelli talvez possa esclarecer; é só uma
33 questão de redação, mas gostaria que o plano de atividades e o projeto constassem no Anexo 2
34 explicitamente. A Conselheira CLÁUDIA VIANNA MAURER MORELLI diz que
35 comentaram na CCPG que parte da responsabilidade por validar o projeto ou validar a
36 importância do que vai ser pesquisado ficaria a cargo do programa, então o programa poderia
37 ser uma etapa. Sugere que o programa ou a comissão do programa avalie, valide esse projeto e
38 esse seja um documento que caminhe junto para a congregação para validar, poderia ser algo
39 nesse sentido. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que poderiam propor algo assim,
40 mas seria outro documento. A Conselheira CLÁUDIA VIANNA MAURER MORELLI

1 confirma que seria um outro documento, uma carta, por exemplo, do programa ao qual esse
2 pós-doutorando vai estar vinculado. Depois cada um pode fazer o seu modelo, mas constaria
3 que o programa validou o projeto, que ele é de interesse do programa e que ele tem validade. A
4 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que seria uma declaração de interesse do próprio
5 programa ou da unidade. Uma declaração de interesse, uma declaração da qualificação do que
6 está sendo proposto; podem encontrar o melhor nome depois, mas é isso. O Conselheiro
7 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que considera desnecessária essa declaração porque
8 a partir do momento em que é aprovado pela instância máxima da unidade, já se entende que é
9 de interesse da unidade. Então seria um documento a mais, desnecessário, porque se chegou à
10 congregação ou ao órgão avaliador máximo da entidade, já é de interesse da unidade. A
11 Conselheira CLÁUDIA VIANNA MAURER MORELLI diz que seria uma etapa antes. O
12 MAGNÍFICO REITOR diz que a doutora Fernanda, da Procuradoria Geral, fez a seguinte
13 sugestão de redação: “As atividades do pesquisador de pós-doutorado serão exercidas de ano
14 tal ao ano tal, período de vigência do respectivo projeto apresentado à Universidade e que
15 integra o presente termo”. Então está documentando que ele vai seguir o projeto. A Conselheira
16 RACHEL MENEGUELLO diz que acha que não resolve a questão que a professora Claudia
17 Medeiros colocou. Estaria certificando de que ele entregou tudo corretamente, mas a ideia da
18 professora Claudia Medeiros é que se certifiquem de que há alguém que está de fato bancando
19 o que está sendo apresentado. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
20 concorda que é só isso que deve ser deixado claro. Sempre poderá haver interpretações de que
21 o projeto não precisa de nenhuma validação por ninguém, a menos que isso esteja claro em
22 algum lugar nessa resolução, desde que não tenha bolsa. Pergunta se, uma vez que a
23 congregação aprovou, é porque ela examinou o projeto e validou o valor científico. É uma
24 pequena modificação no texto que vai permitir isso; cabe à unidade validar o projeto, e não é
25 no momento de submeter à congregação. O projeto tem de ser validado antes. O Conselheiro
26 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que não sabe como é em outras unidades, mas no
27 Instituto de Economia, quando chega uma proposta dessa na congregação, ela já vem com um
28 parecer de um docente, que passa pela comissão de pós-graduação ou de pesquisa, dependendo
29 do caso. Acha que é essa chancela, essa avaliação, esse parecer que a professora Claudia está
30 pedindo, se fosse possível colocar isso no regulamento. Não sabe, aliás, se isso já não acontece
31 em todos os lugares na prática. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que
32 compartilha da preocupação da professora Claudia, mas quando se trata de pesquisador de pós-
33 doutorado, algumas unidades, pela nova legislação, não precisam mais, por exemplo, ter
34 aprovação da Comissão de Avaliação Acadêmica – CAA, ou parecer, se é um projeto que já foi
35 validado em outro lugar, como projeto Fapesp ou outro de projeto de pesquisa. Então uma
36 sugestão que resolve esse problema e acata o que a professora Claudia sugeriu é o seguinte: se
37 o projeto já foi avaliado e aprovado externamente, ou seja, se ele tem financiamento, já foi
38 aprovado e avaliado externamente, ele pode seguir direto para a congregação, sem esse parecer.
39 Se é um projeto que não tem financiamento definido, que precisa justamente ter esse crivo da
40 unidade, sugeriria ter um parecer de alguém da unidade ou da comissão de avaliação acadêmica.

1 Isso resolve o problema porque não criam um empecilho de travar todos os pedidos, porque
2 isso era o que ocorria antes, inclusive a última alteração feita no Consu nessa legislação foi
3 justamente para deixar que isso fosse mais fluido, pois projetos com empresa, com Fapesp, com
4 CNPq, tudo tinha de ter avaliação da CAA, por exemplo, e não precisava, porque já havia sido
5 avaliado por uma entidade externa. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que não acha
6 que deveriam diferenciar se tem agência ou não para dar um parecer interno, porque pode haver
7 algum bolsista do CNPq que não tenha interesse imediato nas questões do programa, por
8 exemplo. Está aqui elucubrando sobre possíveis situações. No parágrafo 1º, a questão não é o
9 termo, é o texto; o parágrafo 1º do artigo 3º estabelece que a solicitação do interessado será
10 submetida pela direção da unidade, núcleo, que desenvolva atividades a partir de parecer
11 circunstanciado, tendo em vista o reconhecimento da qualificação acadêmica. E esse parecer
12 circunstanciado é claro que a unidade sabe para quem que ela vai pedir, se é um departamento,
13 se é um colega, se é um supervisor, para quem será. Mas esse parecer circunstanciado vai valer
14 tanto para aquele que vai com uma bolsa Fapesp como para aquele que não. E, na verdade, ele
15 ainda vai pedir a bolsa, porque o pesquisador sem bolsa, cabe dizer isso com mais clareza, é
16 aquele pesquisador de pós-doutorado que tem já um projeto pronto na sua cabeça e ainda não
17 conseguiu a bolsa, porque demora um ano e meio para aprovar uma bolsa; ou porque não pediu
18 ainda ou porque não tem recurso naquele momento e terá em um segundo momento. Quando
19 ele tiver a bolsa ele revê a sua inserção, não é mais na categoria 3. Mas é disso que estão falando
20 aqui, não é alguém que não buscará nenhum outro vínculo, inclusive financeiro, porque é do
21 interesse dele. Então a ideia é mudar aqui o parágrafo 1º, incluindo, depois de “respectiva
22 congregação ou instância equivalente”, “a partir de um parecer circunstanciado”. O Conselheiro
23 ANDERSON DE REZENDE ROCHA sugere “a critério da unidade”, porque, por exemplo,
24 avançaram muito com a legislação anterior em que não era mais necessário esse parecer quando
25 a pessoa já tem um projeto temático, quando já está em um projeto grande. Portanto, estão
26 acrescentando burocracia. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que então a sugestão
27 para o parágrafo 1º do artigo 3º seria: “A solicitação do interessado será submetida pela direção
28 da unidade, núcleo, centro ou órgão que desenvolva atividades de pesquisa para aprovação da
29 respectiva congregação ou instância equivalente, a partir de parecer circunstanciado, a critério
30 da unidade, tendo em vista o reconhecimento da qualificação acadêmica e o interesse
31 institucional, iniciando-se o ingresso no programa com essa aprovação”. O MAGNÍFICO
32 REITOR pergunta se essa formulação atende as observações feitas. O Conselheiro
33 ANDERSON DE REZENDE ROCHA responde que atende. A Conselheira CLAUDIA
34 MARIA BAUZER MEDEIROS responde que sim, e diz que está um pouco perplexa, porque é
35 presidente da comissão interna do IC e sempre ajuda a fazer pareceres sobre candidatos a entrar
36 no PPPD, mas até hoje nunca lhe foi dito que isso era supérfluo. Não havendo mais observações,
37 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, considerando a sugestão lida pela
38 professora Rachel, que é aprovada com 52 votos favoráveis, 01 contrário e 04 abstenções.
39 Lembra que houve várias manifestações informando da importância de terem algum programa,
40 alguma iniciativa para atração de jovens talentos, jovens pesquisadores, ou pelo menos de

1 mantê-los vinculados de alguma forma à Universidade. Solicita à PRPG, PRP e PRDU que
2 considerem o encaminhamento de uma iniciativa a respeito disso. Passa ao item 02 da Ordem
3 do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-17145/2017 –, que trata de proposta que altera a
4 Deliberação Consu-A-40/2019, que institui a Diretoria Executiva da Área da Saúde da Unicamp
5 e dispõe sobre seu Regimento Interno. Destaque do professor Lício. O Conselheiro LÍCIO
6 AUGUSTO VELLOSO diz que entende que essa proposta que dispõe a respeito da modificação
7 do regimento da Deas cumpre o objetivo de otimizar a administração, a organização de recursos
8 e de ações que são feitas no âmbito da área da Saúde. Acredita que a proposta tenha mérito,
9 mas frisa que “acredita” porque foi introduzido a essa proposta na sexta-feira durante a
10 congregação da FCM, porque é membro da congregação. Essa é uma proposta que mexe com
11 uma série de ações importantes para a área da Saúde, não apenas a Faculdade de Ciências
12 Médicas, que tem dois cursos, de Medicina e o de Fonoaudiologia, mas também a Faculdade
13 de Enfermagem e outras inúmeras unidades que acabam tendo atividades dentro da área da
14 Saúde, alunos de pós-graduação de outras unidades que fazem pós-graduação ali, pessoal em
15 treinamento. Então é uma proposta que acaba mexendo com uma parcela muito grande da
16 comunidade e, certamente, se colocarem em conjunto professores, alunos e funcionários, são
17 milhares de pessoas que acabam tendo a sua atividade profissional impactada por essa proposta.
18 Então, solicita ao Consu que pense na possibilidade de retirar esta proposta de pauta para que
19 ela possa ser discutida adequadamente. Como ela foi apresentada pela primeira vez para a
20 comunidade na sexta-feira, e foi bem apresentada, a professora Maria Luiza participou da
21 congregação, assim como professor Oswaldo, ficou bem clara a apresentação, tiveram um dia
22 apenas para pensar nisso, porque a congregação na sexta acabou depois do almoço, tiveram
23 sábado e domingo e puderam pensar nisso efetivamente ontem, na segunda-feira. Então sua
24 proposta é que esse item seja retirado da pauta e que tenham um tempo para poder trabalhar um
25 pouco em cima disso. É possível que uma conversa e discussão dentro das instâncias adequadas
26 traga alguns benefícios para essa proposta. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que
27 quando a professora Maria Luiza e o professor Oswaldo estiveram na congregação, comentou
28 que tinha algumas dúvidas, algumas questões, mas que pessoalmente não iria destacar esse
29 assunto. Colocou a sua principal dúvida para a professora Maria Luiza e para o professor
30 Oswaldo, mas recebeu no final de semana e ontem muitas ligações, muitos questionamentos.
31 Hoje pela manhã, o professor Lício ligou para o professor Cláudio Coy, diretor associado da
32 FCM, pedindo que perguntasse a ele se se incomodaria se solicitasse a retirada de pauta desse
33 assunto. Não conversou com o professor Lício, mas respondeu ao professor Coy que não se
34 incomodaria, era uma iniciativa que ele poderia ter. Já que ele fez isso, vai tomar a liberdade de
35 repetir aqui o que disse para a professora Maria Luiza: suas preocupações são acadêmicas com
36 relação a uma unidade em que pouco mais de 80% do seu campo de ensino da graduação e 90%
37 do campo de ensino da residência médica estão dentro dos hospitais. Sua dúvida é qual o
38 impacto dessas medidas nessa relação da Faculdade com os hospitais. Hoje pela manhã falaram
39 sobre a questão de governança do HC. Acha que uma das grandes fragilidades do HC, o
40 professor Fernando Sarti sabe disso, ele participou do GT e falou isso amplamente lá, é que o

1 chefe de departamento é quem gerencia os serviços do HC. O chefe de departamento da
2 Faculdade de Ciências Médicas, aquele cargo acadêmico, escolhido de acordo com as regras de
3 chefia de departamento. Então o chefe do Departamento de Cirurgia é o chefe da cirurgia do
4 HC. O chefe do Departamento de Ortopedia é o chefe do departamento dos serviços de
5 ortopedia do HC. Ou seja, o professor Antonio, enquanto superintendente, gerencia os serviços
6 cujos gerentes não são diretamente subordinados a ele. Esse é, do seu ponto de vista, um dos
7 maiores problemas de governança do Hospital de Clínicas. Acha que a Faculdade de Ciências
8 Médicas deveria se retirar da gestão e o superintendente, ao assumir essa função, no critério
9 que ficar estabelecido, indicar gerentes que vão estar subordinados a ele. O Reitor, ao assumir
10 a Reitoria, indica os pró-reitores, o prefeito do *campus*, inúmeras posições dentro da
11 Universidade, e estes vão se reportar a ele, e em um outro mandato é um outro grupo de gestores.
12 Isso não ocorre no HC; troca o superintendente, o chefe de departamento continua. Dessa forma,
13 a relação de compromisso dos chefes de departamento com o superintendente é frágil, e isso é
14 um problema importantíssimo de governabilidade. Colocou muito isso dentro do HC quando
15 estava discutindo a certificação, e a proposta de certificação do HC, que ainda não se concluiu,
16 atenua essa questão, mas ela é muito evidente. Por outro lado, na proposta que está colocada,
17 cria-se um conselho que tem subordinados à Deas o HC, o Caism, o Hemocentro e o
18 Gastrocentro, as quatro grandes unidades. E o conselho da Deas, o seu principal componente,
19 são os diretores de unidades, da Faculdade de Ciências Médicas, da Faculdade de Ciências
20 Farmacêuticas e da Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Dentro desse conselho, com
21 certeza devem predominar assuntos administrativos, e os gerentes acadêmicos acabam
22 ocupando um papel de pouca relevância. Fazendo uma analogia com os outros hospitais de
23 clínicas e com as outras faculdades de Medicina, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da
24 USP, Faculdade de Medicina de São Paulo, a Unesp em Botucatu, os diretores das faculdades
25 presidem o colegiado das suas unidades especiais, que no caso deles é autarquia. Então, em
26 analogia ao que acontece nas outras universidades e faculdades, o mais coerente é não ter chefe
27 de departamento chefiando serviço; dá governabilidade para o superintendente, fortalece a
28 administração. Porém, como os hospitais são um campo de estágio e de formação de
29 profissionais extremamente importante para as faculdades, a participação dos dirigentes das
30 faculdades precisaria ter mais importância. Esse conselho irá se reunir da forma como está
31 escrito, a cada três meses. Então imagina como se distanciam progressivamente as decisões
32 administrativas dos hospitais, das questões acadêmicas diretamente relacionadas à Faculdade
33 de Ciências Médicas. O professor Ivan, Pró-Reitor de Graduação, já foi superintendente do
34 Hospital e diretor da Faculdade, então acha que muitas coisas que está colocando aqui ele deve
35 perceber e compreender, porque ele já esteve nesses papéis. Na diretoria da Faculdade, o
36 direcionamento, a compreensão, é do ponto de vista acadêmico. Quando estão na
37 superintendência do HC, às vezes até rebatem as questões acadêmicas, pois o foco é
38 eminentemente administrativo, e não raramente há embates entre as decisões administrativas
39 dos hospitais e as questões acadêmicas. Precisa haver um ponto, um local, que seja competente
40 para fazer a convergência dessas diferenças, e acha que os conselhos têm cumprido esse papel.

1 Então acha que a maior dúvida que tem sido colocada para ele e que o deixa inseguro com essa
2 proposta é como esse entendimento vai acontecer com um colegiado com forte papel de
3 componente de gerentes, que têm uma grande vertente administrativa nas atividades
4 assistenciais, em um espaço onde vão predominar assuntos assistenciais. E em que instância
5 elas seriam competentemente dirigidas, uma vez que essas unidades não estão subordinadas à
6 congregação da Faculdade. Então acha que essa proposta de retirar de pauta faz sentido por
7 conta dessas preocupações que convergem com o que colocou na sexta-feira para a professora
8 Maria Luiza e para o professor Oswaldo. O Professor OSWALDO DA ROCHA GRASSIOTTO
9 diz que são temas conexos o que estão discutindo, não consegue separar absolutamente uma
10 coisa da outra. A diretoria executiva existe há pouco mais de dois anos, ela foi criada como um
11 agregador das unidades de saúde que as representasse dentro do complexo da Universidade e
12 que colocasse uma economicidade, uma escala numérica que permitisse ser mais eficaz, mais
13 produtiva. E a experiência tem sido boa. Assumiu a Diretoria Executiva da Área da Saúde
14 recentemente, há seis meses, e o professor Manoel Bertolo o antecedeu nos dois anos anteriores.
15 O que está sendo trazido à discussão não é a questão da existência da Diretoria Executiva da
16 Área da Saúde, que foi bem recebida dentro da área da Saúde como um todo. Sente-se muito
17 acolhido como dirigente dessa diretoria, mas é que existem alguns conflitos do ponto de vista
18 normativo entre a deliberação Consu que criou a diretoria e uma resolução GR que criou há 20
19 anos a Comissão Assessora Para Assuntos Assistenciais da Área de Saúde – CAAAAS, que
20 cuida de organizar a informação da produção assistencial, agrupá-la e enviar à Secretaria de
21 Estado de Saúde, receber o recurso extraorçamentário que paga essa produção e distribuí-lo
22 entre as unidades, de acordo com a sua produção. Na CAAAAS se aplicam, do ponto de vista
23 de gestão, algumas destinações para esse recurso assistencial, e além de ele ser dividido entre
24 as unidades, previamente é retirado dele um volume de recurso para custeio de algumas
25 atividades, entre elas da Faculdade de Medicina e o pagamento de um adicional de vencimento,
26 chamado de valorização docente assistencial. Nada disso é novo, são coisas de décadas, e esses
27 valores representam aproximadamente 11% do faturamento. Então se o faturamento for da
28 ordem de um pouco mais de R\$200 milhões, isso significa algo em torno de R\$21 milhões que
29 são descontados e distribuídos. Gera um problema do ponto de vista legal, e fica o grande
30 desconforto da Diretoria Executiva da Área da Saúde. Na CPI das universidades esse assunto
31 foi denunciado, que a Unicamp estava utilizando recursos da produção assistencial, recursos da
32 área da Saúde, para custear atividades da academia, da Universidade. Isso do ponto de vista
33 contratual é proibido, então isso gerou já uma ação junto ao Ministério Público, que está
34 caminhando, onde são polo passivo nessa questão. Portanto, gera um desconforto muito grande
35 nesse sentido. A questão do pagamento do CVDA ou do adicional salarial aos docentes que
36 prestam assistência não tem implicações jurídicas. Se ele presta assistência, se ele opera, se ele
37 faz consultas e ele faz isso em um número de horas registrado, certificado, ele pode receber por
38 esses valores dentro das próprias regras da Universidade. O conflito de ordem administrativa
39 entre quais são as tarefas da Deas e da CAAAAS gera uma dificuldade maior para a operação
40 da Deas. Do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de planejamento de ações, é muito

1 difícil contar com as ações e elas podem parar em uma comissão que inclusive hierarquicamente
2 é inferior, porque a Deas é uma criação do Conselho Universitário e a CAAAAS é uma
3 resolução GR. Quando encaminharam à Reitoria, a ideia era substituir uma pela outra, pois uma
4 é superior, e isso já deveria ter sido corrigido quando se identificou esse conflito. Então esse
5 assunto vem sendo discutido com a FCM, a professora Maria Luiza e ele foram até a
6 congregação e apresentaram essa questão, que julgou que havia sido pacificada. Causou-lhe um
7 pouco de estranheza a solicitação de retirada de pauta porque é um assunto que se debate há
8 décadas. E do ponto de vista da gestão, é muito difícil a Diretoria Executiva da Área da Saúde
9 exercer o seu papel, inclusive o seu papel estratégico, todo o seu planejamento, toda a sua
10 execução, se não possui acesso ao recurso assistencial. Não estão falando de orçamento da
11 Universidade, pois o orçamento da Universidade para a Faculdade de Ciências Médicas é
12 tratado como o orçamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ou do Instituto de
13 Química. Estão falando do orçamento hospitalar, destinado na proposta orçamentária que é
14 discutida no Consu. O recurso extraorçamentário, oriundo de venda de serviço, não passa por
15 aqui, ele chega diretamente à área da Saúde e precisa haver uma organização no sentido de que
16 a arrecadação seja mais eficiente e que o gasto seja aplicado realmente onde seja necessário do
17 ponto de vista de assistência. Então essa foi a demanda que apresentaram à Reitoria e o
18 encaminhamento que foi dado no sentido de discutir foi bom. Entendeu que essa era uma
19 questão que já estava pacificada e estão preparados inclusive para trazer essa área
20 administrativa dos recursos financeiros da área da Saúde dos hospitais para a Diretoria
21 Executiva da Área da Saúde. Uma questão que é crucial nisso é que as autarquias em geral,
22 quando são criadas utilizando hospitais universitários, os hospitais são transferidos da
23 universidade para uma nova secretaria, por exemplo, a Secretaria de Saúde. E quando isso
24 ocorre, a Universidade perde o contato com os hospitais, então cria-se um conselho superior
25 desse hospital autarquizado para que a Faculdade de Medicina da universidade tenha a sua
26 presença lá. Aqui não estão falando nisso; os hospitais estão sendo gerenciados pela Diretoria
27 Executiva da Área da Saúde, que é um órgão da Universidade. E ela possui um conselho
28 executivo, que é superior ao diretor executivo, constituído pelos três diretores das unidades de
29 ensino e pesquisa da área da Saúde: Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Enfermagem
30 e Faculdade de Odontologia de Piracicaba e pelos quatro dirigentes dos hospitais, os
31 superintendentes do HC, do Caism, do Hemocentro e do Gastrocentro. Então não estão tirando
32 uma estrutura hospitalar da Universidade e levando para a Secretaria de Saúde, estão pegando
33 a estrutura hospitalar da Universidade e colocando sob a gestão de uma diretoria que é ligada à
34 Reitoria, em cujo conselho superior estão presentes as unidades de ensino e pesquisa, estão
35 presentes os hospitais. Então não estão tirando nada aqui de dentro, não há por que se preocupar
36 com isso, até porque esse conselho executivo já atua com essa configuração que ele tem desde
37 que a Deas foi criada. A situação para ele estava pacificada, resolvida, mas voltam a discutir,
38 ou eventualmente adiam a discussão, porém ela não vai mudar, a discussão continua sendo a
39 mesma, existe uma necessidade clara de que a Diretoria Executiva da Área da Saúde seja
40 executiva, que ela possa de fato gerenciar a destinação de recursos, que são recursos

1 assistenciais, não estão falando de recurso da FCM ou de outras unidades da Universidade,
2 exclusivamente recursos dos hospitais. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que o
3 professor Oswaldo e ela estiveram na congregação na sexta-feira passada para colocar essa
4 proposta que hoje trazem ao Conselho Universitário. Desde que assumiram a gestão, têm feito
5 vários aportes à área da Saúde, tentando realmente colaborar para que ela possa funcionar da
6 melhor maneira possível. Em nenhum momento pensaram em redução de leitos ou alguma
7 medida financeira que pudesse trazer prejuízo à assistência e ao funcionamento da área da
8 Saúde. Não seria a proposta que estão trazendo hoje que faria esse tipo de problema. É uma
9 proposta de governança de um convênio, o convênio SUS. É o maior convênio que hoje
10 possuem, a Funcamp executa, que ele é executado, a parte de recursos humanos do convênio é
11 executado pela Fundação, pela Funcamp. Na parte da manhã, aprovaram o item de pauta
12 referente à solicitação de aporte financeiro para o HC, que claramente mostra o aumento da
13 folha salarial e de recursos humanos que estão sendo utilizados com recursos do convênio SUS.
14 Esses recursos utilizados aumentaram de pouco mais de 70% para 86%. Isso é um reflexo
15 também da lei complementar 173, pois não foi possível a contratação e a reposição de pessoal
16 da área da Saúde por verba orçamentária. Dessa forma, tiveram de lançar mão do uso desse
17 convênio que permite a contratação de pessoal para atuação na área da Saúde. Em uma das
18 conversas que tiveram pouco antes de tomarem posse na Reitoria, com os professores Zeferino
19 e Coy, foram alertados de possíveis problemas que enfrentariam em relação à aplicação desses
20 recursos. Um deles seria a contratação de pessoas que não fossem da área da Saúde com esses
21 recursos, e esse é um dos grandes problemas gerenciados pela Funcamp, da qual é presidente
22 do conselho curador, sendo que o seu CPF, assim como o do professor Antonio José, estão
23 constando nessa situação irregular. Essas irregularidades terão de ser ajustadas, mas não de uma
24 forma abrupta e nem de uma forma que possa prejudicar a Faculdade de Ciências Médicas, nem
25 a de Enfermagem, nem a de Ciências Farmacêuticas. Isso será feito em conjunto com essas
26 faculdades para que a distribuição e o uso desse recurso ocorram da forma mais indicada
27 possível. Acreditam que a vinda da CAAAAS para dentro da Deas é correta, para que recursos
28 de convênio sejam administrados pela Diretoria Executiva da Área da Saúde. O que se pode
29 discutir posteriormente é alguma modificação na minuta que hoje rege a Deas. Precisam
30 gerenciar juntamente com os superintendentes das diferentes áreas a questão de recursos
31 humanos, distribuição de verba, plantões que consomem um grande valor também, há plantões
32 pagos com esse recurso. Hoje pela manhã foram colocados todos os problemas que têm tido em
33 relação à área da Saúde e o seu aporte financeiro repetido que ocorreu no segundo semestre.
34 Esse aporte foi necessário porque todo o orçamento da área da Saúde havia sido gasto até abril,
35 então tiveram de manter a área da Saúde funcionando através dos aportes financeiros. De modo
36 que uma melhor governança de perto se faz necessária; esse modo de trabalho, que vem de 30
37 anos, funcionou muito bem até agora, mas é o momento de se rever e se rever esse convênio,
38 principalmente naquilo que o professor Oswaldo mencionou em relação aos recursos que vão
39 para a Faculdade de Ciências Médicas e recursos que são utilizados para a complementação de
40 trabalho assistencial docente. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN

1 diz que as manifestações do professor Grassiotto e da professora Maria Luiza a deixaram muito
2 preocupada. Esse assunto é muito sério. Está entendendo que talvez deveriam ouvir também
3 um pouco a Funcamp, porque ela tem gerenciado os recursos do SUS há muito tempo. A
4 professora Maria Luiza tem razão, são 30 anos e não será em uma discussão de 15 minutos em
5 uma reunião do Conselho Universitário que isso será modificado, sem uma conversa mais
6 profunda, sem nenhuma discussão. Por exemplo, vários docentes da FCM procuraram a
7 representação docente no Consu pedindo que apoiassem a retirada de pauta pela necessidade
8 de discussão. Acha que está muito açodado, que precisariam discutir um pouco mais esse
9 assunto. A professora Maria Luiza é a presidente do Conselho de Curadores da Funcamp, mas
10 o CPF que consta nos documentos é o CPF do professor Renato Falcão, que é o diretor da
11 Funcamp. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI esclarece que recebeu há duas semanas
12 um ofício do professor Renato Falcão colocando que esse ponto é de responsabilidade dela. A
13 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que então retira o que disse.
14 Faz parte da Funcamp e ouvem muito esse problema de CPF, todos apavorados com isso, e com
15 toda razão, pode ser um problema muito grave se alguma coisa sair de controle. Então até por
16 isso acha que precisam discutir um pouco mais, esse tempo aqui que estão discutindo é muito
17 curto. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai esclarecer em sua fala o ponto exato que estão
18 discutindo aqui. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que isso é
19 excelente. Mas como os colegas da FCM solicitaram que apoiassem a retirada de pauta, apoia
20 o pedido do professor Lício de retirada de pauta. Acha que é um assunto muito importante para
21 esta Universidade para ser discutido em meia hora, uma hora, e tomar uma decisão tão séria,
22 que vai modificar alguma coisa que há 30 anos vem sendo feita. A Conselheira CLAUDIA
23 VIANNA MAURER MORELLI reforça o pedido do professor Lício porque, como
24 representante do Consu, também foi procurada por colegas preocupados. Entendem e apoiam a
25 necessidade dessa revisão. No entanto, a maneira como ela tem sido colocada, ao invés de
26 agregar, gera mais preocupações. Acha que se tivessem um tempo maior, e o que estão
27 solicitando é apenas isso, um tempo maior para discutir, levar essa discussão a outras instâncias
28 dentro da própria FCM, com os diretores das unidades assistenciais, seria importante, até para
29 que pudessem apoiar tudo isso. E talvez, como o próprio professor Lício falou, com
30 contribuições, com outros olhares possam chegar a um denominador comum e fazer essa minuta
31 funcionar para o bem da Unicamp. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO diz que essa
32 é uma questão que não tem nenhum tipo de implicação política. Trouxe esse pedido de retirada
33 de pauta única e exclusivamente porque acha que não houve tempo para discussão, diferente
34 do que o professor Oswaldo falou. O professor Oswaldo e a professora Luiza foram muito gentis
35 em ir até a congregação, foram extremamente claros com todos, mas estavam em cerca de 40
36 pessoas e foi a primeira vez que tomaram contato com esse tema. Então, a solicitação aqui é
37 única e exclusivamente de ordem de encaminhamento. Gostaria de poder contribuir com essa
38 proposta, pois a considera importante e muito boa, acredita que operacionalmente ela esteja
39 correta, porque de fato estão dividindo atividades, mas a comunidade que trabalha na área da
40 Saúde merece a consideração da Reitoria de poder ter um tempo para discutir isso. Acha que

1 seria uma demonstração, por parte da Reitoria, de um aspecto e uma visão democrática do
2 processo. Estão dentro de uma universidade pública em que até a saída de um aluno foi discutida
3 aqui hoje mais cedo, passou por cerca de seis instâncias e chegou aqui, onde ficou uma hora
4 sendo discutida. Agora estão lidando com um orçamento milionário e pergunta se vão discutir
5 em 15 minutos. Não está falando que o restante da Universidade não deve ter papel nessas
6 decisões, mas a comunidade que está mais envolvida com a administração da área da Saúde
7 ficou sabendo disso na sexta-feira à tarde. Então acha que seria interessante retirar isso de pauta
8 para que tenham um pouco mais de tempo para conversar e, no próximo Consu, daqui a três
9 meses, discutem isso com muito mais propriedade e, certamente, dependendo de como isso for
10 encaminhado, terão aprovação integral da proposta. O MAGNÍFICO REITOR reafirma que
11 esta instância aqui é uma instância democrática e que ela está discutindo um convênio que é
12 assinado pela Reitoria, não é pela área da Saúde. Convênio SUS é um convênio assinado pela
13 Reitoria da Unicamp, que envolve recursos para a área assistencial. A área assistencial da
14 Universidade possui quatro hospitais, todos eles tendo como superintendentes professores da
15 Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. O conselho da Deas é constituído por oito pessoas,
16 o presidente é o professor Oswaldo, professor da Faculdade de Ciências Médicas, e os demais
17 membros são os superintendentes do HC, Caism, Gastrocentro e Hemocentro. De um conselho
18 de oito pessoas, apenas dois membros não são da Faculdade de Ciências Médicas, o diretor da
19 FOP e a diretora da FEnf. O que estão discutindo aqui tem muita relação com o que discutiram
20 pela manhã, as pessoas querem que melhore a governança, mas há duas cabeças dirigindo o
21 convênio SUS. Uma é a CAAAAS, uma criação do Gabinete do Reitor, e portanto pode,
22 unilateralmente, como Reitor, extinguir essa deliberação, e a única solução é colocar isso na
23 Diretoria Executiva da Área da Saúde. O que estão fazendo é trazer para uma instância máxima
24 da Universidade para dar legitimidade a essa decisão, que tem total relação com a governança
25 e com a situação que encontram na área da Saúde. O que não podem ter é a instância que decide
26 a divisão dos recursos ser diferente daquela que as gasta, e é isso que estão falando. A CAAAAS
27 decide como os recursos SUS são divididos e a Deas fica com o preço, e esse preço é transferido
28 para a Reitoria. O convênio SUS tem de ser administrado em um único local, não é possível
29 criar governança mantendo essa situação. O convênio SUS é um convênio da área assistencial,
30 ele não é um convênio da FCM. É óbvio que a FCM tem interesse, mas ela tem seis membros
31 no Conselho Executivo da Deas. E não se pode comparar isso com outros locais; por exemplo,
32 o presidente do conselho do HC da USP é o diretor da Faculdade de Ciências Médicas. Mas o
33 superintendente do HC da USP não é do orçamento da USP, e ele é um engenheiro civil, não é
34 um médico. Os superintendentes na Unicamp, como já mencionou o professor Zeferino, são
35 todos professores da Faculdade de Ciências Médicas. Os departamentos da Faculdade de
36 Ciências Médicas têm papel decisivo na situação interna do HC. Pergunta qual é o sentido em
37 manter uma comissão que discute o convênio SUS apartada da Deas, que é a responsável pela
38 estrutura de saúde interna na Unicamp. E o que lhe parece interessante é o seguinte: a unidade
39 que aprovou a autarquia dos hospitais e um Conselho Universitário que deliberou sobre a
40 autarquia – e na autarquia o controle ia sair completamente da Unicamp – serem contrários a

1 que coloquem os recursos do convênio SUS dirigido por aquela que organiza a área assistencial
2 da Saúde. Essa é a particularidade da área da Saúde: ela é um conjunto, que tem uma parte de
3 ensino e pesquisa, a FCM; e outra parte que são os hospitais, e se não deixarem os canais mais
4 organizados, não terão nem condição de resolver a questão orçamentária, não resolvem a
5 questão da governança e, portanto, não decidirão sobre a melhor forma de lidar com o déficit
6 da área assistencial. Então é essa a questão que estão discutindo aqui; ela tem elementos de
7 política, elementos de gestão e elementos jurídicos importantes, e está na hora de resolver essa
8 questão. Precisa ficar clara a dramaticidade dessa questão, e solicita que ela seja mantida na
9 pauta. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO diz que deixou claro desde o primeiro
10 minuto que falou aqui que não é contrário à proposta. O que solicita é tempo para avaliá-la.
11 Esta é uma universidade democrática, então devem conversar a respeito do tema. O
12 MAGNÍFICO REITOR diz que vão decidir se discutirão no próximo Consu ou agora. Não
13 havendo mais observações, submete à votação a retirada de pauta, que é rejeitada com 32 votos
14 contrários, 24 favoráveis e 04 abstenções. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que
15 o senhor Reitor conhece a sua posição, e acha que esse movimento de fundir as atribuições da
16 CAAAAS com a Deas do ponto de vista institucional está correto, já disse isso em uma reunião
17 na Reitoria e sua posição permanece. Esse assunto já foi resolvido, mas acha importante colocar
18 isso, pela forma enfática como o senhor Reitor se manifestou. Começaram a discussão da
19 autarquização do HC da Unicamp antes da Unesp e carregaram a Unesp para essa discussão.
20 Só que esse assunto dentro da Unicamp foi muito mais complexo do que na Unesp. A Unesp
21 discutiu rapidamente, deliberou no seu Conselho Universitário e em 2009 já tinha a decisão
22 tomada. Na Unicamp, tomaram essa decisão só em 2012, porque o processo de discussão foi
23 muito mais amplo. Inclusive, no início da gestão do professor Marcelo, a professora Rachel
24 sugeriu a retomada dessa discussão quando foi feito o GT para estudar a redução da despesa da
25 Universidade, e ele mencionou que o Consu já tinha deliberado sobre isso. Então, a Unicamp
26 por alguma razão demanda um tempo maior de discussão; passaram dois anos discutindo até
27 que o Consu aprovou. Então ressalta que essa é uma proposta já vencida, e o seu posicionamento
28 se deveu ao forte ruído que essa proposta está causando dentro da FCM, que não é bom para a
29 FCM, acha que não é bom nem para a Universidade, é ruim do ponto de vista de pacificar o
30 assunto. Mas o seu posicionamento, que inclusive já manifestou também na congregação, é que
31 institucionalmente está correta a fusão da CAAAAS e da Deas. Relatou todas as suas
32 preocupações legais pessoalmente na campanha, tanto para o professor Antonio José quanto
33 para o professor Sérgio Salles, que não eram candidatos da área da Saúde, em relação à
34 dinâmica do funcionamento dos recursos SUS, e que achava que isso precisava de uma revisão.
35 O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que acompanhou atentamente todas as
36 manifestações, e concorda com as argumentações dos professores Oswaldo, Maria Luiza e
37 Antonio José. Concorda também que o conjunto de alterações conversa, e muito, com tudo o
38 que trataram no período da manhã. Pela manhã foram apontados vários problemas e agora à
39 tarde, no seu entendimento, há vários itens que conversam com a resolução desses problemas,
40 mas percebem a enorme resistência que existe. Conseguem enxergar que não é porque fazem

1 assim há 30 anos que está tudo certo. Não ia conseguir colocar de maneira tão polida como foi
2 colocada aqui um elemento central que enxerga como item que causa bastante resistência, acha
3 que isso está bem colocado e as pessoas conseguem entender qual é, não vai entrar no mérito.
4 No entanto, não sabe como se deu a discussão na congregação da Faculdade de Ciências
5 Médicas, não cabe a ele esse tipo de análise, se a discussão foi colocada de maneira que atenda
6 ao objetivo de esclarecer as pessoas, mas entende que as pessoas lá sabem muito bem do que
7 estão tratando aqui, e acha que vem uma resistência grande. Manifesta-se favoravelmente à
8 aprovação desse item, acha que começam a trilhar o caminho para tentar resolver tudo o que
9 colocaram no período da manhã aqui. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que
10 esta é uma excelente oportunidade para falar com o professor Oswaldo da necessidade que a
11 FOP tem. A FOP, como o professor Oswaldo mencionou, faz parte do Conselho da Deas, e uma
12 de suas reivindicações é que as suas clínicas sejam órgãos independentes, assim como o HC é,
13 assim como o Gastrocentro, Hemocentro são independentes da FCM. Então acha que não faz
14 muito sentido o diretor da Faculdade de Odontologia fazer parte da Deas e não ter nenhuma
15 afinidade com esses outros hospitais. Por isso a reivindicação da FOP de que suas clínicas sejam
16 parte integrante da Deas, assim como o HC e outros órgãos, se torna hoje extremamente
17 importante. E como está escrito no projeto, “elaborar, acompanhar a execução de planos de
18 aplicação de recursos”, isso é que se faz fundamental que ocorra nas clínicas na FOP. Agora
19 que tudo ficará na mão da Deas acha que fica mais do que presente essa reivindicação da
20 Faculdade. O MAGNÍFICO REITOR solicita que os conselheiros vejam o arquivo da minuta
21 proposta, para que esclareça detalhes que talvez sejam importantes para se considerar na
22 votação final. A Deas foi criada na gestão anterior, por iniciativa do professor Marcelo Knobel,
23 e ela tem a função de administrar a área assistencial de Saúde, então ela administra o
24 Gastrocentro, o Hemocentro, o Caism, o HC, e os convênios com o Hospital Estadual de
25 Sumaré, o Hospital Regional de Piracicaba e sete ambulatórios médicos de especialidades. Em
26 todos esses equipamentos da área da Saúde, estão falando basicamente da administração de
27 recursos SUS, portanto extraorçamentários. Ela só trabalha com isso. No entanto, no que se
28 refere aos recursos SUS para os hospitais da própria Unicamp, existe uma portaria, e isso está
29 no artigo 4º da presente minuta, uma portaria editada pelo Gabinete do Reitor, de número 170
30 de 1994, da época do professor Martins. Essa portaria é a Comissão Assessora Para Assuntos
31 Assistenciais da Área da Saúde, que distribui os recursos SUS que são executados nos hospitais
32 da Unicamp, que gerencia para onde eles são alocados. Mas quem gerencia o gasto são os
33 hospitais que estão vinculados à Deas. A CAAAAS foi criada por uma iniciativa exclusiva do
34 Reitor da época, e ele pode, como atual Reitor, terminar com essa deliberação, mas achou
35 melhor trazer essa decisão para o Conselho Universitário porque deseja compartilhar essa
36 decisão e fazer isso democraticamente. O professor Marcelo Knobel fez isso quando criou a
37 Deas, ele criou inicialmente com uma decisão da Reitoria, mas depois ele aprovou no Conselho
38 Universitário. Então a única coisa que estão fazendo aqui é incorporando as atribuições
39 completas, porque havia certa sobreposição de atribuições e elas eram executadas de fato pela
40 CAAAAS, incorporando plenamente essas atribuições na Deas, incorporando, de acordo com

1 o artigo 3º dessa minuta, a estrutura física, os servidores e as competências da CAAAAS na
2 Deas. Portanto, não estão eliminando essas atribuições e competências, não estão dispensando
3 servidores nem eliminando nenhuma estrutura física, elas serão todas incorporadas à Deas. A
4 Deas terá a responsabilidade de, através das estruturas hospitalares, gerenciar a distribuição dos
5 recursos e acompanhar a sua efetivação, inclusive naquilo que se refere à complementação
6 salarial das pessoas que desenvolvem atividades assistenciais. Observa que atividades
7 assistenciais são realizadas nos hospitais e no Gastrocentro e no Hemocentro. Ela não vai entrar
8 em nenhuma atribuição interna da FCM, ela vai acompanhar e, como está claro pelos artigos 1º
9 e 2º, que a realização desses gastos será feita através do conselho executivo. Reafirma que o
10 conselho executivo da Deas, que é presidido pelo Diretor Executivo da Área da Saúde, no
11 presente momento o professor Oswaldo Grassiotto, é composto por outras sete pessoas,
12 incluindo o diretor da Faculdade de Ciências Médicas, o superintendente do HC, o
13 superintendente do Caism, o superintendente do Gastrocentro e o superintendente do
14 Hemocentro. Se considerarmos a presidência, em oito membros seis são professores da
15 Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Então não consegue ver nenhum risco de haver
16 conflito entre a adequada aplicação desses recursos e papel dessa área na formação dos alunos
17 da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, nem da Faculdade de Enfermagem. O que estão
18 fazendo é dando continuidade àquilo que provavelmente estava na ideia original da Deas, e
19 estabelecendo uma organização que está focada na área assistencial de saúde. A FCM é uma
20 instituição de ensino e pesquisa, os hospitais fazem parte de uma estrutura assistencial. Quanto
21 melhor estabelecerem a governança de cada um desses órgãos, terão mais oportunidade de fazer
22 face às questões de dificuldades orçamentárias pelas quais a Universidade passa. Não é fácil,
23 pois existe uma história de 30 anos feita de outra forma. Mas essa história, na verdade, vem
24 sendo discutida há muito tempo, e o grande problema é que uma medida desse tipo, que cria
25 uma fronteira entre aquele que é o papel de ensino e pesquisa e o papel de assistência mais
26 nítida, nunca foi criada na Universidade. E assim possuem dificuldades de fazer a gestão e a
27 governança adequada dessa área. Então é esse o passo. Como perceberam, há uma resistência
28 bastante grande, não é fácil dar esse passo, mas estão achando que essa é a trajetória para fazer
29 face àquilo que discutiram de manhã. Se não derem esse passo, acha importante que o Consu
30 entenda o papel disso na gestão futura do orçamento; ou enfrentam isso separando as caixinhas
31 e pondo na mão de quem executa o gasto o direito de distribuir o recurso – ressalta que são
32 recursos extraorçamentários do convênio SUS – ou não conseguirão sequer entender o tamanho
33 do problema. Estão aqui falando de gestão e governança, e se querem enfrentar esse problema
34 a saída passa, necessariamente, por colocar a responsabilidade também da gestão financeira dos
35 recursos em quem faz a gestão administrativa dessas unidades. Precisam ser as mesmas pessoas,
36 e então podem cobrar dessas pessoas. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO diz que,
37 como mencionou no início, concorda com praticamente tudo, ou senão tudo que foi dito, tanto
38 pelo senhor Reitor como pela professora Maria Luiza e pelo professor Oswaldo. Entende que
39 do ponto de vista operacional, logístico, administrativo, essa é a forma correta de se fazer isso.
40 A razão pela qual solicitou a retirada de pauta não tem a ver com isso, mas sim com a forma

1 como foi conduzida. Mas ela foi votada democraticamente e devem seguir em frente com a
2 avaliação da proposta. Não havendo outras observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à
3 votação a matéria, que é aprovada com 40 votos favoráveis, 08 contrários e 11 abstenções. O
4 Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO declara que o seu voto foi favorável, seguindo
5 dentro da visão democrática do processo. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, o
6 MAGNÍFICO REITOR coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Moção –
7 01) Dossiê nº 01-D-32911/2021 – Moção de Aplausos à Unicamp, pela decisão histórica do
8 Conselho Universitário da Unicamp, que revogou o título de Doutor Honoris Causa concedido
9 a Jarbas Passarinho, apresentada pelo Câmara Municipal de São José do Rio Preto – SP. B –
10 Relatórios Semestrais das Câmaras do Consu – 02) Relatórios Semestrais da Câmara de
11 Administração e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.04.21
12 a 30.09.21, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento
13 Interno do Consu. C – Comissão de Vagas Não Docentes – CVND – Indicação de Membros –
14 art. 8º da Deliberação Consu-A-18/2013 – 03) Proc. nº 01-P-3972/1999 — Indicação de
15 membros para compor a Comissão, conforme Informação CVND-37/2021, como segue:
16 Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Titular: Sra. Gabriela Barros
17 Gonçalves – Caism (mandato 21.12.21 a 20.12.22) e Suplente: Sra. Evanir Lopes Teixeira –
18 Caism (mandato 21.12.21 a 20.12.22). D – Comissão Especial de Contagem de Tempo –
19 Indicação de Membros – § 1º do art. 2º da Delib. Consu-A-14/2000 – 04) Proc. nº 01-P-
20 17837/2000 – Indicação de membros para compor a Comissão Especial de Contagem de
21 Tempo, conforme Informação DGRH nº 825/2021, como segue: Representação Docente: Prof.
22 Dr. Samuel Rocha de Oliveira – Imecc, Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan – FE e Prof.
23 Dr. Marco Antonio Garcia de Carvalho – FT. E – Prêmios Institucionais 2021 – 05) Prêmio de
24 Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, nos termos da Deliberação Consu-A-021/2013 –
25 FCM: Prof. Dr. Andrei Carvalho Sposito; FE: Prof. Dr. Dario Fiorentini; FEA: Profa. Dra.
26 Helena Teixeira Godoy; Feagri: Prof. Dr. Julio Soriano; FECFAU: Profa. Dra. Silvia Aparecida
27 Mikami Gonçalves Pina; Feec: Prof. Dr. Ernesto Ruppert Filho; FEM: Profa. Dra. Katia
28 Lucchesi Cavalca Dedini; FEQ: Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi; FOP: Prof. Dr. Pablo Agustin
29 Vargas; FT: Prof. Dr. André Leon Sampaio Gradvohl; IA: Profa. Dra. Luise Weiss; IB: Profa.
30 Dra. Maria Cristina Cintra Gomes Marcondes; IC: Profa. Dra. Claudia Maria Bauzer Medeiros;
31 IFCH: Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz; IFGW: Prof. Dr. Eduardo Miranda; IG: Prof.
32 Dr. Giorgio Basilici; Imecc: Prof. Dr. Eduardo Cardoso de Abreu; IQ: Prof. Dr. Fabio Augusto.
33 Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação, nos termos da
34 Deliberação Consu-A-021/2013 – FCM: Prof. Dr. Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho; FEA:
35 Profa. Dra. Priscilla Efrain; Feec: Prof. Dr. Levy Boccato; FEF: Profa. Dra. Mara Patrícia
36 Traina Chacon-Mikahil; FEM: Prof. Dr. André Ricardo Fioravanti; FEQ: Prof. Dr. Antonio
37 Carlos Luz Lisbôa; FT: Profa. Dra. Carmenlucia Santos Giordano Penteado; IB: Profa. Dra.
38 Mariana Freitas Nery; IC: Prof. Dr. Guido Costa Souza de Araújo; IFCH: Profa. Dra. Joice
39 Melo Vieira; IFGW: Prof. Dr. Leandro Russovski Tessler; IG: Prof. Dr. Alessandro Batezelli;
40 Imecc: Profa. Dra. Ketty Abaroa de Rezende; IQ: Prof. Dr. Pedro Luiz Onófrio Volpe. Prêmio

1 ProEC de Extensão Universitária, nos termos da Deliberação Consu-A-006/2019 – FCM: Prof.
2 Dr. Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho; FECFAU: Prof. Dr. Luiz Carlos de Almeida; Fec:
3 Prof. Dr. Yuzo Iano; FEQ: Prof. Dr. Rubens Maciel Filho; FT: Profa. Dra. Ieda Geriberto
4 Hidalgo; IA: Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto; IC: Prof. Dr. Ricardo de
5 Oliveira Anido; IFCH: Profa. Dra. Andréa Marcondes de Freitas; Imecc: Prof. Dr. Marcelo
6 Firer; IQ: Prof. Dr. Edvaldo Sabadini. Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao
7 Ensino Magistério Secundário Técnico, nos termos da Deliberação Consu-A-009/2021 – Cotil:
8 Prof. Murilo França Tabosa; Cotuca: Prof. Dr. Rafael Resende Maldonado (*in memorian*).
9 Prêmio de Reconhecimento Discente de Desempenho em sua Formação Técnica dos Colégios
10 Técnicos da Unicamp, nos termos da Deliberação Consu-A-010/2021 – Cotil: Vitória Yumi
11 Uetuki Nicoleti; Cotuca: Isabela Clementino Ponciano Ferreira. Prêmio de Reconhecimento
12 Acadêmico para Pesquisadores da Carreira de Pesquisador, nos termos da Deliberação Consu-
13 A-021/2016 – Lume: Dr. Renato Ferracini. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros
14 inscritos no Expediente. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que se inscreveu para
15 tratar rapidamente da progressão Paepe, porque o cronograma já está em andamento. Começou
16 no dia 22.11 e vai até o dia 23.12 a primeira fase do processo. Nessa fase, as pessoas devem
17 acessar o treinamento que está disponível no canal do Youtube da DGRH. Verificou há pouco
18 e 2.314 pessoas já fizeram esse acesso. Reforça à comunidade Paepe que esse acesso ao
19 treinamento é muito importante, para que entendam muito bem, por exemplo, do que se trata a
20 progressão na horizontal e na vertical. Em complementação a esse treinamento, há plantões
21 para esclarecimento de dúvidas, que estão sendo oferecidas pela plataforma Google Meet, com
22 *link* pela página inicial da DGRH. Já houve uma fase no dia 30.11, terá outra no dia 1º.12 e
23 outra programada para o dia 02.12, com horário das 9h às 11h. Então quem assistiu o vídeo e
24 tem alguma dúvida pode aproveitar este canal para tratar das suas dúvidas. Para além de assistir
25 o vídeo, se as pessoas puderem ler as instruções normativas, ajuda bastante. Dando sequência
26 ao cronograma, as próximas ações também contemplam lançamento do sistema informatizado
27 de apoio ao processo de progressão. Portanto, novos treinamentos relacionados às principais
28 etapas estão previstos no cronograma. Além disso, as pessoas podem mandar *e-mail* para
29 *carreira@unicamp.br*, assim como podem ligar nos ramais 14863 e 14868 para tirar dúvidas.
30 Solicita também que os diretores das unidades se envolvam bastante nessas questões e
31 estimulem os seus quadros para que participem, que utilizem os canais para retirada de dúvidas
32 para que quando cheguem na fase de elaboração, em que as pessoas terão que entrar no sistema
33 informatizado para solicitar progressão na horizontal ou na vertical e preencher os critérios que
34 estão bem colocados no Anexo 3, saibam muito bem o que estão fazendo. Para encerrar, diz
35 que a Força Tarefa da Unicamp Contra a Covid em 2021 fez várias ações de testagem aqui em
36 Campinas e em vários municípios no estado de São Paulo, não foi pouca coisa que ela fez, e
37 fará amanhã no Largo do Arouche em São Paulo a última ação do ano. O Conselheiro RENATO
38 FALCÃO DANTAS solicita, em nome da FT e das outras unidades de Limeira, às autoridades
39 sanitárias da Universidade que busquem uma solução definitiva para os exames periódicos em
40 Limeira. Os funcionários sempre estão perguntando se a Unicamp tem ou não obrigação de

1 transportá-los para Campinas. Todo ano surge essa discussão, às vezes liberam, às vezes não,
2 isso tem gasto. Então solicita que busquem uma solução definitiva, calendários fixos, talvez
3 poucas vezes por ano. Estão abertos a conversar, mas faz esse apelo. O Conselheiro JOSÉ
4 ALEXANDRE DINIZ solicita a palavra para a professora Maria Silvia Gatti, da ADUnicamp.
5 A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que pediu a palavra para falar sobre o não
6 agendamento ou as não respostas do Cruesp com relação à pauta de reivindicações protocolada
7 em abril de 2021 pelo Fórum das Seis. Passados sete meses, duas reuniões foram realizadas,
8 em junho e julho, mas sem qualquer definição e um compromisso do presidente do Cruesp com
9 os agendamentos, protocolaram novamente uma pauta de reivindicações fundamentada em uma
10 mudança. Querem 20% de recuperação salarial já em janeiro. Essa pauta mantém
11 fundamentalmente as propostas iniciais, da valorização dos níveis iniciais da carreira, sobre a
12 qual existe uma proposta no encaminhamento ao Cruesp; a questão de um plano sanitário
13 amplamente discutido, que entendem que ainda se faz necessário; e até a proposta de uma
14 recuperação salarial, agora avançando para pouco mais de 40%, considerando maio de 2012 a
15 dezembro de 2021. Com uma inflação de pouco mais de 8% de maio a dezembro deste ano, o
16 Fórum das Seis se reuniu, as entidades todas realizaram assembleias, apoiaram essa pauta que
17 estão apresentando e consideram a necessidade de um retorno às negociações, um compromisso
18 do Cruesp com o retorno dessas negociações, uma vez que dinheiro há, os dados relativos a isso
19 todos conhecem. Estão passando nas congregações das unidades, já fizeram dez reuniões, estão
20 sendo bem recebidos, permitindo uma boa discussão e, fundamentalmente, estão chamando os
21 docentes a uma participação mais ativa nesse processo. A ADUnicamp tem feito várias ações
22 nesse sentido e esperam efetivamente um retorno do senhor Reitor, que inclusive em uma
23 reunião, há cerca de uma semana e meia, se comprometeu com uma tentativa de agendamento
24 de reuniões. Esse agendamento indicaria, fundamentalmente, um respeito ao Fórum das Seis e
25 por tudo que ele representa e tem representado ao longo desses anos de pós-autonomia
26 universitária. Mas esse respeito se estenderia, obviamente, a todos os servidores e servidoras
27 das universidades. Acrescenta que a mesa de negociação se dá entre o Fórum das Seis e o
28 Cruesp, esse é o local da discussão e das decisões, e também ele deve ser respeitado. Acredita,
29 sinceramente, que discussões paralelas ou mesmo ações independentes ou paralelas de cada
30 Reitoria enfraqueceriam a todos, enfraqueceriam as universidades nessa relação que elas têm,
31 sindicatos e Reitorias. Acha que isso não seria bom de maneira alguma e todos devem estar
32 atentos a isto: na mesa de negociação sentam-se Cruesp e Fórum das Seis. Esperam uma
33 resposta de negociações, que o Cruesp discuta a pauta, retorne com suas observações e depois
34 resolverão de acordo com essas decisões que estão aguardando. Vários documentos já foram
35 encaminhados, vários ofícios e infelizmente não tiveram retorno de nenhum. Chama todos à
36 responsabilidade com relação também à questão salarial; outros aportes, outras formas de
37 benefício não significam salário, não preservam o poder de compra. Então solicita que os
38 docentes se engajem mais nos processos, a ADUnicamp está presente, aberta e pronta a ouvir a
39 todos, e vão em frente. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que sua fala é
40 basicamente a voz de alguns docentes que estão ansiosos pelo retorno. A pergunta que

1 solicitaram que transmitisse aqui é se terão a terceira dose antes do início do semestre. Entende
2 que há uma ansiedade sobre o retorno, especialmente com a nova variante, então essa foi a
3 pergunta que um colega pediu para que levantasse aqui no Consu. Outro colega deseja saber
4 sobre a poda das árvores ao longo da Sobrapar, o que, nas palavras dele, foi um desastre, e até
5 mesmo um crime. Solicita esclarecimentos da prefeitura sobre como foi feito esse procedimento
6 de poda, pois existe um desconhecimento, uma falta de comunicação às vezes. E, finalmente,
7 fará alguns comentários sobre as discussões que tiveram hoje. Algumas vezes pode ter havido
8 a impressão de que eram contrários a assuntos a respeito da área da Saúde, mas votou
9 favoravelmente, assim como vários representantes docentes. No entanto, questionam algumas
10 coisas e desejam algumas respostas. Entendem que nem sempre essas respostas são simples,
11 por isso manifesta aqui sua simpatia pelos esforços para que os problemas de orçamento da área
12 da Saúde sejam resolvidos. Inclusive esse último relativo à Deas acha que é um caminho, mas
13 que podia ser amadurecido, o que havia sido o pedido inicial, mas então que tentem resolver os
14 problemas na medida do possível. O MAGNÍFICO REITOR responde que a questão da terceira
15 dose vai ser ao final informada pela professora Maria Luiza. Vai adiantar a questão da poda,
16 mas se depois o prefeito Juliano tiver alguma informação adicional, mais para frente ele dá.
17 Aparentemente, foi a CPFL que fez a poda, não foi uma decisão interna da Universidade. O
18 Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que recentemente foi a Campinas participar
19 de duas reuniões na Administração, primeiro com o professor Paulo César Montagner e com o
20 professor Fernando Sarti da segunda vez, e teve de usar o sistema de transporte porque a reunião
21 era em horários em que não conseguiria usar o transporte da SAR. Verificou com o motorista
22 do táxi que o transportou que o gasto dessa viagem de Limeira/Campinas, com retorno para
23 Limeira, foi de R\$660 reais. A presença na reunião era importante, mas considera absurdo
24 gastar R\$660 reais para ir a uma reunião em Campinas. Recorda-se de que na campanha do
25 professor Antonio José conversaram sobre isso, que era algo que impactava bastante o
26 orçamento das unidades externas à Campinas. Sabe que é um problema difícil de resolver, só
27 há um motorista que os atende, e ele tem de fazer outro tipo de serviço também, e nem sempre
28 a disponibilidade dele atende os horários de reuniões. Outro assunto é que recentemente tiveram
29 uma reunião bastante produtiva a respeito das feiras, das cantinas na Universidade. Estavam
30 enfrentando uma dificuldade grande em Limeira por não ter cantina, e todo imbróglio com o
31 AVCB, e pôde conversar com o prefeito e com o professor Zigomar, da DEA, sobre isso. No
32 entanto, recentemente saiu uma reportagem nas mídias sobre o novo processo de cantinas, e
33 achou bastante interessante essa nova proposta da prefeitura, mas a reportagem não mencionou
34 nada sobre Limeira. Foi mostrado até um mapa de onde as cantinas iam ficar em Campinas e
35 não se falou nada de Limeira. Levou para a congregação da FCA a conversa que teve com o
36 pessoal da prefeitura, que vai tratar esse novo modelo, que vai o mais rápido possível trazer
37 uma cantina para a FCA, e fica uma situação complicada, porque informou à comunidade que
38 isso estava sendo discutido, mas não viram nada na reportagem. Precisam tomar esse cuidado
39 para não gerar desconforto. O MAGNÍFICO REITOR diz ao professor Márcio que ele tem
40 direito a reclamar, é uma reclamação também para a Reitoria, não só para a SEC. Às vezes

1 ficam muito autocentrados em Campinas, mas vão encontrar uma solução para essa questão,
2 para que abordem a Unicamp como um todo. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI
3 ARRUDA diz que recebeu uma manifestação através da Ouvidoria, no dia 23 de novembro,
4 que já comunicou também para a congregação do IQ ontem. Foi algo muito prazeroso que vai
5 compartilhar com todos os membros do Consu; é de alguém que não quis se identificar,
6 possivelmente um aluno, e o relato foi o seguinte: “Eu elogio a dedicação dos funcionários
7 dessas duas bibliotecas, a biblioteca do Instituto de Química e a Biblioteca Central Cesar Lattes,
8 que mesmo em um cenário no qual muitas bibliotecas estão apenas parcialmente abertas, ou
9 abertas em horário reduzido, mantêm-nas abertas em horário normal”, ou seja, das 8h às 23h,
10 “e com disponibilidade de espaços para estudo. Para mim são muito necessários tais espaços,
11 locais com mesa, tomada, internet, tranquilidade para poder estudar, visto que não disponho
12 dessa possibilidade em casa. Elogio também a organização, álcool em gel e líquido em diversos
13 pontos, livros organizados, limpeza desses dois espaços. Parabéns. São locais como esses que
14 dão vontade e orgulho de continuar estudando da Unicamp”. Em nome da direção do Instituto
15 de Química, e como presidente do Comitê Covid do Instituto, parabeniza muitíssimo toda a
16 equipe dessas duas bibliotecas por todo o cuidado, carinho, presteza com que desempenham
17 seu trabalho, principalmente em um momento como este, em que precisam de muita segurança.
18 Então isso também lhes dá, replicando a mensagem do colega, orgulho de ser Unicamp. O
19 MAGNÍFICO REITOR parabeniza o IQ, a diretoria e a biblioteca, e também a Biblioteca
20 Central Cesar Lattes, que estão funcionando *full time*, isso é perfeito. O Conselheiro MARCO
21 ANTÔNIO GARCIA DE CARVALHO diz que fará uma breve fala sobre o edital de
22 chamamento, uma consulta pública que ocorreu recentemente no MEC, no Conselho Nacional
23 de Educação, sobre a aprendizagem híbrida. Foi aberto no dia 16 de novembro, portanto há
24 pouco mais de duas semanas, e esperava contribuições para redação das diretrizes gerais sobre
25 aprendizagem híbrida no Brasil, para educação básica e também para educação superior. É um
26 documento bastante interessante, curto, que apresenta a conceituação de aprendizagem híbrida
27 e relata algumas diretrizes sobre como pode ser o cenário da adoção da aprendizagem híbrida
28 no Brasil. O documento menciona várias vezes a diferença entre aprendizagem híbrida e
29 modalidade EAD, ensino remoto, ensino remoto emergencial, pelos quais vêm passando nos
30 últimos dois anos, abordando bem essa diferença, e que aprendizagem híbrida não pode ser
31 confundida como a modalidade de ensino, ela se trata de uma metodologia. Não pode ser
32 confundida com a modalidade EAD, ela é uma metodologia pedagógica flexível, que
33 empreende atividades inovadoras, utiliza metodologias ativas, promove a autonomia do
34 estudante, integra atividades presenciais e não presenciais, alternando, portanto, tempo e
35 espaços de ensino também. Achou muito relevante esse chamamento, essa consulta pública. Ela
36 esteve aberta por somente por 10 dias porque a intenção do Conselho Nacional de Educação é
37 que essas diretrizes sejam publicadas o mais breve possível, provavelmente ainda até o final
38 deste ano, para poder regular as atividades no ano que vem. E ela tem um potencial de ser
39 realmente transformadora. Essa diretriz trata também, por exemplo, do controle de frequência,
40 e cita a LDB, onde está previsto o controle da frequência mínima de 75%, e menciona também

1 outros modos de controle de frequência ao utilizar a aprendizagem híbrida. Considera
2 importante que a Unicamp participe desse tipo de discussão, porque esse tema tem realmente
3 esse potencial de ser um divisor nas relações de ensino e aprendizagem, tornando o ensino bem
4 mais ativo e flexível. E aproveita esse tema para solicitar alguma atualização do GT criado no
5 final do primeiro semestre sobre o ensino híbrido, de como andam as atividades desse GT, como
6 andam as atividades de adaptação de salas, de condições de trabalho nessa outra realidade, que
7 envolvem uso de equipamentos tecnológicos relacionados à gravação de vídeo, ventilação,
8 adaptação física das salas. Nesse mesmo sentido, sobre a política de educação digital da
9 Unicamp, houve um GT criado em 2018, existe uma minuta de uma política que passaria a ser
10 discutida pela comunidade, então aproveitando o tema da educação híbrida, talvez pudessem
11 também retomar ou ter retomado o estabelecimento de uma política de educação digital aqui na
12 Unicamp. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a questão da pandemia abre uma
13 janela importante para a Universidade para debater vários temas. Como a Unicamp vai assumir
14 a presidência do Cruesp no ano que vem, acha que um dos temas importantes seria a questão
15 de o candidato a reitor que vencer a consulta ser nomeado pelo governador. Tem acompanhado
16 a discussão na USP, que está em processo de sucessão, há vários questionamentos em relação
17 a se o candidato que venceu a consulta vai assumir, se não vai ter interferência do governo.
18 Então, acha que uma das tarefas da próxima presidência do Cruesp seria essa pacificação em
19 torno de que as candidaturas que vencerem na comunidade assumam. Outro tema importante
20 para discussão é o que a professora Silvia, presidente da ADunicamp, trouxe aqui: a relação dos
21 reitores com as entidades pode ser melhorada. Em 2020, o Fórum das Seis abriu mão da data-
22 base em função da pandemia. Em 2021, protocolaram a pauta, mas a negociação começou e
23 não terminou até hoje. Então considera uma relação muito difícil, e acha que as Reitorias
24 precisam priorizar o diálogo com as entidades. Com a Unicamp assumindo a presidência do
25 Cruesp, pode haver um outro tipo de tratamento em relação às entidades, e fazer uma
26 negociação efetiva. Hoje a arrecadação está com crescimento acumulado de mais de 27%, de
27 janeiro a outubro, portanto existe espaço no orçamento para poder fazer uma negociação. O
28 Fórum das Seis protocolou para janeiro 20%. Espera que ainda nesta gestão do professor Vahan,
29 pois não terminou a data-base de 2021, haja essa negociação, e é papel da Unicamp e da Unesp
30 pressionar a USP para que faça de fato uma negociação que tenha diálogo. Precisam pensar
31 qual modelo de autonomia defendem, porque a USP defendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal,
32 incorporou no seu Conselho Universitário limite prudencial, limite total de gasto com folha. Ela
33 impôs a medida de que seis meses antes do final do mandato do atual reitor não pode haver
34 nenhuma ação que aumente a folha de pagamento ou reajuste benefício. Então ela incorporou
35 um conceito de autonomia que não é o conceito que o professor Paulo Renato defendia, e que
36 ele defende. Defende que haja autonomia orçamentária também, e essa autonomia orçamentária
37 não significa independência, podem ter uma autarquia no estado que tenha autonomia
38 universitária, e que discuta qual quantidade de recursos virá. Não sabem se a reforma tributária
39 virá algum dia, no ano passado inclusive no texto do orçamento a própria Aeplan escreveu que
40 não havia acordo nas reformas tributárias, questionando qual modelo iriam adotar. Ou seja, nem

1 a reforma que o Guedes mandou do imposto de renda é passível de passar no Congresso
2 Nacional. Mas pensa que neste momento de pandemia, neste momento em que a Unicamp
3 assume a presidência do Cruesp, poderá investir nesse debate sobre a autonomia e tentar uma
4 negociação para ter algo mais substancial, não somente ficar naquele decreto de 1989. Haverá
5 eleição no ano que vem, também para governador, e é importante se envolver politicamente em
6 relação às eleições, até porque as três universidades estão no estado de São Paulo todo, e devem
7 exigir que as candidaturas se comprometam com o sistema universitário e também com a
8 educação pública gratuita, porque no nível federal veem retrocessos. Vide a quantidade de
9 renúncias na Capes essa semana, ou seja, estão destruindo todo o sistema universitário que foi
10 construído ao longo dos anos. A Unicamp terá um papel importante quando assumir a
11 presidência do Cruesp, de levar esse debate adiante, é uma oportunidade pós-pandemia que a
12 Universidade terá para discutir. Sobre a questão do ensino híbrido, no dia 04 estive na USP,
13 que era o dia marcado pelo reitor para a retomada da USP. Poucas pessoas retornaram
14 presencialmente, mas no dia 1º o próprio professor Vahan chamou o Sintusp para uma conversa,
15 pedindo que mudasse de posição, que pedisse para os funcionários e docentes voltarem, porque
16 ele temia essa história do ensino remoto, qual futuro teria a universidade. Se hoje existem oito
17 professores de Cálculo I, por exemplo, em várias unidades que ministram Cálculo I, não seriam
18 mais necessários os oito, somente um já resolveria. Talvez nem um, pois podem ter o conteúdo
19 gravado em videoaula. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO saúda todas as pessoas das
20 diferentes unidades de ensino que foram agraciadas com os prêmios institucionais da Unicamp,
21 especialmente os colegas do IFCH: professor Sebastião Velasco e Cruz, agraciado com o
22 Prêmio Zeferino Vaz, que tem uma trajetória de 36 anos dedicadas ao IFCH, é seu colega no
23 Departamento de Ciência Política, foi seu professor, contribui ativamente com dois programas
24 de pós-graduação do Instituto, o Programa de Ciência Política e o Programa de Santiago Dantas,
25 que é um programa interinstitucional que envolve também a Unesp e a PUC de São Paulo. A
26 professora Joice Melo Vieira, agraciada com o Prêmio de Ensino de Graduação, que é do
27 Departamento de Demografia, é a coordenadora do curso de graduação em Ciências Sociais e
28 uma professora muito engajada, muito comprometida com as suas atribuições. E a professora
29 Andréa Freitas, representante docente do Consu, aqui presente, que foi agraciada com o Prêmio
30 de Extensão, com um projeto de educação política que compreende várias atividades muito
31 importantes, que estabelecem uma interlocução com as escolas públicas do município de
32 Campinas, em uma atividade que é exemplar para esse esforço que a Universidade vem fazendo
33 e para essa preocupação de se aproximarem cada vez mais da sociedade. Sobre a retomada, o
34 IFCH faz um balanço de que está indo bem, com uma relativa tranquilidade, apesar de todas as
35 dificuldades, dos desafios, das incertezas, especialmente agora com a nova variante. Mas os
36 depoimentos de quem voltou ao presencial, especialmente os técnico-administrativos e
37 docentes, destacam o quanto isso tem sido importante, com todo o cuidado, com todas as
38 precauções que a retomada das atividades presenciais impõe. Acha importante reconhecer o
39 esforço que toda a comunidade vem fazendo nesse sentido, destaca o GT criado no âmbito da
40 CGU para pensar coletivamente os ambientes de ensino e pesquisa; acha que a criação desse

1 GT responde ao apelo que muitos fizeram no Consu para coordenar as propostas e para
2 encontrar soluções conjuntas, com ênfase na questão da ventilação e das tecnologias e
3 metodologias educacionais, como já foi aqui também mencionado por outros conselheiros,
4 como uma preocupação de várias unidades. Uma das dificuldades que possuem é que o tempo
5 necessário ao debate, à tomada de decisões e à implementação das decisões, daquilo que é
6 conversado nesses espaços e programado, não é o mesmo. E uma outra dificuldade é que têm
7 sido atropelados pelo imprevisível, então precisam permanecer vigilantes e dispostos a repensar
8 todo o processo, inclusive as decisões já tomadas. Possuem algumas preocupações com o
9 retorno dos estudantes, por conta do volume de pessoas em circulação que isso implica. Não
10 tem dúvidas de que o retorno dos estudantes é necessário, muitos já estão aqui, mas a Resolução
11 GR-074/2021 de que as aulas teóricas e práticas do primeiro semestre serão presenciais, com a
12 possibilidade de até 100% da lotação de sala de aula, mesmo com o adendo que a GR faz, de
13 que em havendo restrições modificar essa lotação, gera alguma apreensão. Faz parte do
14 subgrupo de cuidados sanitários, estão trabalhando com a perspectiva de manter o
15 distanciamento de 1,5 metro, o que inviabiliza a presença de 100% dos estudantes em alguns
16 casos e exige pensar em alternativas, como o rodízio de turmas, o que demandaria a manutenção
17 de um sistema parcialmente remoto e provoca, além de dúvidas, uma discussão sobre
18 metodologia de ensino, mas podem pensar em outras alternativas, como a divisão das turmas.
19 E apesar de a GR dar autonomia para as unidades e para as coordenações de curso, acha que
20 precisam ainda pensar em algumas definições mais gerais, avançar nessas definições ou ter
21 parâmetros mais claros, ainda que nesse cenário caótico em que vivem, tudo tenha de ser
22 permanentemente revisto e reavaliado, porque a decisão não envolve apenas o uso das salas de
23 aula, mas também dos laboratórios, das bibliotecas e do restaurante universitário. Março está
24 chegando, a ansiedade está aumentando, em todas as reuniões de departamento, de
25 congregação, mesmo no grupo de diretores, essa questão aparece, e possuem uma preocupação
26 com as festas de fim de ano e com o carnaval. Então acha que talvez precisem ainda pensar
27 juntos nessa questão. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que trará uma questão
28 sobre a promoção horizontal de docentes. Tiveram recentemente a liberação do cronograma de
29 progressão Paepe e os docentes lhe pediram para trazer esse questionamento sobre qual o
30 andamento dos processos de progressão de docentes para 2021 e 2022. Esse seria o primeiro
31 questionamento, e depois uma dúvida, que é a seguinte: com a verba de 2019 tiveram aprovadas
32 as progressões dos docentes na CIDD, em 06.05.2020, e depois na Cepe de 09.06.2020 elas
33 foram retiradas de pauta por causa da lei complementar 173. Durante todo esse período, tiveram
34 situações distintas: por exemplo, um docente com promoção de nível MS-5.1 para MS-5.2, que
35 continua com essa situação de estar com a promoção suspensa; seis docentes na promoção de
36 nível MS-3.1 para nível MS-3.2, dos quais dois fizeram concurso para livre-docente, então
37 estarão contemplados em outro pacote a partir dessa possibilidade do dia 1º de janeiro; dois
38 docentes estão com os concursos em andamento e, portanto, no início do ano estarão nessa fase
39 de transição, mas são pessoas que foram contempladas nessa suspensão, e dois docentes ainda
40 não iniciaram o processo, não pediram o livre-docente. Pergunta como vai ficar esse passivo de

1 promoções; pelo que se recorda, haviam discutido que o passivo seria contemplado. E se tem
2 já alguma proposta, alguma coisa em andamento em relação às promoções horizontais para o
3 ano que vem. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que tem novamente uma
4 nota triste a colocar. Comunicou na Cepe o falecimento de um estudante de graduação da
5 Faculdade, Mateus de Barros Julião, no dia 05 de novembro, e posteriormente ocorreu outro
6 falecimento, da estudante de doutorado Roseane Cristina dos Santos, no dia 17.11, ambos por
7 motivo de doenças, causas naturais, não Covid. No caso da Roseane, expressa aqui um
8 agradecimento público ao professor Antonio, superintendente do HC, que não mediu esforços
9 para que ela pudesse ser transferida para o HC, para que tivesse aqui os cuidados necessários.
10 Ela descobriu recentemente, muito tardiamente, um câncer muito grave, que exigia uma cirurgia
11 de emergência e ela só teria condições de fazê-la aqui. Então deixa público o agradecimento
12 especial ao professor Antonio e também aos profissionais de Saúde que a atenderam, citando
13 inclusive o senhor Adilton, que os ajudou, também os profissionais do SAE, a senhora Adriane
14 Pelissoni, as assistentes sociais Vanilda e Cibele, que foram fundamentais para minimizar o
15 sofrimento dela e dos familiares. Manifesta, em nome da Faculdade de Educação, seu
16 reconhecimento e seu agradecimento. Também como fez a professora Andréa, cumprimenta
17 todos que foram agraciados pelos prêmios, não vai citar o nome dos colegas da Faculdade de
18 Educação, mas deixa o cumprimento a todos eles e também o reconhecimento pelo seu mérito.
19 Agradece a força-tarefa que esteve na Faculdade na semana passada, sob a coordenação da
20 professora Patrícia. Essa visita foi muito importante para a FE, não apenas para esclarecer
21 pontos que vêm sendo discutidos na preparação para o retorno presencial, mas também para
22 tranquilizar ainda mais a comunidade. Também pela disponibilidade dela e da equipe de
23 conversar e esclarecer as dúvidas, ficaram várias horas juntos. Acha que essa foi uma iniciativa
24 muito positiva, espera que possam repeti-la em outras oportunidades porque para eles foi muito
25 importante. Agradece também aos professores Fernando Coelho e Ivan Toro, que estiveram na
26 congregação na Faculdade, foi uma visita muito boa, muito agradável. Acha que isso deveria
27 acontecer mais vezes, porque aproxima a Administração Central das unidades, cria até uma
28 certa intimidade, acha que isso é positivo e favorece a ajuda recíproca que desejam estabelecer
29 com a Reitoria. O professor Marco Antônio fez referência ao documento “Diretrizes Gerais
30 sobre Aprendizagem Híbrida”, que foi divulgado recentemente pelo Conselho Nacional de
31 Educação após uma consulta pública muito rápida. Embora seja um tema de extrema relevância
32 e do qual não podem se furtar, porque isso vai acabar acontecendo de uma forma ou de outra,
33 a Faculdade de Educação viu isso com bastante temeridade, houve até uma breve discussão na
34 congregação, que resultou em um nota contrária manifestada na própria consulta pública em
35 função da necessidade que sentiram de que esse assunto seja mais bem discutido, com mais
36 profundidade, envolvendo mais pessoas, principalmente as entidades do magistério, tanto da
37 educação básica, quanto do ensino superior, as universidades. Sabem muito bem das
38 consequências que a incorporação da tecnologia ao ensino, principalmente nas escolas públicas,
39 sem as devidas condições, pode gerar. Estão agora colhendo os resultados de uma incorporação
40 mal feita, sem as condições objetivas dessa educação que podem chamar, de alguma forma, à

1 distância, ou até híbrida. Então é preciso avaliar com cuidado os prejuízos e o que foi essa
2 experiência de ensino remoto que tiveram até agora, principalmente da educação básica;
3 detectar as lacunas; descobrir, levantar as condições objetivas necessárias para que a
4 incorporação de tecnologia no ensino seja feita de maneira adequada, e de forma também que
5 não represente o aprofundamento das desigualdades sociais e culturais no país, como têm
6 observado. Então quando se fala, por exemplo, em educação flexível, metodologia pedagógica
7 flexível, ativa, inovadora, isso não necessariamente pressupõe incorporação de tecnologia na
8 forma de ensino híbrido. Claro que desejam aproveitar essa experiência que a pandemia lhes
9 trouxe positivamente, mas com ampla discussão para que saibam de fato quais são as
10 necessidades das escolas, principalmente das escolas públicas. Deixa aqui a posição da
11 Faculdade de Educação, um convite para que reflitam, mas com os devidos cuidados para não
12 endossarem uma proposta que pode vir a ser danosa para a democracia do ensino. O Conselheiro
13 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI manifesta a sua solidariedade à Faculdade de Educação,
14 pelo falecimento de mais um aluno. Iria colocar algumas dúvidas, mas já foi em parte
15 contemplado pelas colocações dos temas das colegas Andréia e Mirna. A Conselheira MARISA
16 MASUMI BEPPU diz que na próxima semana, na Cepe, da qual não participa, possivelmente
17 será votada a minuta sobre como vão ser feitas as exigências aos alunos para retomada
18 presencial das aulas no primeiro semestre do ano que vem. Nas discussões entre os docentes,
19 existe uma preocupação muito grande de que se essa checagem não for feita institucionalmente,
20 o professor na ponta da cadeia não terá condição de fazê-lo. Então, chama a atenção para essa
21 importante decisão que será tomada, para que isso seja levado em conta com muita lucidez, de
22 como na prática essa verificação pode ser feita para a melhor segurança de todos. A Conselheira
23 MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que é membro da Cepe e as reuniões têm tido sempre um
24 horário muito apertado, começando às 10 horas. Considerando o tema que a professora Marisa
25 citou, sugere que iniciem a próxima reunião da Cepe às 9 horas, se for possível. O Conselheiro
26 PETRILSON ALAN PINHEIRO SILVA externa a preocupação de vários membros da
27 congregação do IEL. Tiveram uma reunião na semana passada sobre a instrução normativa da
28 CCPG 003/2021, que busca excelência nos trabalhos acadêmicos da pós-graduação e
29 necessidade de prevenção de plágio em dissertações e teses. Obviamente ninguém discute o
30 mérito propriamente da questão, já que é importante procurar mecanismos para coibir a prática
31 de plágio. Mas a preocupação da congregação foi em relação à forma como isso está se dando.
32 Já havia tido essa conversa com o ex-coordenador-geral da pós-graduação do IEL, professor
33 Marcelo Buzato, que esteve presente na reunião em que o assunto foi aprovado na CCPG, e ele
34 externou ali algumas preocupações, inclusive técnicas. O professor Marcelo Buzato é
35 certamente o professor do IEL que tem mais familiaridade com toda essa área técnica, porque
36 ele é da área de linguagem e tecnologia, lida com a questão do algoritmo e a relação entre
37 algoritmo e o uso da linguagem. Então ele já havia colocado uma preocupação na reunião, como
38 o fato, por exemplo, de o próprio *software* ser pouco customizado, a questão também de não
39 reconhecer citações que não estejam entre aspas, por exemplo, entre outras coisas. Houve uma
40 intervenção da professora Bárbara para que se criasse um grupo de trabalho para discutir isso

1 com mais calma porque, segundo essa instrução normativa, a unidade que não aprovar esta
2 semana não pode marcar mais dissertações e teses. Não sabe nas outras unidades, mas no IEL
3 a grande maioria dos professores desconhece essa ferramenta, então haveria necessidade
4 premente de treinamento de professores, funcionários e alunos. Se o professor Marcelo, que é
5 o maior entendido na área de tecnologia no Instituto, já não conhecia, menos ainda os demais
6 professores. Além das dúvidas técnicas em relação ao *software*, possuem uma preocupação em
7 relação aos dados das dissertações e teses que são coletados e mantidos pelo sistema. O IEL
8 não é contrário ao uso disso propriamente, mas solicita que isso possa atingir de uma forma
9 mais capilarizada a comunidade, porque há por parte dos professores um incômodo e um
10 desconhecimento. Isso passou na última reunião de departamento, chegou à última
11 congregação, e ele foi incumbido de trazer isso para o Conselho Universitário, na forma até de
12 um apelo, para que possam pelo menos adiar isso de alguma forma, para que possam fazer uma
13 discussão mais ampla na comunidade. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI
14 diz, na linha da manifestação feita pela professora Silvia Gatti, que vários docentes o
15 procuraram, bastante ansiosos com relação ao que vai acontecer no ano que vem, com o fim da
16 lei complementar 173, na questão de reajuste, contratações, progressões, contagem da sexta
17 parte. Solicita que, se possível, fosse apresentada antecipadamente a proposta de orçamento,
18 que vai ser discutida e votada no próximo Consu, aos moldes do que foi feito com a proposta
19 de progressão, que contou com uma discussão prévia. Seria bom que tivessem um tempo maior
20 para discutir isso, porque toda decisão de orçamento é bastante crítica, demanda bastante
21 responsabilidade, mas no contexto em que se encontram, será particularmente importante. A
22 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS reforça o comentário feito pela
23 professora Andréia sobre a retomada no IFCH; há, de fato, um clima muito positivo sobre a
24 retomada de maneira geral. As pessoas estão se sentindo bastante seguras, bastante ouvidas pelo
25 comitê de retomada do Instituto e isso tem gerado muita tranquilidade. As pessoas expressam
26 isso sistematicamente dentro do Instituto, então acha que foi uma decisão bastante interessante
27 e acertada da maneira como está sendo conduzida. Agradece as felicitações da professora
28 Andréia, dos demais colegas aqui a respeito do Prêmio de Extensão que o projeto que coordena
29 recebeu. Ficou extremamente feliz, obviamente, e informa que estão trabalhando em ações para
30 uma agenda sobre curricularização envolvendo diversas disciplinas do IFCH dentro do projeto.
31 Espera em algum momento conversar com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para envolver
32 outras disciplinas da Unicamp, porque possuem muita necessidade de outras áreas de
33 conhecimento que não só as Ciências Humanas. Nesse sentido, sugere que pensem com muito
34 carinho em aumentar o número de projetos financiados pela ProEC, em especial em virtude da
35 curricularização de ensino e do grande aumento que houve na procura desse tipo de
36 financiamento, que imagina estar diretamente relacionado também à questão da
37 curricularização. Agradece pelas explicações dadas sobre o Hospital, em especial ao professor
38 Oswaldo, que esclareceu várias das dúvidas que tinha pessoalmente sobre essa questão. Foi
39 realmente muito importante ouvi-lo, tanto a fala pela manhã, quanto a fala agora à tarde, e ficou
40 bastante satisfeita com os planos de curto, médio e longo prazo, e gostaria inclusive de obter

1 mais informações. Talvez isso pudesse ser colocado em algum tipo de boletim ou informativo
2 para que possam discutir esse assunto com mais propriedade. Sobre a retomada, há uma questão
3 que a preocupa e que solicita, se possível, que o comitê de retomada avalie. As aulas começam
4 no dia 03 de março, um dia depois da quarta-feira de cinzas, um dia depois do carnaval. Não
5 está levando em consideração a nova variante ter chegado ou não ao Brasil, ou o estado
6 pandêmico daquele momento, mas lhe parece que talvez não seja prudente o retorno depois de
7 uma festa com tanta aglomeração. Pergunta se não poderiam voltar presencialmente 14 dias
8 depois do carnaval, ou pelo menos uma semana depois, quando os sintomáticos já terão
9 revelado os seus sintomas. Não é especialista no tema, a professora Maria Luiza obviamente
10 tem muito mais competência que ela para falar sobre o assunto, e o comitê de retomada é que
11 certamente vai decidir. Sua pergunta é se isso está sendo considerado, e se não estiver, se não
12 vale a pena que o comitê leve esse ponto em consideração. A Conselheira CLAUDIA MARIA
13 BAUZER MEDEIROS diz que tem ouvido notícias de que há funcionários, inclusive da própria
14 Reitoria, que se recusam a tomar vacina. Pergunta se isso é verdade e o que podem fazer, já que
15 o perigo não é só o carnaval. Em seguida, diz que há alguns meses perguntou, e outros docentes
16 também, quando seria reaberto o sistema DGRH associado à contagem de tempo, e a resposta
17 dada na época foi que no fim de setembro isso estaria disponível, e ainda não está. Então solicita
18 uma resposta e um prazo para quando os dados estarão disponíveis. O segundo pedido é que
19 seja encaminhado a ela e aos membros do Consu o relatório final ou algum relatório do GT
20 associado a planejamento de curto, médio e longo prazo da área da Saúde, mais particularmente
21 o HC, para que compreendam quais iniciativas que o senhor Reitor anunciou que estarão
22 tomando já correspondem a esse relatório. Diz ao professor Sarti que em 26 anos como membro
23 do Consu, a reunião de hoje para ela teve um diferencial com relação à votação da
24 suplementação ao HC. Todos os que se manifestaram foram favoráveis, apenas com solicitações
25 associadas a questões posteriores, e o professor Sarti, quando falou sobre o assunto, deu a
26 entender que as falas tinham sido contrárias. Ninguém foi contrário e ela, particularmente,
27 nunca foi contrária ao longo desses 26 anos à suplementação ao HC, por entender não apenas
28 o aspecto assistencial, mas como um ambiente importantíssimo para o ensino e a pesquisa.
29 Sobre o projeto do hospital metropolitano, o professor Oswaldo já esclareceu muitas coisas e o
30 professor Antonio José resumiu em uma frase excelente as explicações do professor Oswaldo
31 falou, sobre por que a autarquia parece ter sido descartada ou por que ela não seria uma
32 boa opção: “A autarquia também vai implicar ônus orçamentário”. Nesse sentido, o que se
33 pretende é que o Hospital Metropolitano não crie ônus. Pergunta em que área da Unicamp está
34 se pensando atualmente construir esse hospital, além de quantos profissionais serão necessários
35 para trabalhar e quem vai gerenciá-los. E se haverá interveniência e, portanto, de alguma forma
36 ônus financeiro, da DGA, DGRH ou qualquer outro órgão da Unicamp. Vários docentes têm
37 dito que a gestão do hospital de Otorrinolaringologia vai ser uma espécie de balão de ensaio
38 para a gestão do hospital metropolitano em termos de gestão independente. Pergunta se isso é
39 verdade e até que ponto, já que os funcionários e o pessoal de Saúde serão da própria Unicamp.
40 Outro assunto é que o senhor Reitor deu a notícia de que o governo do estado, em princípio,

1 está interessado e aprovando esse projeto, embora saibam que não será o mesmo governo na
2 hora da inauguração e implementação. O governo não vai aprovar sem ter um pré-projeto, um
3 documento. Pergunta se haveria a possibilidade de esse documento já ser divulgado entre os
4 conselheiros, para dirimir dúvidas e diminuir a tensão. A Conselheira ANNA CHRISTINA
5 BENTES DA SILVA diz que o IEL faz hoje 45 anos, ele foi justamente criado em 30 de
6 novembro de 1976, em um parecer liderado pelo professor Antonio Candido. É uma data bonita
7 que devem comemorar bastante. E aproveitando essa data, esse tempo do Instituto, que é um
8 dos mais antigos da Unicamp, conversará um pouco sobre questões que importam para o IEL,
9 e dá o exemplo do IEL, mas que importam para toda a Universidade. Sempre há uma discussão
10 complicada de tempo de debate das questões, estão sempre correndo atrás desse tempo, nunca
11 dá, e as ações estão prementes, precisam tomar as decisões e, por isso, acha que poderiam, e
12 está pensando aqui no exemplo do IEL mesmo, pensar principalmente um planejamento forte
13 para pensar a reposição de quadros na Unicamp. Os três departamentos do Instituto estão
14 sofrendo neste momento com uma possibilidade de encolhimento muito grande em função das
15 aposentadorias que acontecerão em breve. Pensa que poderiam tentar pensar nesse problema,
16 que vem sendo demandado por colegas de vários locais, tiveram uma reunião ontem com
17 aproximadamente 40 colegas e alguns deles levantaram o problema das condições de trabalho,
18 do planejamento efetivo de como vão ficar os departamentos com essa leva de aposentadorias
19 que vai acontecer em poucos anos. Então, comemorando o aniversário do IEL, pensa sobre o
20 que seria ideal, principalmente se pensarem sobre uma Universidade que tem uma política não
21 de gestão, mas uma política da Instituição, tanto de progressão, quanto de reposição dos
22 quadros, quanto de reajuste salarial. E como podem formular um projeto de Universidade como
23 está sendo feito; achou bonita a discussão que fizeram aqui sobre a tentativa de resolver o
24 problema crônico da área da Saúde na Unicamp, como estão há tanto tempo com várias
25 tentativas, e agora a gente vê essas discussões tentando resolver problemas estruturais. Em
26 relação à progressão acha que já estão conseguindo agir, pelo menos por enquanto; gostariam
27 que a política de progressão continuasse, mas que tivessem um pouco mais de previsibilidade
28 em relação à reposição dos quadros. Recorda a discussão no Conselho Universitário sobre o
29 Departamento de Demografia, que foi extinto, e não gostaria que tivessem mais nenhum caso
30 como aquele, que pudessem de fato fazer planejamentos para evitar o encolhimento dos
31 departamentos. Porque as pessoas vão permanecendo na Universidade, mas tem um momento
32 em que elas se aposentam, e têm condições de saber quando isso vai acontecer e propor projetos
33 que os levem a ter uma estabilidade, para que não briguem tanto internamente sobre vagas,
34 sobre reposição de quadros. Que tenham um pouco mais de tranquilidade para pensar essas
35 questões, com critérios, indicadores, que deixem a comunidade um pouco mais confortável e
36 menos tensa em relação a essas questões. Então, parabeniza o IEL pelos seus 45 anos e deseja
37 que consigam nos próximos tempos fazer esse planejamento em relação a essas duas questões
38 outras, tão importantes. Fizeram agora para a progressão, e que consigam fazer tanto para os
39 salários, que é um grande problema que possuem, quanto para a questão da reposição de
40 quadros, porque ela vai ser necessária. Acha que as condições de trabalho hoje são muito mais

1 complicadas do que quando a Universidade foi fundada, mas estão fazendo o seu trabalho.
2 Precisam continuar batalhando por uma estruturação de planejamentos futuros, que deixem
3 todos tranquilos para trabalhar e exercer suas atividades em paz. O Conselheiro WAGNER DE
4 MELO ROMÃO diz que o grupo Unicamp em Movimento faz reuniões abertas todas as
5 segundas-feiras ao meio-dia, antes das reuniões do Consu, e tiveram ontem cerca de 40 pessoas
6 na reunião, que teve como temas principais a necessidade do reajuste, sabendo que há uma
7 possibilidade concreta de que melhorem a situação salarial dos servidores, com base na situação
8 financeira das três universidades estaduais paulistas. Então reforça a fala feita pela professora
9 Silvia e por outros colegas. Sobre a Resolução GR-074/2021, uma das questões, além da já
10 apontada pela professora Andréa Freitas, é que tiveram uma preocupação a respeito da
11 comprovação da situação vacinal completa na matrícula. Foi bastante predominante na reunião
12 a posição de que está correto que a Universidade solicite essa comprovação vacinal de
13 estudantes, assim como está fazendo com os servidores e servidoras, mas a preocupação é a
14 respeito de estudantes que advenham de estados onde a vacinação não está tão avançada como
15 está aqui no Sul e Sudeste, e sobretudo de outros países, que também têm situações vacinais
16 muito diferentes. Pergunta como podem combinar essa decisão de saúde pública bastante
17 pertinente aqui para a Unicamp sem que prejudiquem estudantes que eventualmente gostariam
18 de estar vacinados, mas não puderam ainda se vacinar. Em seguida, pergunta à professora
19 Rachel a respeito da situação da Capes, já que ontem tiveram notícias de uma nova debandada
20 na área de Matemática e Física. Por fim, antecipa a discussão que vão fazer na próxima sessão
21 do Consu, a última do ano, uma preocupação que está muito presente entre colegas que praticam
22 extensão universitária, que é o fato de que a última seleção de projetos teve uma demanda muito
23 alta, muito mais alta do que o normal, mas o orçamento permaneceu o mesmo. Levantou isso
24 na COP e acha que é uma preocupação importante de que talvez possam reforçar o orçamento
25 da ProEC, reforçar o orçamento da extensão, principalmente agora também que vão lidar com
26 a curricularização da extensão. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao prefeito, senhor
27 Juliano Finelli, para um breve comentário sobre perguntas feitas por conselheiros em relação à
28 prefeitura, e depois à senhora Maria Aparecida, da DGRH, para falar sobre a questão do
29 sistema. O senhor JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz, referente à poda das árvores,
30 que a rede do lado do Sobrapar é de propriedade e responsabilidade da CPFL, que possui o seu
31 protocolo próprio de podas, isso não tem uma referência direta com a Universidade. Conversou
32 com as equipes da Divisão de Meio Ambiente e da Divisão de Água e Energia e vão solicitar à
33 CPFL que façam as próximas podas de maneira menos invasiva, seguindo os protocolos da
34 Universidade. Essa é uma providência que a prefeitura irá tomar já em breve, em resposta aos
35 questionamentos colocados aqui no Consu. O professor Márcio fez referência a uma matéria
36 sobre a rede de alimentação da Universidade, e aproveita para informar que hoje estão em
37 funcionamento as cantinas da FCM, Caism, HC-F1 e Instituto de Biologia. Já finalizaram a
38 licitação e estão em fase de instalação as cantinas do IC e mais uma do Caism. Encontra-se em
39 análise na DGA o processo de licitação da Feagri, do Cotuca e das *vending machines*, que
40 esperam que em breve sejam publicados. Estão publicadas no portal da prefeitura as licitações

1 do Cotel e do IE. E foi finalizada recentemente a licitação do IEL, que também está esperando
2 para gerar o contrato. Outra informação é que finalizaram o pré-cadastro dos feirantes, para que
3 eles voltem para a Universidade no próximo ano. Conseguiram expandir o número de feiras de
4 três para seis, são elas: Cecom, HC, DGA/Praça da Paz, acrescentado IFCH, FECFAU, RS e o
5 antigo Star Clean. Receberam mais de 100 inscrições, consideram que foi muito exitoso o pré-
6 credenciamento e em algumas localidades precisarão fazer algum sorteio para definir quem será
7 o permissionário ou feirante que utilizará o espaço. Reafirmam o compromisso não somente
8 com FCA, mas também com a FOP, que visitaram, e infelizmente não foram mencionadas na
9 matéria. Pede desculpas e diz que vão se atentar da próxima vez. A senhora MARIA
10 APARECIDA QUINA DE SOUZA diz, com relação ao sistema, abordado pela professora
11 Claudia, que já possuem disponível a visualização para os RHs das unidades, mas para todos
12 os servidores só vão conseguir liberar em janeiro. Isso porque tiveram de adequar várias regras
13 no sistema, e somado a isso tiveram perda de profissional de Informática nesse período, e agora
14 estão se concentrando nas ações para processamento de todas as folhas e todas as obrigações
15 legais que devem entregar no final do ano. Então, no início do ano que vem com certeza estarão
16 com essas informações no ar para o acesso de vida funcional. Mas os RHs das unidades já
17 conseguem ter acesso e visualizar. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores.
18 A Conselheira RACHEL MENEGUELLO parabeniza o IEL pelos 45 anos, lembrando que o
19 IEL saiu do IFCH há muitos anos, e fica feliz com o aniversário agora do Instituto de Estudos
20 da Linguagem, tomara que seja possível uma festa boa lá em breve. E também parabeniza os
21 agraciados com os vários prêmios da Universidade. Acha que têm conseguido fazer o
22 reconhecimento do esforço dos colegas em várias dimensões, então cabe aqui uma menção
23 especial a todos os que receberam os vários prêmios da Universidade. Informa que estão em
24 um momento complicado em relação à Capes. O professor Wagner perguntou, mas já iria fazer
25 aqui um brevíssimo relato porque não possuem novidades além do fato de que tudo continua
26 na justiça, que o momento agora é de espera de que a Advocacia Geral da União, que defende
27 os órgãos públicos, faça alguma coisa. Tudo o que era para ter sido feito pelo lado da Capes foi
28 feito, apesar de toda sua densa demora, e não há outro trâmite neste momento, precisam esperar
29 que a AGU faça algo para defender, para que isso tenha um certo desenlace. Já tiveram notícias,
30 como o próprio professor Wagner mencionou, das demissões de vários colegas que estão
31 participando das áreas, das comissões de avaliação. A comunidade vem tendo alguns
32 movimentos, esse é um deles, o das demissões dos colegas, não suportando mais, revoltando-
33 se contra a situação. Há movimentos, ainda muito embrionários, de proposições de possíveis
34 outras formas de avaliação, mas tudo isso é muito embrionário e também, claro, muito
35 polêmico, precisam resolver a questão da Capes. Mas existem movimentos nessa direção, todos
36 ainda muito iniciais. Então, de toda maneira, não há notícias novas sobre a avaliação, estão
37 absolutamente em suspensão. O que vem acontecendo na Capes neste momento é a discussão
38 dos novos cursos, dos APCNs, que é algo que depende apenas da Capes e ela está tocando isso.
39 Será aberto o edital com os APCNs, inclusive à distância, com uma nova regulamentação de
40 ensino à distância desses APCNs. Várias áreas estão discutindo essa regulamentação para si,

1 para dentro delas, como isso seria regulamentado, mas essa é a novidade desse novo
2 movimento, da abertura de propostas de cursos de novos, também à distância, há uma
3 regulamentação específica ao lado dos tradicionais APCNs. Nessa direção de falar dos APCNs
4 à distância, aborda a pergunta feita pelo professor Marco Antonio sobre a discussão do ensino
5 híbrido, do ensino pós-pandemia, e afirma que a Unicamp tem participado sim desse debate,
6 ela tem desenvolvido uma reflexão sobre isso. Amanhã o GT de Ensino na Pós-Graduação no
7 Período Pós-Pandemia, definido dentro da CCPG, entregará o relatório na reunião da CCPG,
8 em que consta uma reflexão sobre as questões do ensino, de como podem tocar o primeiro
9 semestre de 2022 adequando uma série de experimentos positivos que tiveram. Ali elencam
10 pontos negativos e positivos, e a ideia é que o primeiro semestre do ano que vem seja um
11 semestre de experimentação, dando prioridade para o ensino presencial, mas abrindo a
12 possibilidade de que recursos que aprenderam a tratar dentro das disciplinas, de que
13 possibilidades de aperfeiçoamento que esses recursos tecnológicos trouxeram sejam
14 aproveitados na medida da avaliação positiva, sejam aproveitados nas disciplinas, nos
15 programas. Tudo isso ainda é um debate, esse relatório do GT é apenas uma orientação para a
16 pós-graduação, isso não vai se tornar deliberação, nem faria sentido. Ele é uma orientação
17 dentro daquilo que a Universidade está regulando para o primeiro semestre de 2022. Só não
18 apresenta aqui esse relatório porque ele vai primeiro para a CCPG amanhã, e quis cumprir esse
19 caminho regular, até porque a CCPG foi a instância que teve a iniciativa de fazer essa discussão
20 sobre o ensino e as possibilidades das mudanças do ensino, rompendo, por vezes, com as
21 convicções sobre o que deveria ser sempre o ensino na pós-graduação. Não sabe se vai romper,
22 mas a discussão é exatamente essa, e na próxima Cepe esse relatório certamente já será
23 apresentado. Portanto, ressalta que a Unicamp está participando do debate. Nesta sexta-feira,
24 haverá um debate sobre a pós-graduação, organizado pela USP, chamado: “Pós-graduação na
25 universidade: o que propor?” e estará presente, juntamente com os pró-reitores de pós-
26 graduação da USP, da UFMG, da PUC-RS e da UFBA, discutindo proposições sobre as
27 mudanças possíveis no ensino. E é claro, ali haverá alguma discussão sobre o que está
28 acontecendo no nível nacional. Em relação ao ponto levantado pelo professor Petrilson, sobre
29 a instrução normativa para prevenção de plágio, sabe que em algumas unidades têm havido uma
30 discussão intensa, uma certa recusa de procedimentos, uma certa incompreensão dos processos.
31 Observa que essa instrução normativa da pós-graduação foi definida com base em um debate
32 que já vinha sendo construído no fórum de Boas Práticas em Pesquisa da Universidade. Isso
33 não é uma iniciativa isolada nem uma iniciativa inicial da PRPG, a Unicamp tem discutido as
34 boas práticas e procurado regulamentar tudo isso. Então essa instrução vem acoplada a esse
35 debate sobre as boas práticas de pesquisa aplicadas para os trabalhos dos alunos de pós-
36 graduação, tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu*. E a instrução define que as unidades devem
37 estabelecer os procedimentos para isso. Talvez as unidades estejam com essa dificuldade de
38 definir esses procedimentos internos, quem ficará responsável por isso. Se ao passar o trabalho
39 do aluno no *software* Turnitin, que é o que a Unicamp utiliza, ele ultrapassar a porcentagem de
40 similaridade que a unidade define, não se trata de acusar o aluno de plágio e de retirar a

1 possibilidade de ele se tornar um mestre ou um doutor, mas apenas de avaliar onde está essa
2 similaridade, verificar se aquilo é de fato um plágio, definir o que o *software* permite, como a
3 identificação de citações. Trabalhos nas Ciências Humanas, por exemplo, utilizam muitas
4 citações, e o *software* permite que isso seja definido para que não seja contabilizado na
5 porcentagem da similaridade. Vai amanhã certamente levar essa preocupação para a CCPG, e
6 dependendo do debate e da definição, verão como definem esse prazo, que foi em comum
7 acordo na discussão da CCPG, estabelecido como 1º de dezembro. Já há unidades que utilizam
8 esse *software* há tempos, a FCM é um caso, também algumas Engenharias, portanto não é uma
9 novidade na Universidade isso, mas é uma novidade para algumas unidades. Levando amanhã
10 para discussão, encaminham depois alguma possibilidade de flexibilização, ou talvez um maior
11 detalhamento dos pontos que estão envolvidos nessa definição da instrução normativa, que na
12 verdade é uma definição das boas práticas de pesquisa. Vê isso como muito positivo. Já recebeu
13 reações que a deixaram surpresa, no sentido de tirar o mérito do que significaria essa boa
14 prática, ou de que estariam colocando em condicionamento a relação de confiança entre o
15 orientador e o orientado. Não se trata disso, não estão tratando dos princípios que regem a
16 relação de orientação, mas das boas práticas que o aluno precisa ter como segurança dele
17 próprio, pois o seu trabalho tem de estar dentro de alguns parâmetros que asseguram a sua
18 originalidade. Aquilo que imaginam ser óbvio talvez não o seja na compreensão de alguns, até
19 por conta de desconhecimento dos processos, e vê isso com muita legitimidade. Em seguida,
20 informa que no próximo dia 10 encaminharão à Capes o relatório global do Print. Não há notícia
21 da Capes se o programa será renovado, se ele será redefinido. O Conselheiro IVAN
22 FELIZARDO CONTRERA TORO parabeniza, em nome da PRG, todos os docentes agraciados
23 com o Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino. A PRG tem se dedicado
24 muito ao projeto de integração entre extensão e graduação, o professor Fernando Coelho e ele
25 têm visitado algumas congregações, e vão visitar todas. Realizaram o seminário de inovação
26 curricular nos dias 23, 24 e 25 de novembro, cujo tema foi “O diálogo entre extensão e ensino”,
27 e foi um seminário muito interessante, foi um sucesso. Estão fazendo rodas de conversa sobre
28 essa integração também, convida todos a participarem. Estão também lançando um edital
29 conjunto entre a PRG e a ProEC. Informa ainda que estão abertas as inscrições da Bolsa
30 Santander para docentes interessados em metodologias ativas de educação. Solicita aos
31 senhores diretores que estimulem os coordenadores a conversar com os discentes sobre a
32 informação da situação vacinal no *site* da DAC. Já estão com um número considerável de alunos
33 que informaram, pouco mais de 60%, mas até a época da matrícula esse número precisa crescer,
34 e isso vai depender da divulgação que consigam fazer aos alunos. Comenta que ontem
35 receberam a deputada Sâmia Bomfim, que trouxe uma emenda parlamentar de R\$1 milhão para
36 ser aplicada na moradia estudantil. Com isso, conseguirão implantar um sistema de Wi-Fi com
37 bastante qualidade para a moradia. Respondendo à pergunta do professor Marco Antonio, diz
38 que estão atentos ao uso da tecnologia especial de ensino híbrido. Agradece aos professores
39 Rosley Anholon, Matheus de Souza, Arnaldo Pinto e Gildo Giroto, que são do EA2 e do
40 GGTE, pela sua dedicação nos testes, na identificação e na seleção de equipamentos para o

1 ensino híbrido. Estão preocupados com a volta às aulas, vai deixar para a professora Maria
2 Luiza falar mais a respeito dos aspectos ligados à Covid, mas estão solicitando a todos os
3 diretores, coordenadores de ensino, que tragam para a PRG as dificuldades no retorno às aulas,
4 para poderem ajudar. Informa também que está sendo feito um grande edital para a revisão e
5 limpeza de todos os aparelhos de ar-condicionado da Universidade. Sobre a ventilação também
6 vai deixar para a professora Maria Luiza responder. Estão adquirindo os equipamentos
7 necessários para o ensino híbrido, se necessário, para serem utilizados no começo do próximo
8 semestre. Em relação ao ensino digital, não estão discutindo neste momento, fizeram a opção
9 de discutir somente após o retorno do ensino presencial, que é a prioridade a partir de março.
10 Ao professor Renê, em nome da PRG deixa as condolências pelo óbito dos dois alunos, uma
11 tristeza muito grande para toda a Universidade. Respondendo à professora Marisa, diz que estão
12 trabalhando na norma para controle da vacinação juntamente com a PG, com a DAC, com a SG
13 e com as demais áreas envolvidas, PRPG, ProEC, colégios etc., e pretendem nessa normatização
14 abranger todos os detalhes, que são bastante difíceis, mas a ideia é que seja um controle central,
15 que não dependa do professor na ponta da linha fazer esse tipo de discriminação. A professora
16 Andréa Freitas comentou sobre a necessidade de um possível adiamento, também vai deixar
17 para a Maria Luiza discutir, mas na data de hoje estão com mais de 94% dos adultos acima dos
18 18 anos já completamente imunizados, e mais de 75% da população do Estado de São Paulo
19 imunizada. Então isso lhes dá uma tranquilidade. Claro que estão preocupados com a nova
20 variante, mas possuem muita esperança de que a situação volte ao normal no primeiro semestre
21 de 2022. Parabeniza o IEL pelos 45 anos, uma data extremamente importante. Sobre o que o
22 professor Wagner comentou, diz que estão pensando também na situação daqueles alunos que
23 gostariam de se vacinar e não tiveram oportunidade. Vão apoiar esses alunos e encontrar alguma
24 solução. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO dá os parabéns ao IEL, em
25 nome dos professores Petrilson, Anna Bentes e todos os colegas do IEL pela data de hoje.
26 Parabeniza também todos que receberam os prêmios acadêmicos nas diversas modalidades.
27 Manifesta seus sentimentos ao professor Renê e à Faculdade de Educação pela perda dos
28 estudantes. No que se refere à atividade externa da PRP, em particular a conversa que tiveram
29 com a Fapesp, informa que fizeram duas reuniões: uma reunião presencial dos pró-reitores das
30 três universidades estaduais paulistas, e depois a reunião mensal remota que fazem com os pró-
31 reitores de pesquisa das universidades de São Paulo, não somente as estaduais. Informa que a
32 Fapesp pretende lançar para o ano que vem, possivelmente já no começo do ano, um grande
33 edital de infraestrutura, no sentido de valorizar o conceito de *facility*, e que contaria, como em
34 geral acontece com esses grandes editais, com contrapartidas institucionais, em termos de
35 infraestrutura e gerenciamento. Em relação a jovens docentes, assunto que foi comentado aqui
36 por vários conselheiros, a Fapesp pretende lançar, também no início do ano, um edital de apoio
37 a docentes recém-contratados, inclusive os três pró-reitores, da Unicamp, USP e Unesp, foram
38 chamados a colaborar na concepção e na redação desse projeto. Ele contemplaria docentes que
39 tenham até um determinado número de anos de contratação, ainda a ser definido. A PRP está
40 já se organizando, visando ao começo de 2022, para atuar fortemente nas frentes de prover

1 apoio aos grandes projetos, não só como esse que vai ser lançado, como os projetos já existentes,
2 e, por outro lado, está atenta a esse problema de atração de novos pesquisadores, de jovens
3 docentes. Já existem algumas coisas, por exemplo, um apoio ao jovem pesquisador; quando um
4 jovem pesquisador deseja se estabelecer na Unicamp, para ficar como pesquisador durante um
5 certo tempo visando um eventual futuro concurso, por exemplo, ele faz um projeto à Fapesp e
6 a PRP ou o Faepex a princípio concedem três meses de bolsa para esse jovem pesquisador, às
7 vezes extensível a seis meses, enquanto ele aguarda o resultado. Isso é um tipo de auxílio que
8 vem sendo dado e que pretendem aprimorar; esse tipo de auxílio tem o problema de que
9 investem nesse início, o pesquisador vem, se instala de certa maneira, e se o projeto não for
10 aprovado na Fapesp, ele fica sem nenhum apoio financeiro. Então precisam rever um pouco
11 tudo isso. Em relação à revisão desse tipo de auxílio, de possibilidades de apoio tanto aos
12 grandes projetos quanto aos jovens pesquisadores, diz que já está no organograma, mas para o
13 ano letivo de 2022 desejam implantar de forma definitiva o *grant office* na PRP, que de alguma
14 maneira centralizaria essas demandas e esses apoios a projetos dessa natureza que comentou,
15 mas também a prospecção de outros tipos de projetos junto a editais internacionais etc. Em
16 seguida, informa em particular aos diretores e diretoras que na quarta e quinta-feira desta
17 semana acontecerão as reuniões com o conselho do Faepex e com a Comissão Central de
18 Pesquisa. Praticamente só haverá expediente nessas duas reuniões, mas a ideia é fazer em ambas
19 um *brainstorm*. O Faepex tem 20 anos de sucesso, mas são 20 anos basicamente funcionando
20 com o mesmo tipo de modalidades de apoio, e eventualmente é o momento de rever algumas
21 coisas. E na CCP, pensar em termos da interação PRP, comissões de pesquisa, coordenações de
22 pesquisa como um todo. Então, apesar de essas reuniões serem amanhã e depois de amanhã, se
23 houver algum tempo de os diretores conversarem com seus representantes, seja no conselho do
24 Faepex, seja com os coordenadores de pesquisa, para começar a interagir um pouco, talvez
25 trazer demandas, seria algo positivo, embora ele, desde já, em função até dessas reuniões, se
26 comprometa a depois conversar nas unidades sobre as atividades de pesquisa e formas de ouvir
27 as unidades nas suas especificidades. Pode ser na congregação ou simplesmente com diretores
28 e coordenadores de pesquisa, fica a critério de cada unidade definir como deseja fazer. Mas
29 pretende colocar nas reuniões desta semana um pouco das metas, ideias, conversar com as
30 unidades, e em meados de março, abril do ano que vem, chamar novamente tanto o conselho
31 do Faepex quanto as CCPs para, em posse dos insumos das unidades, partir para deliberações
32 em relação a um eventual novo manual do Faepex, novas modalidades de editais e,
33 particularmente, ao *grant office*, que acha que pode ser o grande diferencial para apoio a
34 projetos em diferentes naturezas. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
35 cumprimenta a professora Andréia Freitas pelo prêmio de reconhecimento de extensão, e em
36 nome dela homenageia todos que ganharam o prêmio de extensão e todos aqueles que foram
37 reconhecidos nos diferentes prêmios da Universidade. Junta-se aos colegas para cumprimentar
38 o IEL pelos seus 45 anos, é uma data extremamente importante no Instituto, que é de grande
39 relevância para a Universidade. Solidariza-se com o professor Renê e a comunidade da
40 Faculdade de Educação por, infelizmente, ter acontecido uma perda de mais um estudante.

1 Complementando o que foi dito pelo professor Ivan, a ProEC e a PRG, em função de todo
2 processo de curricularização da extensão, têm feito uma série de atividades conjuntas. Esta
3 semana realizaram uma atividade que teve um nome bastante sugestivo: “Tudo aquilo que você
4 gostaria de perguntar sobre curricularização da extensão e nunca soube a quem”, e foi realmente
5 um evento muito bom porque, tanto ele quanto o professor Ivan, assessores e toda a
6 comunidade, um grupo razoavelmente grande, acha que havia mais de 60 pessoas na sala,
7 puderam conversar longamente, por duas horas, sobre todos os processos de curricularização
8 da extensão e as preocupações que envolvem toda a comunidade. Ficou claro que a comunidade
9 está junta nesse movimento e que está buscando todas as formas de fazer com que o movimento
10 possa acontecer e o processo seja instalado de forma que a Universidade ganhe muito com essa
11 inclusão de aspectos extensionistas nas grades de formação dos alunos, e obviamente também
12 dos projetos de interação que vão acontecer entre as unidades. O professor Ivan também falou
13 sobre o edital, que saiu hoje publicado nas páginas das duas pró-reitorias, que junta a ProEC e
14 a PRG nessa atividade. Esse edital será lançado oficialmente amanhã e as inscrições terminam
15 no início de fevereiro, então tem bastante tempo, e ele tem como objetivo privilegiar as
16 interações que possam acontecer interunidades. Ele é um edital de R\$200 mil, que vão utilizar,
17 neste primeiro momento, como edital piloto, e possui duas categorias de projetos que vão ser
18 financiados: uma primeira categoria que envolva mais do que uma unidade em um projeto
19 comum, que vão financiar com até R\$25 mil, e uma segunda categoria de projetos que envolva
20 participação de uma unidade, obviamente uma unidade que tenha vários cursos, essa
21 modalidade pode ser entre cursos, e para essa modalidade vão financiar com até R\$8 mil de
22 recursos. Esses recursos poderão ser gastos no pagamento de bolsas, no pagamento de despesas
23 de serviços de terceiros, uma série de possibilidades de gasto desses recursos. Já foi falado em
24 algumas unidades que esse recurso é pouco, mas, na verdade, como disse, esse é um edital
25 modelo, e a ideia do professor Ivan e dele é que, a partir da avaliação do resultado desse projeto,
26 tenham a possibilidade de financiamentos constantes envolvendo as duas pró-reitorias para
27 essas atividades de curricularização da extensão, que esperam que tenha um crescimento
28 exponencial. Uma outra coisa que as duas pró-reitorias estão fazendo juntas é uma conversa
29 que já foi iniciada no sentido de rever os processos de valorização das atividades de extensão
30 nos relatórios de atividade. Já foi feita uma conversa inicialmente com a assessoria da PRDU e
31 essa conversa vai continuar, obviamente envolvendo toda a comunidade, que é uma mudança
32 importante no sistema. Informa que já há algum tempo a ProEC está com o objetivo de
33 estabelecer e montar nos diferentes *campi* da Universidade um memorial em homenagem às
34 vítimas da Covid-19. Existe um grupo de trabalho que foi indicado para organizar essas
35 atividades, que vão acontecer no transcorrer do próximo ano, estão acertando os detalhes finais,
36 e convida a comunidade para a cerimônia de lançamento do Memorial Covid da Unicamp, que
37 vai acontecer no dia 09 de dezembro, no final do dia. Farão no final do dia porque, em princípio,
38 haverá uma projeção homenageando principalmente o pessoal da área da Saúde, e essa projeção
39 vai ser feita provavelmente em uma das paredes do Cecom. Convida a comunidade para
40 participar e começar esse processo de homenagem. A ideia é criar um espaço de reflexão sobre

1 o problema e a tragédia que viveram com a Covid no Brasil, e que esse local faça também o
2 tempo todo a ode à ciência, pois é por meio da ciência que combatem a escuridão, e a ideia
3 realmente da Universidade é retomar e ter um protagonismo importante nesse aspecto. O
4 Conselheiro FERNANDO SARTI parabeniza o IEL pelos 45 anos e se solidariza com a
5 Faculdade de Educação, em particular o professor Renê, toda a comunidade da Faculdade e
6 também aos familiares pelo falecimento dos alunos. Respondendo ao professor Márcio, diz que
7 vai verificar o contrato referente ao transporte, mas observa que possuem um levantamento em
8 relação ao custo de transporte. A avaliação é de que o veículo custa aproximadamente, por ano,
9 30% a 40% do seu valor, incluindo IPVA, seguro, combustível, pedágio etc., e mais
10 evidentemente o custo que teriam com pessoal. Então, embora assuste o valor de R\$660, um
11 carro, de entrada, daria algo em torno de 60 viagens anuais, ou cerca de cinco mensais. Então,
12 sem prejuízo de olhar para esse contrato e reavaliar, a Universidade adotou o procedimento que
13 acredita ser o correto, de não ter mais veículos e ter serviços de prestação de serviço de
14 transporte. Em relação ao questionamento da professora Mirna, não sabe se entendeu
15 corretamente, mas a tranquiliza no sentido de que há na COP os recursos, houve uma proposta
16 dentro da PDO de 2022, que vão tratar no próximo Consu extraordinário, de recursos reservados
17 para todas as progressões, horizontais e verticais. Isso vale tanto para os processos que estavam
18 interrompidos, represados por conta da lei complementar 173, quanto para os novos. Em relação
19 ao processo em si, já há manifestação da PG e da SG de que os processos internos podem ir
20 seguindo, desde que isso não tenha nenhuma atividade externa, homologação, divulgação,
21 publicação dos processos. Não sabe se com isso responde, mas qualquer dúvida está à
22 disposição na PRDU para esclarecer. Ao professor Marcelo Mori, diz que se coloca totalmente
23 à disposição para tratarem da PDO 2022, mas lembra que o Consu Extraordinário é dia 14 de
24 dezembro, daqui a duas semanas, e havendo tempo e interesse por parte dos professores e
25 diretores, está à disposição para tratarem a PDO. Mas lembra que o Consu extraordinário é
26 basicamente para tratar do tema, portanto terão bastante tempo para se dedicarem a isso. Sobre
27 a questão do reajuste, colocada pelo professor Wagner, terão o tempo certo para tratar, na data-
28 base de abril. Com relação a recursos ProEC, se houve algum engano ou redução na
29 curricularização da extensão, terão a possibilidade de discutir no Consu extraordinário. A
30 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI saúda os professores agraciados com os prêmios
31 institucionais; a professora Andréa Freitas está presente na sala do Consu, e em nome dela
32 parabeniza os demais. Parabeniza também o IEL pelos 45 anos e as Bibliotecas do IQ e Central,
33 que permanecem abertas neste momento. Esteve recentemente na Biblioteca Central fazendo
34 uma visita e encontrou alunos estudando e pesquisando. A biblioteca realmente é um espaço
35 importante de convívio para os alunos e deve ser incentivado. Parabeniza o professor Fernando
36 Coelho, pelo memorial das vítimas de Covid, e diz que estará presente nesta cerimônia, fazendo
37 parte dela, pois se sente parte deste momento histórico do país. Solidariza-se com o professor
38 Renê e com a Faculdade de Educação pelas perdas, e devem seguir em frente, porque assim é
39 a vida. A professora Andréia Galvão mencionou que estão bem com a retomada, com o que
40 concorda; é momento de olhar para frente, e agradece o esforço de todos da comunidade da

1 Unicamp que tem participado desse esforço para a retomada segura. O convívio das pessoas é
2 importante para a saúde física, mental e espiritual. A respeito de funcionários e docentes que
3 não querem se vacinar, a DGRH informa que são cinco pessoas. Elas foram chamadas, e das
4 cinco, três vão tomar a vacina no prazo de cinco dias, duas ainda estão pensando, e a não
5 resposta a receber a vacina será a suspensão do salário. Sobre a questão da retomada, diz que
6 estão frente à descoberta de uma variante nova, cujo primeiro caso foi identificado no dia 09 de
7 novembro. Esse caso foi relatado na África do Sul, é uma cepa que tem várias mutações,
8 portanto ainda está sendo estudada. Possuem um comitê científico que norteia decisões, mas
9 neste momento não vê nenhuma preocupação com o retorno dos alunos em 03 de março.
10 Quando falam da preocupação com o ano novo, com o carnaval, precisam lembrar que os
11 eventos de massa já estão liberados. Então as pessoas já estão frequentando, principalmente os
12 jovens, jogos de futebol, *shows*, rodeio de Jaguariúna, então é algo incontrolável. Se forem
13 motivados por feriados e datas, não retornam nunca. Essa falta de controle do outro é que traz
14 insegurança, mas não possuem esse controle; o máximo controle que possuem é sobre si
15 mesmos. Muitos dos eventos em massa exigem a comprovação vacinal, mas não é a regra, então
16 vão estar sempre expostos a esse tipo de risco. Em Campinas, foram ofertadas quase dois
17 milhões de doses, estando 91% da população adulta com a vacinação completa e 93,8% com
18 pelo menos uma dose. Em São Paulo, o *site Vacina Já* informa que 93,6% da população com
19 18 anos ou mais já tem o seu esquema vacinal completo. No Brasil, foram administradas
20 306.000.982 doses, das quais 134.600.000 foram já pessoas que já receberam duas doses. Em
21 relação ao número de casos, em Campinas, nas últimas 24 horas, foram registrados 21 novos
22 casos e três mortes. No Estado de São Paulo, foram 457 casos novos e nove mortes. No Brasil,
23 aproximadamente 4.000 casos e 92 mortes. Isso mostra que ainda há circulação de vírus, porém
24 é impressionante a redução da letalidade que a vacina proporcionou à população. A variante
25 nova traz consigo várias mudanças, mas ainda não sabem se ela traz mais gravidade. Sempre
26 que uma nova variante aparece, ela se transmite porque a anterior já levou anteriormente à
27 imunidade, então as pessoas se tornam imunes ou pela vacina, ou pela infecção, então entra
28 uma nova variante e ocupa esse espaço. No momento, não possuem a preocupação de que ela
29 vai mudar a epidemiologia, como não mudou a variante Delta. Devem estar lembrados dessa
30 mesma discussão alguns meses atrás, quando se questionavam se a variante Delta causaria mais
31 problemas, agora é a variante Ômicron, depois será uma outra. Devem confiar nos dados reais
32 que possuem, que são dados relatados no sistema de vigilância, principalmente no Estado de
33 São Paulo, que realmente tem uma cobertura de vigilância epidemiológica muito boa, uma
34 cobertura vacinal também muito boa e não vê, no momento, motivos para interromperem os
35 planos de retorno pelo aparecimento dessa nova variante. A Organização Mundial da Saúde
36 recomenda que continuem mantendo as mesmas precauções de antes, uso de máscara,
37 distanciamento de um metro entre as pessoas e higienização das mãos. E que esse genoma seja
38 sequenciado, depositado em um banco de dados, que é de acesso livre para a população, para
39 detecção dessa variante nova e de outras variantes que estão em circulação e até de novas
40 variantes ainda não detectadas. Porém, essa vigilância é dinâmica. Hoje, 30 de novembro de

1 2021, possuem esse panorama, mas é difícil imaginar qual será o panorama no dia 03 de março,
2 quando os alunos retornam; espera que seja o mesmo ou até melhor do que hoje. Foi feita a
3 pergunta acerca da terceira dose da vacina, e informa que ela está liberada pelo programa de
4 imunizações para todas as pessoas acima de 18 anos, cinco meses após a segunda dose. Ou seja,
5 todos os alunos acima de 18 anos receberão já a terceira dose e provavelmente isso vai se
6 estender ainda à população mais jovem. Informa que o Hospital de Clínicas hoje tem oito casos
7 de Covid, sendo que muitos desses pacientes já estão internados há muito tempo. Não há
8 nenhum paciente no pronto-socorro, não possuem nenhum caso, desde o planejamento de
9 retorno, que tenha sido um microsurto interno da Unicamp, que tenha havido caso cujo foco
10 tenha saído aqui. Houve alguns casos, mas essas pessoas identificam a fonte de infecção, essa
11 fonte aqui dentro não foi identificada, o Cecom não tem recebido ninguém com síndrome
12 respiratória, no pronto-socorro também não. Portanto, estão em uma fase realmente boa de
13 controle dessa infecção. Sobre o Instituto de Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e
14 Pescoço – IOU, ele foi construído com uma verba disponibilizada pelo Ministério Público do
15 Trabalho em uma ação de uma multa advinda da Shell/Basf e, portanto, esses recursos são
16 públicos, para construção desse hospital. A Unicamp, na ocasião, permitiu a construção do
17 prédio em suas dependências, sem que tenha cedido o terreno. O Ministério Público do Trabalho
18 autoriza que a gestão do IOU seja feita por uma fundação, e a escolhida foi a Fundação da Área
19 da Saúde, a Fascamp, porém, que tivesse, no máximo, 30% de atendimentos pela saúde
20 suplementar e reservando um mínimo de 70% para atendimentos pelo SUS, uma vez que os
21 recursos advindos para a construção desse hospital vieram do Ministério Público do Trabalho.
22 Para muitas das informações que foram solicitadas ainda não possuem resposta. Ainda está em
23 construção qual será a equipe técnica que irá trabalhar, como será feito o pagamento e a
24 contratação de uma equipe assistencial pela Fascamp para atender esses pacientes. Contam com
25 a facilidade de administração através de uma fundação, mas 70% serão pelo SUS e 30% pela
26 saúde complementar. Muitos docentes irão trabalhar lá, e provavelmente o ambulatório de
27 Otorrino do Hospital de Clínicas deverá mudar para as instalações do novo IOU. Também no
28 IOU o sistema de TI, de gestão de prontuário médico será o mesmo, que é o AGHuse, que está
29 sendo implantado no HC. A Unicamp está ajudando a implementar o sistema de informatização
30 dos prontuários eletrônicos, que se estenderá além do Hospital de Clínicas para o IOU e para o
31 Caism. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza o IEL, assim como os docentes premiados, na
32 figura da professora Andréa. Sobre a questão da autonomia, um tempo atrás passaram a
33 informação de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por unanimidade, não aceitou
34 o processo aberto pelo Ministério Público de que não poderiam reajustar o salário. Foi uma
35 vitória importante na questão da autonomia. O Ministério Público recorreu no Supremo
36 Tribunal Federal e o ministro Edson Fachin negou esse recurso, não é uma decisão do
37 colegiado, mas é mais um reforço de que as universidades têm autonomia para definir a sua
38 política salarial, obviamente restrita às leis do país, e no caso a lei complementar 173 continua
39 valendo. Em relação a questões como reajuste, contratações, presidência do Cruesp, reunião
40 com o Fórum das Seis, informa que comunicou ao professor Vahan, Magnífico Reitor da USP,

1 o reforço da solicitação do Fórum das Seis, em particular da ADunicamp, com quem se reuniu,
2 sobre a necessidade de uma reunião ainda este ano, e ele disse que vai realizar essa reunião
3 ainda este ano, dar continuidade à conversa com o Fórum das Seis. A USP tem uma restrição,
4 uma aprovação do seu Conselho Universitário, em dois aspectos: não mais do que 85% do
5 orçamento ser comprometido com a folha salarial – não tem detalhes de como isso é calculado,
6 tempo, novas contratações, as pessoas podem entrar na parte da Controladoria da USP e ver
7 essa norma; e que no período de seis meses que antecede a posse do novo reitor, nenhum
8 reajuste ou benefício salarial pode ser concedido. Então até o dia 25, que é a data da posse do
9 reitor, nada poderá ser feito, e isso já compromete o reajuste de janeiro solicitado pelas
10 entidades. O Cruesp continuará sendo presidido pela USP por mais dois ou três meses, o novo
11 reitor da USP é que presidirá por esse período, porque não coincide a mudança da presidência
12 do Cruesp com a mudança do reitor da USP. Respondendo ao professor Marcelo Mori, diz que
13 as contratações estão um tanto fora do controle da Universidade, pois estão saindo da lei
14 complementar 173 e entrando em ano eleitoral, então qualquer contratação teria de ser feita
15 antes de 03 de julho. Isso por um lado é um problema, mas abre a oportunidade de refletir com
16 mais tranquilidade sobre uma política de contratações. A questão do reajuste, como já foi
17 informado pelo professor Fernando Sarti, é uma questão de dissídio salarial. Vão abrir essa
18 discussão, que vai ser coordenada de início provavelmente pelo novo reitor da USP, que vai
19 presidir o Cruesp durante alguns meses, antes que ele assuma a presidência. E há essas
20 restrições que mencionou, da USP, que são aprovadas no Conselho Universitário. A perspectiva
21 da Unicamp é sempre valorizar a importância de uma ação coletiva no Cruesp. Hoje a USP é a
22 que tem menos comprometimento, depois a Unesp e, por fim, a Unicamp, então caminhar junto
23 tem as suas dificuldades, mas é essencial para manter uma política de defesa das universidades.
24 Em relação aos exames médicos, tocados pelo professor Renato, sua sugestão é que todas as
25 unidades de Limeira e também a FOP entrem em contato com a PRDU e com a CGU para
26 verificar se podem encontrar uma solução diferente. Acha ruim a ideia de solicitar que os
27 docentes e servidores venham para Campinas fazer exame médico; deveriam encontrar uma
28 solução que possibilitasse o deslocamento da equipe daqui para esses locais, mas não consegue
29 formular uma resposta agora, então solicita que isso seja analisado pelas unidades junto com a
30 CGU. A doutora Patrícia, que é assessora da professora Luiza, esteve por oito anos à frente do
31 Cecom, então com certeza ela poderá ajudar bastante nessa questão. Em relação ao ensino
32 híbrido, que atualmente estão chamando de ensino interativo, e o retorno ao trabalho, como o
33 professor Ivan mencionou, têm adotado tanto na discussão de um eventual ensino híbrido em
34 geral, quanto de trabalho remoto, a ideia de que devem deixar essa discussão para frente. A
35 meta agora deve ser voltar à atividade presencial. Discutir essas duas coisas juntas, do ponto de
36 vista da Administração, é contaminar uma discussão que terá de ser feita com muito cuidado.
37 Existem visões, na comunidade da Unicamp, bastante diferentes a respeito disso, e desejam
38 preservar a unidade da comunidade e fazer essa discussão em um momento posterior, já com o
39 conjunto do *campus* ocupado. De toda forma, como foi mencionado, estão com uma licitação
40 para fazer a limpeza de todos os aparelhos de ar-condicionado, e à medida que localizem

1 problemas, haveria a manutenção desses aparelhos, o que permitiria a ventilação das salas de
2 aula com as janelas abertas. Essa é a recomendação que tem sido feita em geral, isso obviamente
3 aumenta o desgaste dos aparelhos, então estão fazendo uma licitação bastante grande, generosa,
4 para que haja possibilidade de limpezas periódicas e atenda a essa demanda de manter ar-
5 condicionado funcionando com os ambientes abertos. Em relação aos equipamentos de mídia,
6 agradece às equipes da PRG, do GGTE, do EA2, que fizeram um estudo bastante detalhado,
7 elaboraram um relatório, escolheram possibilidades de equipamentos que atendem à
8 possibilidade de ministrar aulas simultâneas em salas conexas, de forma que preservem o
9 distanciamento e mantenham uma boa dose de presença. A ideia seria que valorizassem salas
10 conexas e não as pessoas assistindo de casa. Os equipamentos são bastante poderosos, o
11 objetivo é comprar algo que esteja na ordem de grandeza das aulas simultâneas, então isso
12 equiparia bastante a Universidade. O preço acabou ficando, pela quantidade, pelas
13 possibilidades de escolha, bem menor do que estavam projetando, e isso deve dar uma boa
14 liberdade para que em turmas muito grandes haja duas salas ocupadas, com um professor em
15 uma e tendo uma boa possibilidade de interação via essa comunicação com o professor da outra
16 sala também. Informa ainda que estão ampliando o número de bolsas PED e PAD, e isso vai se
17 refletir na PDO, com objetivo de auxiliar que esse esquema esteja pronto. Na avaliação da
18 Reitoria, é assimétrica a ação de parar aulas ou de retornar aulas. Parar é muito mais simples
19 do que retornar, então podem, a qualquer momento, diante de uma ampliação da pandemia, um
20 retorno a situações graves da pandemia, seja provocada pela Ômicron, seja provocada por
21 outros motivos, suspender rapidamente as atividades. Preparar o retorno é muito mais difícil
22 por causa de todos esses elementos logísticos. Sabe que causa incerteza e insegurança, mas pede
23 às pessoas um pouco menos de ansiedade, porque precisam pegar um rumo e olhar com cuidado
24 para o que acontece lá fora. Se acontecer algo, é fácil parar, é fácil adiar por 15 dias o início das
25 aulas; o difícil é fazer os alunos estarem no primeiro dia aqui e terem uma infraestrutura para
26 isso. Estão abertos a ouvir as pessoas, mas devem fixar uma direção e ir monitorando tudo
27 aquilo que saia diferente do que estão planejando, e se ocorrer algum problema grave tomam
28 outra direção. Campinas não vai dar suporte oficial ao carnaval, isso foi falado na reunião da
29 Região Metropolitana, onde estão os 20 prefeitos da região de Campinas, então as pessoas não
30 vão impedir de ter atividade pública, mas não vai haver suporte oficial para o carnaval. Solicita
31 aos conselheiros que fiquem alertas, monitorando, e se for necessário mudam a diretriz. Sobre
32 a proposta da professora Mirna relativa à reunião da Cepe, diz que o tema que discutirão é
33 difícil, da obrigatoriedade de vacinação para os alunos, e vão precisar de tempo para fazer uma
34 discussão com calma. A maioria das pessoas é a favor dessa obrigatoriedade, mas há detalhes,
35 como o de que não podem obrigar que entrem no sistema; um aluno sem vacinação pode entrar
36 na Universidade e entrar na sala de aula, isso vai exigir do professor uma atitude, não há como
37 tirar isso da mão do professor. O aluno pode não estar matriculado e entrar na aula como se
38 fosse um ouvinte. Então o que podem garantir centralizadamente é a base jurídica para o
39 professor poder tirar um aluno da sala de aula; não conseguem ir em cada unidade fiscalizar
40 isso. O que possuem é o poder de definir que o aluno não deveria entrar, então o professor pode

1 tirá-lo da sala de aula. É um assunto delicado, vai ser uma discussão importante. A reunião
2 começa às 10 horas, a reunião da CAD começa às 15 horas, então podem ter uma reunião que
3 vá até as 13 horas. É importante discutir, é importante que a Universidade conheça com clareza
4 as dificuldades envolvidas. Tem uma certa resistência a mudar o horário para às 9 horas porque
5 as pessoas fazem agendas, então não sabem qual o problema de adiantar para as 9 horas e várias
6 pessoas não podem participar. É importante que tenham uma participação ampla, que esse
7 tópico seja discutido com muito cuidado, então prefere manter o horário. Respondendo à
8 professora Claudia Medeiros, diz que a ideia para o hospital regional é que a Unicamp ceda um
9 terreno, como fez com o Corpo de Bombeiros, com o IOU, que esteja próximo ao HC e talvez
10 na divisa com a Fazenda Argentina, mas não possui um lugar definido. A ideia é que ele seja
11 no interior da Universidade. Há pessoas contrárias a que seja na Fazenda Argentina, mas haveria
12 vantagem porque teria acesso pela Rodovia Adhemar de Barros. Então não é uma coisa fechada,
13 mas é interessante que ele seja próximo da área do complexo de Saúde hoje. Basicamente seria
14 um hospital vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, financiado com recursos
15 extraorçamentários, nenhum recurso da Unicamp no seu sustento. Sobre quem vai trabalhar lá,
16 devem lembrar que a bolsa de residentes vem do Ministério da Educação; um residente que
17 trabalhar lá vai ter uma outra fonte de recurso que não é o Ministério da Saúde. Se um professor
18 der assistência lá, ele vai trabalhar também em uma área com salário da Unicamp. Então existe
19 uma fronteira que não é completamente definida. O que estão falando é que, diferente do HC,
20 do Caism, do Gastrocentro e do Hemocentro, onde dinheiro da Unicamp entra em geral, nesse
21 local o dinheiro básico vai ser recurso não orçamentário, recurso do SUS. Isso não impede que
22 um professor dê assistência lá. Para terem um hospital que ajude na formação das pessoas, é
23 interessante, principalmente se ele não é sustentado pelo orçamento da Unicamp. A ideia é que
24 a gestão seja da Unicamp também e que isso permita ao HC se dedicar principalmente a
25 procedimentos mais complexos, com uma vinculação mais próxima do aprimoramento em
26 termos de conhecimento, de ciência e de tecnologia na área da Saúde. A intenção é que ele seja
27 gerenciado em um esquema parecido com a Fascamp. Possuem aqui experiências diferentes,
28 tem aqueles que são gerenciados através da Funcamp, como o Hospital Estadual de Sumaré, e
29 pela Fascamp, como o Hospital Regional de Piracicaba. Portanto, nenhum dos dois são
30 orçamentados na Unicamp, há fundações que realizam isso. No caso do IOU, a professora Maria
31 Luiza já respondeu, ele é um experimento que permite participação da medicina suplementar.
32 Podem aprender com o IOU novos mecanismos de gestão, que reduzam o custo SUS dessa
33 unidade. Não sabe se será esse modelo de gestão, mas acredita que possam aprender com o
34 IOU. Fizeram uma reunião da Agência Metropolitana dentro da Unicamp, ontem houve uma
35 reunião da Agência Metropolitana que envolve 20 prefeituras em Cosmópolis, participaram
36 dessas duas reuniões, fizeram reuniões com vários deputados, com o secretário da Casa Civil,
37 com o vice-governador e com o governador. A reunião final, que foi com o governador, teve
38 um sinal positivo, há uma disposição em investir no hospital. A restrição é o custeio, que é
39 muito grande, o hospital tem um custeio que é quase próximo ao custo de investimento todo
40 ano, e eles querem compartilhar esse custeio com as prefeituras da região. O desafio que

1 possuem é conseguir um consórcio regional que ajude a estabelecer esse suporte futuro do
2 hospital, mas o investimento poderia ser realizado de imediato, para dar início. Não existe ainda
3 um projeto definido, mas a ideia é que seja um hospital com cerca de 400 leitos, mais ou menos
4 o dobro do Hospital Estadual de Sumaré. Um hospital como o Estadual de Sumaré tem um
5 gasto de custeio de R\$100 milhões a R\$120 milhões por ano para 200 leitos. Então o daqui teria
6 o custeio na faixa de R\$200 milhões a R\$240 milhões por ano. O governo do estado se dispôs
7 a colocar 30% disso da sua própria renda, é possível ter algo em torno de 40% de recursos SUS
8 e estão tentando batalhar com as prefeituras se é possível colocar 30%. Então é essa a discussão,
9 é ainda algo vago e não consegue no momento apresentar um projeto, até porque a preocupação
10 é destravar o ambiente político primeiro para permitir essa construção. Avaliam que essa seria
11 uma solução em longo prazo da área da Saúde, porque permitiria superar o exemplo que o
12 professor Oswaldo deu entre o conflito da área de emergência e as cirurgias de maior
13 complexidade. Na área da Saúde da região de Campinas, os grandes investimentos públicos
14 estão concentrados aqui, e isso acabou levando o HC para atender coisas que originalmente não
15 eram da sua esfera, e elas acabam então comprometendo também o orçamento da Universidade.
16 A ideia é que isso permitiria uma espécie de autarquização de outra forma, concentraria o HC
17 nos procedimentos de maior complexidade, e esse hospital regional, que não seria parte do
18 orçamento da Universidade, só seria gerido por ela, como o de Sumaré e o de Piracicaba, se
19 concentraria naquilo que hoje está, de alguma forma, dificultando o funcionamento tradicional
20 do HC. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS ressalta a solicitação de ver
21 o relatório do GT. O MAGNÍFICO REITOR diz que verá como podem divulgar isso. Em
22 seguida, propõe votos de pesar à família de Roseane Cristina dos Santos, aluna da Faculdade
23 de Educação, que faleceu no dia 17 de novembro. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO
24 REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária
25 Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à
26 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 30 de novembro de 2021.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 175ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 29 de março de 2022, sem alterações.